SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ANAIS DA VII SEMANA DE GEOGRAFIA: CONFLITOS E ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DE UM MUNDO EM MUDANÇA

ISBN: 978-85-7822-487-5

Itabaiana/SE, de 27 a 29 maio 2015

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Geografia (DGEI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Campus Prof. Alberto Carvalho em Itabaiana, realizará de 27 a 29 de maio de 2015, a VII SEMANA DE GEOGRAFIA, cujo tema será CONFLITOS E ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DE UM MUNDO EM MUDANÇA. O evento irá debater e refletir os conflitos e abordagens geográficas atuais, visando à construção e divulgação do saber/fazer geográfico, especialmente os que representam e envolvam as mudanças sofridas recentemente no contexto mundial.

A VII SEMANA DA GEOGRAFIA envolverá atividades que discutirão os conflitos e abordagens geográficas na atualidade mundial em conferência de abertura, incluindo mesa redonda, espaços de produção científica divididos em quatro eixos de discussão (1- Ensino de Geografia; 2 – Espaço Agrário; 3 – Espaço Urbano e 4 – Estudos da Relação Sociedade-Natureza), além de trabalho de campo e atividades culturais. Tem como público alvo alunos da graduação e da pós-graduação em Geografia e áreas afins; docentes da educação básica; profissionais da Geografia e demais interessados.

INSCRIÇÃO

As inscrições estarão abertas, **em breve** e disponibilizadas, no site **www.sigaa.ufs.br.**

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS NO ESPAÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- **Envio até 17 de abril de 2015**.
- Haverá a submissão de trabalhos para serem apreciados pela Comissão Científica que avaliará a pertinência, bem como o eixo indicado.
- Data do aceite: 24/04/2015

Eixos Temáticos: os artigos devem ser encaminhados para cada eixo específico

Eixo 1 – Ensino de Geografia;
E-mail: ensinodegeografia2015@gmail.com

Eixo 2 - Espaço Agrário;
E-mail: espacoagrario2015@gmail.com

Eixo 3 - Espaço Urbano;
E-mail: espacourbano2015@gmail.com

Eixo 4 - Estudos da Relação Sociedade-Natureza;

E-mail: sociedade.natureza2015@gmail.com

NORMAS PARA ENVIO DE RESUMOS EXPANDIDOS

- Os resumos expandidos deverão ser enviados para o e-mail específico do eixo temático ao qual o trabalho será submetido, observando o prazo máximo **até 17 de abril de 2015**;

- Cada inscrição credita ao participante a apresentação de um trabalho como autor principal, podendo participar de até mais um trabalho em coautoria como limite de quatro participantes por trabalho;

- Os resumos expandidos podem versar sobre experiências ao longo da graduação, bem como ser fruto de trabalhos de pesquisa e/ou extensão, além de experiências docentes nos diferentes níveis de ensino;

- O início do resumo expandido deve indicar o eixo no qual a temática do trabalho se insere (espaço). Em seguida o título escrito com letras maiúsculas, em negrito, centralizado e abaixo o(s) nome(s) do(s) autor (es), alinhados à direita devendo constar também a instituição a qual pertence, formação acadêmica e e-mail;

- Os trabalhos aprovados pela Comissão Científica serão apresentados nos "Espaços de Produção Científica" durante a realização do evento e publicados nos anais eletrônicos com ISBN, na página do Departamento de Geografia, do Campus Prof. Alberto Carvalho.

ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO O RESUMO EXPANDIDO

1. O texto dos originais deve ser organizado em Título, Autores, Resumo, Palavras-chave, Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, Conclusões e Referências.

2. O resumo expandido deverá ocupar, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas, incluindo Texto, Tabelas e/ou Figuras.

3. O texto deverá ser formatado para um tamanho de página A-4, com margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm. Deve ser empregada fonte Time New Roman, corpo 11, exceto no título, e justificado. O espaçamento entre as linhas deverá ser simples.

4. As citações de artigos (referências) no texto devem seguir as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5. Citações de trabalhos extraídos de Resumos e Abstracts, publicações no prelo e comunicação pessoal não são aceitas na elaboração do resumo expandido.

6. A nomenclatura científica deve ser citada segundo os critérios estabelecidos nos Códigos Internacionais em cada área. Unidades e medidas devem seguir o Sistema Internacional.

7. O texto deverá iniciar com o TÍTULO do trabalho em letras maiúsculas, utilizando fonte Time New Roman, corpo 14, em negrito, centralizado com, no máximo, 20 palavras.

8. Após duas linhas (espaços) do Título, devem aparecer os Nomes Completos dos Autores, separados por ponto e vírgula, em fonte Time New Roman, corpo 12, centralizados e grafados somente com as primeiras letras maiúsculas. Fazer chamada com número arábico sobreescrito para cada instituição, após o último sobrenome de cada autor, para indicar o endereço institucional (centro, departamento, núcleos, laboratórios, grupos de pesquisa) e o eletrônico (e-mail). Os autores de uma mesma instituição devem ser agrupados em um único índice.

9. A seção Resumo deve ter no máximo 250 (duzentas e cinquenta) palavras, com breves e concretas informações sobre a justificativa, os objetivos, métodos, resultados e conclusões do trabalho. Deverá ser iniciado imediatamente abaixo da palavra Resumo. Não deve conter referências bibliográficas. O Resumo deve ser apresentado com parágrafo único.

10. Logo após o Resumo, seguindo-se à expressão “Palavras-chave:” e, na mesma linha que ela, serão incluídas, no mínimo, três e, no máximo, cinco, expressões em português relacionadas ao tema do trabalho, separadas por “ponto e vírgula”.

11. A seção Introdução deve ser breve e conter, no máximo, 1000 (um mil) palavras. Justificar o problema estudado de forma clara, utilizando-se revisão de literatura. O último parágrafo deve conter os objetivos do trabalho realizado.

12. A seção Metodologia deve ser concisa, mas suficientemente clara, de modo que o leitor entenda e possa reproduzir os procedimentos utilizados. Deve conter as referências da metodologia de estudo e/ou análises laboratoriais empregadas.

Não deve exceder 1000 (um mil) palavras.

13. A seção Resultados e Discussão deve conter os dados obtidos, até o momento, podendo ser apresentados, também, na forma de Tabelas e/ou Figuras. A discussão dos resultados deve estar baseada e comparada com a literatura utilizada no trabalho de pesquisa, indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações.

14. As Tabelas e/ou Figuras (fotografias, gráficos, desenhos) devem ser elaboradas de forma a apresentar qualidade necessária à boa reprodução. Devem ser gravadas no programa Word para possibilitar possíveis correções. Devem ser inseridas no texto e numeradas com algarismos arábicos. Nas Tabelas (sem negrito), o título deve ficar acima e nas Figuras (sem negrito), o título deve ficar abaixo. É recomendável evitar a apresentação dos mesmos dados na forma de Figuras e Tabelas.

15. A seção Conclusões deve ser elaborada com o verbo no presente do indicativo, em frases curtas, sem comentários adicionais (=Resultados e Discussão), e com base nos objetivos e resultados do Resumo Expandido. Não deve exceder 200 (duzentas) palavras.

16. Na seção Referências devem ser listados apenas os trabalhos mencionados no texto, em ordem alfabética do sobrenome, pelo primeiro autor. Dois ou mais autores, separar por ponto e vírgula. Os títulos dos periódicos não devem ser abreviados. A ordem dos itens em cada referência deve obedecer às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

MINICURSOS E OFICINAS:

1. Minicurso: Cinema e Geografia: leituras sobre "explorações geográficas", Profa. Dra. Fabrícia de Oliveira Santos (DGEI/ UFS).

2. Minicurso: As contradições no meio rural brasileiro a partir do pensamento de José de Souza Martins, Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes (DGEI/ UFS), Prof. Msc. José Maxuel de Farias Ferreira (DACI/ UFS), Graduado Franklin da Cruz Pereira e Graduada Josefa Mônica dos Santos.

3. Oficina: Práticas pedagógicas e ensino de Geografia, Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos (DGEI/ UFS).

4. Oficina: Ideologia, Literatura e ensino de Geografia, Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos (DGEI/ UFS).

5. Oficina: Energias renováveis e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em Sergipe, Profa. Me. Jamile Rodrigues de Oliveira (PROGEO/DGEI/UFS).

6. Oficina: AGROECOLOGIA: da produção limpa às possibilidades de resistência, Profa. Me. Laiany Rose Souza Santos (DGEI/UFS).

7. Oficina: A Literatura clássica e o campesinato: uma reflexão a partir do pensamento de Lênin; Chayanov e Kautsky, Profa. Me. Jose Renato de Lima (SEED/SE).

8. Minicurso: Diversificação do trabalho e os novos desafios da agricultura familiar no Nordeste.
Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes (DGEI/UFS), Eliane Lima Gomes, José Carlos dos Santos (DEI/UFS) e João Ernandes Barreto Nascimento (DGEI/UFS).

9. Oficina: Geotecnologias Aplicadas a Geografia: COMO EXPLORAR A EDUCAÇÃO CARTOGRÁFICA? , Prof. Dr. Daniel Rodrigues de Lira DGEI/UFS, Prof. Dr. Cristiano Aprigio dos Santos DGEI/UFS e Riclaudio Silva (DGEI/UFS).

ANEXOS

Lista dos artigos para apresentação referentes ao Eixo 1 - Ensino de Geografia

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
DESVENDANDO AS ROCHAS: O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	João Paulo de Jesus Santos; Alysson Santos de Jesus; Anna Maria Viana Alves; Daniel Almeida da Silva	4
O PAPEL DO PIBID NA FORMAÇÃO DO LICENCIANDO EM GEOGRAFIA	Hericondio Santos Conceição; Yasmin Tavares da Cruz; Sabrina Milena Santos Santana; Maria Thaís dos Santos Menezes	5
RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS: IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS FORMAS ESPACIAIS	Ana Paula Almeida Silva; Anderlane Lima Santos; Thainar Almeida dos Santos; Vanderléia Oliveira de Sousa; Marleide Maria Santos Sérgio	4
TEORIA/PRÁTICA/PRÁTICA/TEORIA: A EXPERIÊNCIA DE OFICINAS PEDAGÓGICAS	Adenilde Alves dos Santos; Izabel Cristina Santana Silva; Marta Carolina dos Santos; Mônica Andrade da S. Santos; Marleide Maria Santos Sérgio	4

Lista dos artigos para apresentação referentes ao Eixo 2 - Espaço Agrário

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA	Bruno do Nascimento Mendonça; Cléverton Machado Reis; Eluana Lídia Santos; Joseilde Andrade Mendonça; Marleide Maria Santos Sérgio	6
A ORGANIZAÇÃO COOPERADA DO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU NO POVOADO CARRILHO, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE	Bruno Ferreira de Oliveira; Jessica Rodrigues dos Santos; Lucas Silva do Nascimento; Josefa de Lisboa Santos	5
ÍNDIOS XOCÓ: LUTA PELA RESISTÊNCIA NA TERRA	Edimarôn de Oliveira Souza; Bruno Ferreira de Oliveira; Patrick Willian Conceição dos Anjos; Josefa de Lisboa Santos	6
A CASA DE FARINHA COMO TRADIÇÃO CULTURAL E IDENTIDADE	Eliene Domingas de Souza; Josefa Edilani de Souza; Gilvanio Fontes Santos;	5

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE AREIA BRANCA E MOITA BONITA: ESTUDO PRELIMINAR DAS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES	João Ernandes Barreto Nascimento; Marcelo Alves Mendes	7
OS DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA TERRITORIAL NO NORDESTE E SEUS REBATIMENTOS NO TERRITÓRIO RURAL DA BACIA LEITEIRA-AL	Franklin da Cruz Pereira; Marcelo Alves Mendes	6
A IMPOSIÇÃO DO CONSUMO DE INSUMOS NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SERGIPE	Jacksilene Santana Cunha	6
OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONSELHOS MUNICIPAIS: ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL NO CMDS DE ITABAIANA	José Carlos dos Santos; Marcelo Alves Mendes	6
ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA-SE	Júnio Andrade Menezes; Viviane Melo Santos; Marcelo Alves Mendes	6
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NO ASSENTAMENTO CAIMÃ E PONTA DA SERRA NO MUNICÍPIO DE ADUSTINA/BA	Maria Morgana Santos Santana; Hericondio Santos Conceição	5

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
APRORIAÇÃO E USO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO DA BR 235/SE	Renata Batista Alves	7
A RESILIÊNCIA CAMPESINA FRENTE A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO POVOADO AGROVILA NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE	Shirley Oliveira Nascimento; Maria Morgana Santos Santana; Josefa de Lisboa Santos	6

Lista dos artigos para apresentação referentes ao Eixo 3 - Espaço Urbano

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
O TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS LIVRES: CASO DE ITABAIANA	Rafaela Santos Paz; Shirley Nascimento Oliveira; Josefa Lisboa Santos	5

Lista dos artigos para apresentação referentes ao Eixo 4 - Estudos da Relação Sociedade-Natureza

TÍTULO	AUTORES	PÁGINAS
O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO DAS OLARIAS E CERÂMICAS VERMELHAS NO ESTADO DE SERGIPE	Genivânia Maria da Silva	6
ENTRE SERRAS, MONTES E RIOS: UM OLHAR GEOGRÁFICO EM FONTES HISTÓRICAS (MANUEL AIRES DE CASAL E SAINT-ADOLPHE)	Bruno Andrade Ribeiro; Karine dos Santos Sobral; Fabrícia de Oliveira Santos	6

TRABALHOS EIXO 1

Eixo 1 - Ensino de Geografia

DESVENDANDO AS ROCHAS: O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

João Paulo de Jesus Santos[1];
Alysson Santos de Jesus[2];
Anna Maria Viana Alves[3];
Daniel Almeida da Silva[4].

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre a prática de oficina como subsídio para o ensino de geografia física para o ensino fundamental. O uso de diversas metodologias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem é, sem dúvida, de grande relevância no ensino da Geografia, sobretudo da Geografia Física. Destarte, a oficina é um dos meios pelo qual é possível trabalhar os conteúdos de forma bastante didática e que possibilita uma maior interação professor-aluno e entre alunos. A oficina esteve inserida no evento de extensão denominado OCMEA (Oficinas de Ciências, Matemática e Educação Ambiental) realizada na Universidade Federal de Sergipe Sob o título "Desvendando as rochas". Anteriormente à aplicação da mesma foram feitas, pelos ministrantes, leituras referentes ao tema, confecção de brindes a partir de conchas (para exemplificar as rochas sedimentares), foram selecionados vídeos (para expor o assunto) e confeccionado um vulcão para posterior demonstração de uma erupção vulcânica, em miniatura (para exemplificar os processos de formação das rochas). No primeiro momento da execução da oficina foi exposto o vídeo para explicar os processos formadores das rochas; logo após foram lançadas perguntas onde os que respondiam corretamente eram premiados com "pássaros" confeccionados a partir de conchas e por último foi realizado uma demonstração de erupção vulcânica para facilitar o entendimento por parte dos alunos. A oficina apontou que os conteúdos de Geografia Física quando aliados aos diversos recursos de linguagens (mapas, gráficos, documentários, vídeos...) contribuem sobremaneira no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Ensino; Oficina; Geografia Física.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é justificável, o presente trabalho, na medida em que fica evidente a facilidade com que os alunos assimilam os conteúdos a partir do uso de diferentes recursos lúdicos. Com isso, a oficina desenvolvida no âmbito da OCMEA foi a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante a graduação numa experiência inovadora para verificar o grau de compreensão que essa nova abordagem traria, sobretudo para o ensino da geografia física. Para tanto, as contribuições de Pontuschka (2007) foram bastante significativas, uma vez que essa autora aborda justamente o uso de diferentes linguagens aplicadas à ciência geográfica.

[1] Graduado (DGEI / UFS), joaopjs@gmail.com
[2] Graduado (DGEI / UFS), alyssonsantos72@gmail.com
[3] Mestranda (NPGEO / UFS), annamavia34@live.com
[4] Prof. Mestre (DGEI / UFS), danielalmeidaufs@gmail.com

Em segundo lugar, a Geografia Física é uma área que exige um nível de abstração muito grande, sobretudo de crianças e adolescentes que estão em fase de desenvolvimento dessa capacidade. Nesse sentido, a oficina priorizou alunos do ensino fundamental e se utilizou de diversas formas de interação que pudessem facilitar o entendimento dos conteúdos através de imagens, mapas, vídeos, miniaturas, brindes, entre outros. Fica ainda mais evidente essa dificuldade de entendimento quando verificamos as pesquisas realizadas por Santos e Sergio (2012) com alunos do 6º ano de duas escolas da rede pública no município de Itabaiana/SE onde as dificuldades se deram em maior grau nos conteúdos relacionados à Geografia Física e em especial a cartografia.

Dessa maneira, a oficina veio comprovar que os recursos didáticos são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem e que, os mesmos, quando utilizados adequadamente, contribuem no processo de interação professor-aluno e, inclusive, entre alunos. Além disso, materializam as teorias em práticas aumentando consideravelmente a capacidade de apreensão e abstração dos conteúdos.

Logo, o objetivo do trabalho realizado é o de refletir/relatar sobre a prática de oficina como subsídio para o ensino de Geografia Física para o ensino fundamental a partir da experiência realizada na OCMEA, utilizando-se, para isso, de diversos recursos pedagógicos como: mapas, vídeos, exemplar de vulcão, aulas expositivas, brindes etc.

METODOLOGIA

A oficina realizada esta inserida no evento de extensão universitária denominada OCMEA (Oficinas de Ciências, Matemática e Educação Ambiental) que vem sendo desenvolvida desde 2006, pelo Campus Universitário Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe (UFS), estando em sua 7ª edição, vem desenvolvendo diversas ações voltadas à inserção da comunidade local e de estudantes da rede pública do Agreste Sergipano através dessa iniciativa de extensão.

A oficina foi desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe para alunos do 8º ano do Colégio Estadual “Eduardo Silveira” no Município de Itabaiana/SE. Para que fosse possível realizar essa oficina foram necessárias diversas etapas de planejamento e execução, como: levantamentos bibliográficos referentes ao tema proposto, selecionar vídeos que ilustrassem melhor e de forma didática os conteúdos, coletar conchas do mar, coletar argila para confeccionar a miniatura do vulcão e adquirir os reagentes junto ao Departamento de Química, necessários à demonstração de erupção vulcânica.

Munido dos diversos materiais necessários à confecção dos objetos que seriam utilizados para fazer os diversos exemplares e utilizando-se dos conhecimentos abordados por Pontuschka (2007) sobre linguagens aplicadas à Geografia, foi possível elaborar recursos lúdicos para realizar a oficina. Sequencialmente, Selbach (2010) também contribuiu com várias proposições metodológicas de atividades que deram apoio pedagógico no processo de ensino aprendizagem. Além de abordar outros temas referentes à didática aplicadas à Geografia na sala de aula.

A sequencia de utilização, durante a oficina, dos recursos citados pode ser descrita como: no primeiro momento foi exposto o vídeo para explicar os processos formadores das rochas; logo após foram lançadas perguntas onde os que respondiam corretamente eram premiados com brindes confeccionados a partir de conchas e por último foi realizado uma demonstração de erupção vulcânica para facilitar o entendimento, além do uso de mapas e aula expositiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As linguagens utilizadas no desenvolvimento da oficina (vídeos, miniaturas, brindes...) serviram de recursos para a aplicação da mesma resultando em uma excelente assimilação dos conteúdos. Porém, é importante ressaltar que os recursos por si só não garantem o sucesso do processo de ensino, entretanto, quando utilizado de maneira correta, funciona como facilitador do ensino. Pois "um recurso, seja ele qual for, somente é útil quando manipulado por alguém que conhece a ferramenta e sabe fazer bom uso do instrumento" (SELBACH, 2010, p.93).

Os diversos recursos didáticos utilizados durante a oficina deram suporte durante a explanação, facilitando a assimilação dos conteúdos. Alguns desses auxiliares pedagógicos são apresentados a seguir.

Os exemplares feitos de rochas sedimentares foram entregues aos alunos à medida que os mesmos respondiam corretamente as perguntas. Essa forma dinâmica de abordar os conteúdos mostrou-se positiva e certamente pode ser aplicada em sala de aula dependendo da disponibilidade de recursos. Segundo Cunha "É provável que o registro de práticas pedagógicas que estão dando certo contribua para as ciências da educação, mesmo levando em conta as limitações objetivas das condições de trabalho e formação do professor." (1989, p.46 – 47).

A explanação do assunto foi realizada sem que houvesse uma carga excessivamente memorizadora, pois "uma pessoa somente aprende quando pode atribuir significação ao que aprendeu e, portanto, torna-se capaz de fazer uso da aprendizagem para aprender outras coisas" (SELBACH, 2010, p.45). Dessa forma, o importante não era o aluno decorar o que foi dito e tornar-se mero repetidor e sim apropriar-se do saber e explicar com suas próprias palavras, transformando essas informações em conhecimento.

Todo o êxito da oficina dependeu de uma série de fatores, entre eles pode-se citar: dinâmica de grupo, disponibilidade de tempo, disponibilidade de materiais, espaço adequado, infraestrutura, conhecimento de práticas pedagógicas, entre outros.

Portanto, o uso de metodologias inovadoras que instiguem a busca pelo conhecimento é, sem dúvida, fator que diferencia as aulas. Assim, a oficina mostrou-se diferenciada uma vez que trouxe diversos elementos não corriqueiros na vida escolar.

CONCLUSÕES

Portanto, a prática de oficinas como subsídio para o ensino de Geografia Física demonstrou-se de grande importância no processo de ensino-aprendizagem. As metodologias e recursos didáticos quando agregados ao uso coerente dos mesmos facilitam a assimilação dos conteúdos.

O uso de recursos didáticos, como os utilizados na oficina, fornecem subsídios ao professor para que esse possa, de forma dinâmica, abordar os conteúdos que exigem maior abstração.

Nesse sentido, a oficina possibilitou aos alunos compreenderem melhor todos os processos envolvidos na formação das rochas de maneira didática. Do mesmo modo, trouxe à realidade dos mesmos as formas concretas antes vistas apenas nos livros didáticos e embutidas no imaginário deles. Por fim, permitiu o contato físico, através dos recursos didáticos, entre teoria e prática; saindo da mera memorização de conteúdos para a instigação de questionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PONTUSCHKA, Nídia Nacib et al. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. P. J.; SERGIO M. M. S.; **A geografia no ensino fundamental: um olhar sobre as práticas metodológicas**. In: Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), XVII, 2012, Belo Horizonte, MG, Brasil.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Papirus, 1989. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

SELBACH, Simone. **Geografia e didática**. Petrópolis, RJ: 2010. (Coleção Como Bem Ensinar / coordenação Celso Antunes)

Eixo 1: Ensino de Geografia

O PAPEL DO PIBID NA FORMAÇÃO DO LICENCIANDO EM GEOGRAFIA

Hericondio Santos Conceição - Universidade Federal de Sergipe
hericondio@gmail.com
Yasmin Tavares da Cruz - Universidade Federal de Sergipe
minzinha.tavares@gmail.com
Sabrina Milena Santos Santa - Universidade Federal de Sergipe
sabrinamilenass@gmail.com
Maria Thaís dos Santos Menezes - Universidade Federal de Sergipe
thais-taizinha1@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de formação do professor, ao mesmo tempo analisar a importância do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para os discentes do curso de Geografia. A formação docente é complexa e precisa ser realizada de maneira continuada. Para tanto, é indispensável a criação de políticas que deem suporte para o professor, desde a formação inicial e em exercício profissional. Por meio do subprojeto *Saberes e Fazeres na Formação Docente: o lugar das práticas pedagógicas no ensino de Geografia* são realizadas atividades junto às escolas da rede pública estadual como importante contribuição para os docentes e alunos envolvidos no referido projeto.

Palavras-Chave: Formação docente; PIBID; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

O contato mais direto com o ambiente escolar é indispensável no processo de formação docente, pois propicia ao aluno de licenciatura uma vivência com o seu futuro ambiente de trabalho, ao mesmo tempo que o instiga a desenvolver metodologias e práticas pedagógicas inovadoras que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, foi criado o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do Ministério da Educação, gerenciado pela CAPES (Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com a finalidade de investir na formação de professores para a educação básica e na melhoria da qualidade da escola pública. Assim, são criados nas universidades vários subprojetos com o intuito qualificar as licenciaturas. Com isso, esse programa vem se tornando uma importante política pública, pois o licenciando pode atuar no seu campo de trabalho na formação inicial, com a proposta de se inserir nas escolas públicas, para desenvolver trabalhos didático-pedagógicos que contribuam para o maior dinamismo da prática pedagógica. Isso ocorre sob a orientação de um docente do curso e um professor da escola. Possibilita ao bolsista ter contato com sua futura profissão, e ao mesmo tempo permite o amadurecimento como professor durante a formação.

O subprojeto de Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho consiste em leituras de textos, temática que envolve a reflexão e a prática pedagógica, indispensáveis para uma formação em educação e para entender a complexidade, os problemas e a visão construída historicamente sobre a educação. Destaca-se também no projeto, o desenvolvimento de metodologias que introduzam o aluno no processo de construção e ressignificação do conhecimento, atentando sempre para a contextualização do conteúdo trabalhado, com a realidade dos alunos. Dentre as atividades desenvolvidas no PIBID de Geografia do campus Professor Alberto Carvalho, pode-se destacar alguns projetos que contribuem para a formação de professores, como por exemplo, o uso do teatro como metodologia de ensino que tem proporcionado bons resultados. A participação no Projeto Busão da Ciência, que tem como finalidade a popularização científica em ambiente não escolar, principalmente, que leve ao alcance da sociedade um conhecimento sistematizado e o laboratório experimental com a criação de horta orgânica para trabalhar conceitos ligados à questão agrária, como a produção de alimentos e práticas agroecológicas. Através do trabalho no laboratório da horta orgânica é feita uma leitura sobre a base da nossa produção agrícola, que está pautada no uso de agrotóxicos, e a elaboração de oficinas com os alunos da educação básica, procurando oferecer uma prática pedagógica pautada em uma visão crítica da realidade.

METODOLOGIA

O trabalho partiu da leitura de textos que discutem a importância do PIBID no processo de formação docente, reflexão sobre os resultados das atividades desenvolvidas, bem como a análise das políticas educacionais implantadas no Brasil, além das discussões realizadas em grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas construídas no PIBID tem atuado na desconstrução/reconstrução da Geografia, que carrega o estereótipo de uma ciência pautada na memorização de nomes de rios, capitais, e etc. Assim, à medida que a Universidade, por meio do PIBID, mantém uma relação com a escola, o professor em exercício na Educação Básica, passa a refletir sobre sua prática pedagógica ao redimensionar sua postura como professor. Dessa maneira, o PIBID atua na formação de professores nos cursos de licenciatura, como em professores em exercício.

A experiência no Busão da Ciência é bastante rica, uma vez que, a transposição dos limites físicos da escola para apreensão do conhecimento geográfico contribui para a popularização da ciência, levando o que é trabalhado em sala de aula para a sociedade em geral, permitindo o aprendizado da Geografia por meio de caminhos não escolares. A educação não formal também se constitui de um caráter formativo na medida em que o conhecimento geográfico é trabalhado e redescoberto de modo mais espontâneo. Dessa maneira, o PIBID por meio desse projeto realizou na praça da cidade de Itabaiana, uma série de atividades que levou conhecimento para a população em geral. As atividades realizadas abordaram temas relacionados com o cotidiano da população local como, por exemplo, o comércio na feira de

Itabaiana, localização e leitura de mapas com instrumentos de localização como a bússola e mapas, perfis de solos feitos em terrários por alunos de graduação do curso de Geografia. Desta forma, a participação no projeto permitiu a troca de experiências entre graduandos e a população que participou das atividades, ressignificando saberes e estimulando a relação ensino-aprendizagem em espaços não escolares, como a praça. Sobre a relevância da popularização da ciência,

> O que é necessário e importante caracterizar é que independente do espaço educacional a relação de formação se dê, e possibilite a formação de um sujeito crítico e transformador de seu contexto, o espaço escolar, por exemplo, pode ser um espaço também de educação não-formal, pois o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais. (SOUZA, 2008, p. 3121).

Outra atividade desenvolvida diz respeito à problemática enfrentada pela maioria da população mundial quanto à qualidade dos alimentos, que agora está sendo evidenciada por causa dos impactos que vem causando à saúde pública e também ao meio ambiente, pois o uso exacerbado do agrotóxico nas lavouras está causando consequências graves e esse é um tema debatido nas universidades e escolas. O projeto da horta orgânica permite refletir sobre o modelo de agricultura e as propostas de mudanças que a sociedade precisa experimentar. A horta contribui para a vivência e a inquietação sobre as práticas agrícolas convencionais. A horta aos poucos foi sendo construída e junto com ela um conhecimento, uma experiência e com certeza um amadurecimento maior no que se refere a novas ideias relacionadas a uma vida mais saudável. Mídias, palestras e outros tipos de divulgações, estão sendo aproveitados para que a população fique consciente do quanto é prejudicial à saúde do ser humano o consumo de alimentos com o uso do agrotóxico, causando câncer e matando cada vez mais a sociedade. A proposta do projeto Horta orgânica é laboratório que trabalha teoria e prática educativas, dentro de um contexto da produção das relações sociais, apresentando as contradições que ocorrem no campo e na cidade. Essa foi uma forma encontrada pelos que fazem o PIBID/Geografia para a apreensão de conhecimento partindo de práticas simples, mas que alimentarão as discussões centrais sobre o que ocorre no campo. Assim, a experiência reforça a conscientização de que é possível produzir alimentos sem o uso do agrotóxico ao mesmo tempo em que discute a lógica da produção agrícola, em que está voltada para uma questão econômica.

Outra prática importante na formação do licenciando é o teatro como é um forte instrumento no processo de aprendizagem. Quando bem utilizado ele proporciona o incentivo à leitura, assim como leva o aluno a fazer um exercício de análise sobre a realidade e repensá-la de forma diferenciada. Trabalhado em sala de aula, o teatro possibilita a melhora da aprendizagem dos conteúdos, uma vez que possui um caráter lúdico levando o aluno a obter um interesse maior pelo conteúdo. A relação entre a Geografia e a Literatura é uma das experiências que vem sendo exercitada no PIBID. Isso sendo feito através do teatro que pode ser utilizado de várias maneiras nas escolas de forma interdisciplinar, não ficando restrito apenas a uma ciência.

Diante disso, o subprojeto do PIBID de Geografia associa a literatura com o teatro fazendo uma análise crítica sobre as obras de Monteiro de Lobato, estudando o contexto histórico em que o autor estava inserido, fazendo um levantamento bibliográfico para que desta forma pudéssemos ter um embasamento teórico antes da elaboração da peça teatral. Partindo desse viés, a peça teatral foi elaborada após um estudo aprofundado de algumas obras do autor nas quais apresentava personagens que eram tratados de forma preconceituosa, como Tia Nastácia, tio Barnabé e o Jeca Tatu. As obras de Monteiro Lobato, como exposto anteriormente, apresentam um caráter racista, fruto de todo um contexto social, político e ideológico vivido pelo autor, que era adepto das ideias eugênicas que pregava a supremacia de uma raça sobre outra. Após análise da obra do referido autor, Caçadas de Pedrinho, a peça de teatro foi montada fazendo uma adaptação no texto do autor, sem a forma preconceituosa que o escritor tratava os personagens.

Diante do que foi exposto pode-se analisar que o teatro na escola contribui no processo de ensino e aprendizagem, assim como ajuda na formação do professor, uma vez que a elaboração da peça teatral, as análises feitas e os caminhos percorridos colaboram no processo de formação dos alunos inseridos no projeto e produzem uma visão crítica sobre a sociedade analisando a história, assim como o que é transmitido para os alunos nas escolas. Desta maneira os discentes do subprojeto do PIBID de Geografia serão futuros docentes que saberão analisar de forma mais crítica os conteúdos, assim como utilizar de recursos didáticos que auxiliarão no processo de ensino e aprendizagem. Pudemos observar que o teatro foi um recurso utilizado pelo projeto para fomentar nos docentes em formação a busca por novas práticas pedagógicas, e levar os alunos a terem uma visão crítica da sociedade, sempre analisando o seu contexto, para que desta forma sejam professores que não reproduzam ideologias. Além disso, o Programa ajuda na melhoria do ensino das escolas públicas mostrando aos professores que é possível sempre buscar metodologias para auxiliar no processo de aprendizagem.

As oficinas pedagógicas que são realizadas no PIBID são uma das práticas desenvolvidas no projeto. Estas oficinas são desenvolvidas junto com os professores das escolas, com os alunos e os integrantes do PIBID e são realizadas em grupo. Antes de tudo precisa-se saber qual conteúdo o professor irá dispor para que os bolsistas possam organizar as oficinas. A partir daí são feitas diversas pesquisas em artigos, revistas e livros, leituras e discussões no grupo para começar a organizar a oficina, tentando sempre adequar a linguagem e buscar diversas metodologias que façam com que haja a participação e o interesse dos alunos das escolas. Tem-se a preocupação de não focar somente no livro didático e aprofundar a leitura com outras fontes. As metodologias utilizadas são aulas teóricas com uso de recursos multimídia, exposição de vídeos e atividades interativas, com o intuito de promover a curiosidade e a capacidade de reflexão dos alunos sobre os assuntos abordados, promovendo assim a integração entre todos os participantes. Os conteúdos são trabalhados de uma forma problematizadora, relacionando com o cotidiano do aluno abrindo debate para as experiências dos estudantes com o assunto discutido. Como forma identificar a reelaboração do entendimento do aluno sobre o conteúdo trabalhado, são feitas atividades que o aluno demonstre a apreensão do conhecimento. São de grande importância a utilização de práticas pedagógicas, em que um envolvimento entre os alunos e os ministrantes das oficinas

auxiliando no aprendizado, estimulando a criatividade e a interação na participação da realização das atividades. Essas inovações trazidas nas oficinas acabam quebrando a ideia de que os alunos são para ficar sentados sem poder interagir com aula, só ouvindo o professor. Desta forma acaba desmistificando a ideia de que a Geografia é uma matéria decorativa e passando a compreensão de que a disciplina é reflexiva e crítica que possui uma relação com a sociedade-natureza, mostrando sempre a realidade em que vivemos.

CONCLUSÕES

Entende-se, portanto, que o PIBID vem se tornando uma importante política pública, pois o licenciado pode atuar no seu campo de trabalho na formação inicial, com essa proposta de se inserir nas escolas públicas, para desenvolver trabalhos didático-pedagógicos deixando um pouco de lado o método tradicional. Isso ocorre sob a orientação de um docente do curso e um professor da escola, assim possibilita ao bolsista ter contato com o seu futuro profissional, e ao mesmo tempo permitindo o amadurecimento como professor durante a formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. A Educação Não-Fornal e a Escola Aberta. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação** – Educare, 2008.

SANTOS, Ana Rocha dos, **Formação docente e práticas pedagógicas: a importância do programasPibid e prodocência no ensino de Geografia**. Disponível: https://ri.ufs.br/bitstream/123456789/1029/1/Impot%C3%A2nciaProgramaPIBID.pdf.

TANGERINA, R.; UHLMANN, E; VEIGA, A.; LASIEVICZ, A; **A Geografia na Educação Não-Formal: As práticas inovadoras do parque da ciência Newton Freire Maia**. In: Anais do X Congresso Nacional de Educação – Educare, 2011.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. **A Educação Não-Fornal e a Escola Aberta**. In: Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – Educare, 2008.

Eixo 1 : Ensino de Geografia

RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS: IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS FORMAS ESPACIAIS

Ana Paula Almeida Silva (Geografia-UFS)[5];
aninha18rodriguez15@hotmail.com
Anderlane Lima Santos (Geografia-UFS)[1];
anderlanelimasantos@gmail.com
Thainar Almeida dos Santos (Geografia-UFS)[1];
Thainaralmeida28@gmail.com
Vanderléia Oliveira de Sousa (Geografia-UFS)[1];
Vanderleiaos@live.com
Profa. Dra. Marleide Maria Santos (orientadora).
marleidesergio@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva promover o entendimento das paisagens geográficas do município de São Domingos a partir da análise do processo de formação territorial desse espaço, por meio da aplicação de uma oficina pedagógica. O objetivo da atividade foi a reconstrução de memórias diante da observação das transformações ocorridas nas formas espaciais bem como, a identificação de elementos que compõem o espaço; foi estabelecido um diálogo por meio da utilização de questionamentos a partir da exposição de um mural de fotografias com imagens que representam formas criadas ao longo da dinâmica de constituição do espaço e que sofreram mudanças significativas. Deste modo, a aplicação da oficina resultou em uma troca ampla de conhecimentos entre a comunidade presente e os responsáveis pela aplicação da dinâmica, proporcionando a construção de conceitos vinculados às contradições associadas a produção do espaço local. Além disso, os estudantes conseguiram observar a modificação constante das formas espaciais utilizando-se como referenciais as vivências cotidianas, a exemplo dos lugares onde eram realizadas as brincadeiras da infância. Portanto, a identificação de elementos e aspectos do espaço, resultaram em uma experiência bastante expressiva entre estudantes, professores da Educação Básica e bolsistas do PIBID de Geografia, através do constante diálogo contribuindo para reflexão e compreensão do espaço, propiciando o resgate de memórias e a valorização da comunidade local.

Palavras-Chave: Oficina Pedagógica; Reconstrução de memórias; aprendizagem.

[5] Integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES- Edital n° 004/2014. Subprojeto Saberes e fazeres na formação docente: o lugar das práticas pedagógicas no ensino de Geografia. Departamento de Geografia/Campus Prof. Alberto Carvalho.

INTRODUÇÃO

Compreender as formas espaciais criadas pelos indivíduos, bem como as modificações ocorridas no espaço, associadas ao processo de formação territorial, permite realizar um exercício de "reconstrução de memórias". Entende-se como a maneira de armazenar fatos, lembranças relacionadas as experiências vividas no passado por grupos sociais em diferentes locais, construindo arranjos e características diversificadas em determinado espaço geográfico.

Para isso, ocorreu o planejamento de uma oficina pedagógica para ser desenvolvida junto ao Projeto Busão da Ciência que visa buscar meios para veicular acesso à educação entre comunidades com o auxílio de atividades práticas. Esta oficina foi realizada no município de São Domingos por bolsistas do PIBID em uma das praças públicas dessa localidade.

As atividades foram efetuadas com estudantes e professores da Educação Básica do Ensino Fundamental de escolas localizadas nas proximidades da praça, e tiveram como objetivo proporcionar um resgate histórico do processo de formação territorial do município, partindo da visualização de fotografias que representam paisagens geográficas ao longo do processo de construção socioespacial diante da ação exercida pelos sujeitos no decorrer do tempo histórico. Acrescenta-se também a participação de pessoas da comunidade que também se mostraram interessadas naquelas atividades.

As formas espaciais como igrejas, praças, ruas, casas são frutos da consciência objetiva dos indivíduos constituem uma produção social resultante das vivências cotidianas. A produção social da vida assume determinados valores que são expressões de significados que evidenciam a presença de identidades regionais próprias entre os sujeitos. De acordo com Moraes, (1991, p. 16) essas formas são produto de intervenções teleológicas, materialização de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais.

A construção de identidades próprias no município ocasiona a constituição de características típicas desse lugar a partir de interesses dos grupos sociais que desenvolvem estratégias de domínio sobre os espaços a fim de manter a organização social, perspectiva vista nas formas da igreja e mercado central da localidade as quais passaram por modificações na estrutura original.

Ressalta-se que é nesse processo de transformação que ocorre a ocultação de determinadas formas e valores presentes no espaço, lembranças que têm sua expressão a partir de resquícios de memórias que constituíram o pensamento de determinada sociedade. A paisagem é um registro histórico de época e um documento de cultura (MORAES, 1991).

Considerando-se essa perspectiva, o município de São Domingos possui um processo de formação recente, no entanto, ao longo de sua construção, diversos aspectos podem ser percebidos, mediante a efetivação de práticas sociais, que para Corrêa (2006, p. 35) "são conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço". Assim, essas ações produzem espaços com características e significações diversificadas diante da intensa complexidade da sociedade moderna.

Isso deve-se ao dinamismo das paisagens geográficas que são trabalhadas e produzidas diante de conflitos que emergem na sociedade. Essas mudanças segregam determinados valores e formas que são esquecidos, pois já não representam o interesse dos grupos sociais dominantes.

Por outro lado, há possibilidade de realizar um resgate histórico dessas memórias, mantendo viva aspectos presentes em determinados objetos e elementos do espaço que constituem a identidade dos indivíduos.

É sob este olhar de resgate de características de um espaço que é visto a produção do território de São Domingos, sendo importante a realização de mecanismos que articulem meios que possibilitem o entendimento da constituição desse espaço geográfico. Entre esses destaca-se um resgate histórico de memórias presentes na consciência das pessoas que produzem a organização espacial mantendo vivo o pensamento cultural dos grupos sociais.

Assim, a oficina pedagógica buscou reconhecer estas características fruto do processo de formação territorial a partir das formas e paisagens geográficas que resultam das vivências cotidianas entre os grupos, proporcionado aos sujeitos dessa espacialidade, o desenvolvimento de habilidades que promovam a ampliação da capacidade reflexiva e o entendimento dos elementos que compõem o espaço através da construção de conceitos. Para (CAVALCANTI, 1998), "a "qualidade" da observação depende das experiências já vivenciadas pelos alunos em relação ao objeto observado, o que implica, também, ter como fonte de conhecimento geográfico o espaço vivido, ou a geografia vivenciada cotidianamente na prática social dos alunos".

METODOLOGIA

A oficina pedagógica foi realizada a partir da exposição de fotografias, referentes a constituição histórica do munícipio de São Domingos, situado no agreste sergipano. Desta forma, com o auxílio da internet, foi executada uma seleção de imagens que evidenciam paisagens importantes ao longo da construção da cidade. Assim, com o uso de papel fosco, cola e durex foi construído um mural de fotografias de forma a dar condições para uma apresentação em espaço aberto, em praça pública como atividade inserida no Projeto Busão da Ciência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da oficina resultou na troca de informações diversificadas, possibilitando o conhecimento de fragmentos de memórias que fizeram parte da formação territorial do município de São Domingos. A compreensão da atividade foi possível diante da colaboração intensa entre participantes e alunos responsáveis pela apresentação da dinâmica pedagógica.

Deste modo, esse trabalho permitiu a formação de conhecimento a partir do entendimento das paisagens geográficas presentes nas fotografias pelos participantes. Sendo importante ressaltar a participação e interesse do público através de questionamentos, trazendo diversos aspectos relacionados à vivência cotidiana.

No âmbito do projeto, a oficina contribuiu para discussões da temática durante as reuniões do PIBID, aspecto importante valorizando o saber assistemático do aluno que pode ser transformado em conceitos construídos cientificamente. Assim, utilizando-se um mural de fotografias, foi possível a compreensão do lugar de vivência, a partir de imagens históricas locais, como ruas e praças que possuem elementos que fazem parte do modo de vida dos indivíduos possibilitando a identificação de características, chegando a um conceito maior no qual estão inseridas categorias geográficas como a paisagem o espaço e as suas relações com o meio social.

CONCLUSÃO

A oficina pedagógica possibilitou compreender o processo de formação espacial da cidade de São Domingos, contribuindo para a valorização desse espaço. Deste modo, tendo condições de observar o processo de produção espacial, ou seja, a concretização da materialização de formas em menos de um século de história. Portanto, a dinâmica proporcionou trabalhar o conceito de paisagem, inserido dentro da complexa dinâmica do espaço geográfico, associado as transformações ocorridas bem como, os significados existentes na consciência social, formando conhecimentos essenciais para a valorização da localidade em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

MORAES, Antônio C. Robert. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

Eixo 1: Ensino de Geografia

TEORIA/PRÁTICA/PRÁTICA/TEORIA: A EXPERIÊNCIA DE OFICINAS PEDAGÓGICAS

Adenilde Alves dos Santos (Geografia-UFS)[6];
adealves8@gmail.com
Izabel Cristina Santana Silva (Geografia-UFS)[1];
isa-bel46@hotmail.com
Marta Carolina dos Santos (Geografia-UFS)[1];
marta11carolina@hotmail.com
Mônica Andrade da S. Santos (Geografia-UFS)[1];
monica.neo@hotmail.com
Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sergio (orientadora).
marleidesergio@gmail.com

Resumo

A vivência no espaço escolar permite ao ser humano o acúmulo de experiências favoráveis ao seu desenvolvimento. No entanto, a forma como o conteúdo é transmitido influencia na maneira como o conhecimento é apreendido. O presente trabalho pretende apresentar o resultado da experiência de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia da UFS, Campus Prof. Alberto Carvalho, em sala de aula e nos encontros e debates sobre leituras que envolvem teoria de aprendizagem histórico-crítica e reflexão sobre o ensino de Geografia. No ano de 2014 foram aplicadas oficinas que tinham como tema o clima, em turmas do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Eduardo Silveira, na cidade de Itabaiana/SE. O desafio era trabalhar em sala de aula práticas pedagógicas que contribuíssem para o aprofundamento de conteúdos e para a reflexão da realidade dos alunos, através da problematização do assunto. Buscou-se desenvolver a oficina por meio da interação, na qual a participação das turmas era essencial para os objetivos esperados. Considera-se que o aluno é sujeito do conhecimento, capaz de contextualizar e refletir sobre aquilo que se ensina e se aprende. Foi possível perceber que a metodologia de construção de conceitos usada favoreceu a interação dos envolvidos, e permitiu aos bolsistas visualizar na prática a possibilidade do professor usar estratégias para manter uma melhor interlocução com o aprendiz.

Palavras-Chave: Aprendizagem; problematização; prática pedagógica.

[6] Integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES- Edital n° 004/2014. Subprojeto Saberes e fazeres na formação docente: o lugar das práticas pedagógicas no ensino de Geografia. Departamento de Geografia/Campus Prof. Alberto Carvalho.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem em seus princípios a contribuição para a formação do professor com vistas à obtenção de uma melhor aproximação com a comunidade escolar e com a futura profissão de seus bolsistas. Para o cumprimento de tais preceitos, busca-se nas leituras e debates realizados nas reuniões de grupo uma reflexão sobre o ser professor, seu papel no ensino-aprendizagem e também a importância do conhecimento prévio do aluno, que por sua vez é um determinante na aprendizagem. O professor seja em qualquer área do conhecimento, segundo as leituras realizadas pelos discentes, deve trabalhar a construção de conceitos e não levá-los à memorização. A forma como o conteúdo é apresentado permite ou não a construção de um "conceito próprio" pelo aluno. Moraes (2007, p. 99) afirma: "... Considero que a função do educador é a de possibilitar ao aluno chegar ao conhecimento científico por meio de procedimentos concretos a fim de que, posteriormente, possa relacionar o que é ensinado com o cotidiano fazendo com que, dessa forma, ocorra a aprendizagem significativa".

Dentro da Geografia ocorre a discussão acerca dos conceitos geográficos, entre autores que, a exemplo de Couto (2007) no texto Pensar por Conceitos Geográficos, apresenta a aprendizagem por conceitos, a construção desses a partir da investigação, usando uma metodologia que não desvincula o processo de construção do conceito da realidade concreta. É evidenciado o papel social da Geografia, de analisar o espaço e das relações como se constrói as sociedades. Partindo desse princípio houve o planejamento de uma oficina pedagógica, que manteve a problematização como foco. Primeiramente o professor supervisor do Colégio sugeriu o tema a ser trabalhado; foram selecionados os conteúdos mais importantes a ser discutidos em sala de aula. Essa oficina foi nomeada de *Aprendendo a dinâmica do clima* (figura 1). De maneira que abordasse a realidade dos alunos, instigando a participação dos mesmos, aproveitando o seu conhecimento prévio, questionando-os sempre. Levando em conta que o clima é um elemento natural que tem influência direta no dia-a-dia das pessoas, como também sofre ação humana; é ele um dos fatores que determina, por exemplo, o tipo de vegetação e o ecossistema de uma dada região, constituindo um elemento fundamental para compreender o espaço geográfico.

Sendo assim, objetiva-se mostrar a relação que existe entre a organização e a realização da oficina *Aprendendo a dinâmica do clima* e as leituras e discussões ocorridas sobre textos que tratam do ensino voltado para a aprendizagem.

Figura 1 - FONSECA, Alex Conceição. Outubro de 2014.

METODOLOGIA

Para a elaboração da oficina pedagógica houve a necessidade de pesquisa em livros didáticos, livros científicos, revistas, jornais para assim, trabalhar o conteúdo em sala de aula. A aplicação foi feita em três turmas do 1° ano do Ensino Médio do Colégio Eduardo Silveira, em Itabaiana. Visando um melhor esclarecimento do assunto foram expostas imagens e um vídeo, além de uma dinâmica feita com bexigas coloridas que continham perguntas relacionadas ao que seria explanado pelas bolsistas, e por fim as turmas participantes elaboraram textos sobre a experiência. Posteriormente, em reuniões semanais de grupo ocorreram debates sobre o ser professor, considerando-se a experiência vivenciada na oficina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da experiência vivida em sala de aula, nas reuniões e debates sobre os assuntos e teorias destacados na realização da oficina percebe-se que as práticas pedagógicas voltadas para uma dinâmica que envolve o educando podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades que envolvem a observação, a reflexão e a criticidade da realidade. Acrescenta-se ainda a importância para formação do futuro docente em consonância com os preceitos do PIBID.

A oficina que teve uma temática muito temida (clima) pelos alunos da educação básica foi um sucesso, tendo em vista que os resultados expressos nos textos escritos pelos alunos das séries contempladas pelo programa revelaram que tiveram uma maior facilidade em relacionar a teoria com a prática. Os textos ainda evidenciaram que uma prática problematizadora pode ser muito mais atrativa, estimulando a reflexão, assimilação dos conceitos geográficos com a vida cotidiana. Constatou-se o êxito de levar os alunos a uma reflexão sobre o clima e a sociedade. Eles puderam com um olhar crítico destacar como os efeitos naturais e antrópicos funcionam, fazendo com que os mesmos se questionassem e analisassem os impactos causados na sociedade e no meio ambiente no qual vivem. É necessário ressaltar que os alunos tiveram uma grande participação nessas oficinas (figura 2).

Figura 2 - FONSECA, Alex Conceição. Outubro de 2014.

A prática pedagógica promove mudança de comportamento, desafios a serem vencidos e problemas a serem resolvidos, para assim o licenciando ter uma formação crítica sobre a realidade e poder se inserir como sujeito transformador da sociedade de acordo com suas proposições e circunstâncias.

CONCLUSÕES

Notadamente o processo de construção do conhecimento é adquirido pelos alunos de maneira gradual, que corresponda a um processo cumulativo de informações e conhecimentos importantes para a vida cotidiana. Na escola há preocupação com o acesso ao saber, diante disso, criam-se estratégias que permitam a melhoria da aprendizagem proporcionando assim um ensino de qualidade através dos educadores. Os pibidianos têm esse desafio de buscar metodologias que se adequem a realidade dos alunos, sempre questionando e instigando-os à reflexão.

A oficina foi construída como intuito realizar uma prática problematizadora, baseada na construção dos conceitos, permeada da ideia de que a aprendizagem deve ser construída e não imposta, mostrando assim a relação que existe entre aquilo que os bolsistas do PIBID vivenciam na prática e na teoria caminham para um único contexto.

REFERÊNCIAS

COUTO, Marcos Antônio Campos. Pensar por conceitos geográficos. In: CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 79-96.

MORAES, Jerusa Vilhena de. A teoria de Ausubel na aprendizagem do conceito geográfico. In: CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 97-112.

TRABALHOS EIXO 2

Eixo 2: Espaço Agrário

PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA

Bruno do Nascimento Mendonça (Geografia- UFS) [1];
bruno_ufs@outlook.com
Cléverton Machado Reis (Geografia- UFS) [1];
kleverton_iluminado@hotmail.com
Eluana Lídia Santos (Geografia- UFS) [7][1];
eluanasantos17@gmail.com
Joseilde Andrade Mendonça (UFS) [1];
joseildeandradegeografia@hotmail.com
Marleide Maria Santos Sérgio (orientadora).
Marleidesergio@gmail.com

Resumo

O presente resumo tem como objetivo apresentar o projeto de criação e desenvolvimento de uma horta em uma área localizada na Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho em Itabaiana-SE. Esse projeto vem sendo desenvolvido pelos alunos participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID, bem como pelos Colégios Estaduais a ele vinculados. O objetivo do projeto é levar aos alunos uma maior conscientização sobre os modos de produção convencional e orgânico, uma vez que estes influenciam diretamente na sua qualidade de vida. Foram feitos levantamentos bibliográficos e debates sobre o tema em questão, com o auxílio de alguns agricultores da Região do Agreste, visando uma orientação sobre como construir uma horta, métodos de plantio e conservação do solo, sementes mais adequadas e repelentes naturais contra pragas. Para essa construção foi preciso num primeiro momento a escolha de um local adequado, baseando-se em uma série de pré-requisitos, tais como, local imune de produtos químicos há pelo menos dois anos, que estivesse exposto ao sol, apresentasse disponibilidade de água e não possuísse um solo pedregoso. O local que mais se adequou a esses requisitos foi ao lado da Universidade, onde possibilitou pôr-se em prática a questão tratada. Logo após foi necessário o revolvimento da terra, uma adubação adequada e a elucidação dos tipos de cultivos que iriam ser inseridos. Foram eles: couve, cebolinha, alface e coentro, todos plantados com sementes adquiridas através do contato com alguns agricultores orgânicos.

Palavras Chave: horta, conscientização, agricultores, produtos químicos.

[7] Integrantes do Programa Institucional de Bolsista Iniciação à Docência PIBID/CAPES Edital n° 004/2014; Saberes e Fazeres da Geografia; Departamento de Geografia de Itabaiana- DGEI.

INTRODUÇÃO

A produção agrícola consiste em cultivar sementes e produzir alimentos dentro de determinados padrões técnicos. Nesse sentido destacam-se formas de produção conhecidas como orgânica e convencional. No sistema orgânico é possível observar que existe um manejo diferenciado ao se trabalhar com o solo, de tal forma que possibilite o favorecimento do mesmo; a conservação não contempla apenas o solo, mas inclui também a água e a biodiversidade. Dessa forma, a produção de alimentos apresenta um padrão de qualidade que respeita os diversos elementos naturais refletindo-se na saúde dos consumidores e produtores. Ou seja, se tem um saldo positivo no que se refere a qualidade do alimento produzindo de forma sustentável, assim é notável que haja um maior interesse por esse tipo de consumo, proporcionando aos produtores, em sua maioria camponeses que praticam atividade com seus familiares e em pequenas áreas, a obtenção da renda, dado o fato de uma maior valorização do produto orgânico no mercado consumidor. Para esse tipo de cultivo ou manejo é necessária uma série de aquisições. De acordo com a Lei nº 10.831 que dispõe sobre agricultura orgânica;

> Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Ao contrário da forma de produção descrita acima, o modo convencional apresenta-se atualmente como modelo hegemônico agrícola, mostrando-se apto no que se refere a grande produtividade e não levando em conta a necessidade da utilização de insumos químicos que inclui venenos comprovadamente nocivos à saúde humana e animal. Nessa forma de produção destacam-se a monocultora geralmente voltada para a exportação visando o lucro através das grandes propriedades latifundiárias. Neste caso já entraria na questão da reforma agrária, onde o pequeno proprietário não possui a terra para produzir o alimento para sua subsistência. Entretanto esse modelo também vem sendo adotado pelo pequeno produtor, porque na maioria dos casos se mostra como a única alternativa, visto que grande parte deles não tem ainda conhecimento sobre o modelo orgânico. A quantidade de "venenos" introduzida no sistema de produção convencional é imenso, o que acarreta danos muito grandes à saúde daqueles que ingerem estes produtos. Em relação aos efeitos dessa forma de produzir, é importante considerar que;

> Os sistemas agrícolas convencionais, caracterizados pelo intenso revolvimento do solo e pelo uso de elevadas quantidades de adubos químicos e agrotóxicos, contribuem, mais intensamente, para as perdas de composto orgânico do solo. Dessa forma, desenvolve-se o processo de degradação química, física e biológica do solo, tendo como produto a redução de produtividade das culturas exploradas, cada vez mais acentuada com o manejo inadequado e o uso contínuo do solo (RASMUSSEN et al., 1998; MIELNICZUK et al., 2003).

A partir destes tipos ou modos de produção o projeto tem como objetivos, oferecer uma base para que os alunos nele engajados possam conhecer uma pratica alternativa e optar por algo que possibilite uma melhoria na sua qualidade de vida, além de levar essa experiência às escolas que estão articuladas com o PIBID de Geografia, possibilitando ainda uma interação e vivência dos acadêmicos com a prática agrícola, para que percebam os benefícios e malefícios de cada modelo.

METODOLOGIA

A metodologia para o desenvolvimento do projeto envolveu momentos de revisão bibliográfica com base em: artigos científicos, que mostram a posição do Brasil como maior consumidor de agrotóxicos, em dossiês que apresentaram dados científicos sobre a repercussão desse uso na saúde dos consumidores e consumo nas lavouras do Brasil, como mostrado na tabela;

Tabela 1: Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011.

BRASIL		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos (Milhões de L)		599,5	643,5	693,0	706,2	687,5	686,4	673,9	725,0	827,8	852,8
Fertilizantes (Milhões de Kg)		4910	5380	6210	6550	6170	6070	6240	6470	6497	6743

Fonte: SINDAG, 2009 e 2011; ANDA, 2011; IBGE/SIDRA, 2012; MAPA, 2010.

Além de discussão de textos voltados para a temática, visitas a campo em “malhadas” para o conhecimento do modo de produção orgânico bem como o preparo da compostagem feita a partir de fezes de animais e restos orgânicos (também passado por uma série de requisitos), e do composto orgânico com base em restos de comida, cinzas, água, palhas etc., além da participação em palestras realizadas na Universidade com a presença de produtores da região que partilharam suas experiências e esclareceram dúvidas.

Foto 1: Palestra sobre modo de produção orgânico na UFS-Itabaiana, com o agricultor “GONZAGA”. (Fonte: Bruno do Nascimento).

Para que os alunos envolvidos no projeto pudessem estar presentes em todas as etapas de produção e desenvolvimento da horta, foi estabelecido um calendário onde cada dupla ficou responsável pelo cuidado com a plantação um dia por semana, sendo que também ocorreu momentos em que todos estiveram presentes como nos processos de plantio, revolvimento e colheita.

Ressalta-se que em alguns momentos do desenvolvimento do projeto e plantação da horta, contou-se com a participação e colaboração do professor da educação básica e supervisor do PIBID Jackson Bruno que partilhou suas experiências de criação de uma horta, com os acadêmicos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de construção da horta foi possibilitado aos alunos, um contato direto com o que estava sendo estudado, contribuindo para um maior entendimento a respeito da produção de hortaliças orgânicas, além do estabelecimento de técnicas para irrigação conservação do solo e adubação da plantação, afastando a mesma do ataque de pragas sem precisar fazer uso de agrotóxicos ou fertilizantes.

Foto 02: Processo de plantio da horta e adubação do solo. (Carlos Gutierre Santos, 2015).

Após o plantio, as hortaliças passaram a ser regadas diariamente por duas vezes (manhã e tarde), bem como o revolvimento do composto orgânico para um maior e melhor desenvolvimento da plantação. A técnica ensinada pelos agricultores e que foi utilizada para o processo de irrigação, consistiu no revestimento das leiras com “sacos de estopa”, diminuindo com isso o processo de evaporação da água e mantendo o solo umedecido durante todo o dia.

Foto 03: Irrigação das hortaliças. (Taciana Andrade, 2015).

Ao final do processo, toda a plantação colhida foi dividida entre os alunos, que juntamente com os seus familiares puderam fazer uso de hortaliças orgânicas benéficas para sua saúde. Apesar de terem sido cultivadas em uma pequena área, com a utilização apenas da compostagem, pode-se comprovar que é possível obter resultados positivos e lucrativos a partir do modo orgânico de produção.

Foto 04: Pibidianos após a colheita das hortaliças. (Fonte: Jessica Rodrigues, 2015).

CONCLUSÕES

A partir do desenvolvimento do projeto concluiu-se que, é muito importante conhecer e valorizar o saber do camponês que lida com a terra de forma diferenciada na produção agrícola e o quanto essa convivência e lida com a terra é positivo para o acadêmico em formação, sabendo este o quanto a produção orgânica contribui para uma melhor qualidade vida. Constatou-se também que é possível a pratica alternativa de produzir alimentos faltando, no entanto a divulgação e o apoio às pessoas que já praticam esse manejo agrícola.

REFERÊNCIAS

ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos – **Estatísticas**. Disponível em http://www.anda.org.br. Acessado em 22 de dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dez. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de dez. 2003, Seção 1, p. 8.

Carneiro, F F; Pignati, W; Rigotto, R M; Augusto, L G S. Rizollo, A; Muller, N M; Alexandre, V P. Friedrich, K; Mello, M S C. Dossiê ABRASCO –**Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

IBGE/SIDRA. Brasil, série histórica de área plantada; **série histórica de produção agrícola; safras 1998 a 2011**. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric ou www.mapa.gov.br, acessado em 21 mar 2012.

MAPA, Ministério da Agricultura e Pecuária/AGE. **Projeções do agronegócio de 2009/10 a 2019/2020**. Brasília: MAPA/AGE/ACS, 2010, 76 p.

MIELNICZUK, J.; BAYER, C.; BESAN, F.M.; LOVATO, T.; FERNÁNDEZ, F.F. e DEBARBA, L. Manejo de solo e culturas e sua relação com os estoques de carbono e nitrogênio do solo. In: CURI, N.; MARQUES, J.J.; GUILHERME, L.R.G.; LIMA, J.M.; LOPES, A.S. e ALVAREZ V., V.H., eds. Tópicos em ciência do solo. Viçosa, MG, **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, 2003. v.3. p.209-248.

RASMUSSEN, P.E.; ALBRECHT, S.L. e SMILEY, R.W. SoilC and N changes under tillage and cropping systems in semi-arid pacific northwest agriculture. **Soil Till. Res**. V. 47. p 197-205, 1998.

SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. **Dados de produção e consumo de agrotóxicos.** Disponível em www.sindag.com.br, acessado em 20 dez 2011.

SINDAG. **Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas;** ***Anais do Workshop*****: Mercado Brasileiro de Fitossanitários**; Avaliação da Exposição de Misturadores, Abastecedores e Aplicadores de Agrotóxicos. Brasília: 28/04/2009.

Eixo 2: Espaço Agrário

A ORGANIZAÇÃO COOPERADA DO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU NO POVOADO CARRILHO, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

Bruno Ferreira de Oliveira (Geografia- UFS);
Brunoliveiufs@hotmail.com

Jessica Rodrigues dos Santos (Geografia- UFS);
Jessicaufsgeografia@gmail.com

Lucas Silva do Nascimento (Geografia- UFS);
Lukas_sillva@hotmail.com.br

Josefa de Lisboa Santos (Orientadora)
Josefalisboa@uol.com

Resumo

O presente artigo refere-se às pesquisas realizadas no munícipio de Itabaiana/SE, dentro dos estudos requeridos pelo Programa de Educação Tutorial[8].O cooperativismo no Brasil tem sido sem sombra de dúvida uma forma de promover o desenvolvimento social e econômico através da união de esforços em torno de um objetivo comum. No município de Itabaiana/SE, no povoado Carrilho situado a 06 km da sede municipal, a comunidade local dedica-se em sua maioria a atividade do beneficiamento da castanha, praticada pelos núcleos familiares da comunidade. Aquela realidade caracteriza-se pela precariedade de instrumentos de trabalho para a sua realização, longas jornadas de trabalho notadamente informal e com pequena margem de lucro em contraste com a lucratividade obtida pela compra e revenda dos atravessadores. O que leva a comunidade em questão a se tornar o objeto de estudo do presente trabalho é a ação da Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (COOBEC). Dessa forma, destacamos como objetivo identificar, através da organização política, as melhorias significativas nas condições de trabalho e no fornecimento do produto ao mercado. Assim, foi observado, parcialmente, que a organização da cooperativa trouxe benfeitorias a comunidade, destacamos a organização e otimização do espaço comum aos beneficiadores, além da oportunidade para a capacitação da comunidade em busca da autogestão, capacitação profissional, conquista de mercado e reconhecimento regional.

Palavras-Chave: cooperativismo; precarização do trabalho; atividades não agrícolas.

[8] O grupo PET de Geografia é coordenado pela Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos. Professora adjunta do Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

Não é incomum verificarmos comunidades rurais que se dedicam às atividades não agrícolas para manutenção de suas necessidades socioeconômicas, essa contradição do uso não agrícola do solo se justifica pela entrada do capitalismo no campo, que este acaba por imprimir uma outra utilização produtiva e econômica ao solo rural. A comunidade Carrilho, para a qual voltamos nosso olhar, é um exemplo de como é evidente o processo de precarização do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju (in natura). Entretanto, o que se verifica nessa comunidade é que alguns membros da comunidade resolveram tomar para si o controle da produção e comercialização do produto, através da criação da Cooperativa de Beneficiadores de Castanha (COOBEC), sobre os impactos dessa reação abordaremos mais adiante.

Fazendo uma breve viagem ao passado podemos constatar que o ser humano para vencer obstáculos precisou da união em torno de um grupo, este fator é pois o responsável pelo surgimento de uma sociedade onde cada indivíduo, ou melhor, ser social é responsável por uma atividade que beneficie a si próprio e aos que estão inseridos em seu entorno.

A união e cooperação, componentes de sociedades comunais que permitiu o avanço da humanidade não é tão eficaz na sociedade capitalista atual, pois, "(...) o capitalismo cria novas estratégias de proletarização do trabalhador rural (...) tornando-os meros vendedores de força de trabalho" (JESUS; SANTOS, 2012, p. 07). No cenário do capitalismo, em que onde os interesses individuais se sobrepõem aos interesses em comum, de um grupo a competição torna cada vez maior a exploração do trabalho em todas as suas modalidades possíveis, desta forma, no povoado Carrilho, nossa área objeto do nosso de estudo "a atividade do beneficiamento da castanha no espaço agrário apresenta-se como condição para permanência e sobrevivência do trabalhador expropriado da terra pelo capital" (COSTA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 07).

Nesse contexto de exploração crescente, informalidade e precarização do trabalho de instrumentos é que surgiu na comunidade a mesma reação organizativa que ocorreu em Rochdale (Manchester na Inglaterra) em meados do século XIX, o sistema cooperativo, que tinha por princípios: adesão voluntária; educação cooperativa; não preferência política e religiosa, entre outros. Convém trazer neste momento a definição conceitual do Congresso de Praga em 1948, o qual define que:

> Será considerada como cooperativa seja qual for a constituição legal, toda associação de pessoas que tenham pôr fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale (POLONIO, 1999, p.19-20).

O objetivo principal do presente trabalho é verificar as mudanças socioeconômicas que a comunidade do povoado Carrilho, no município de Itabaiana, no estado de Sergipe vem vivenciando com a criação da instalação do maquinário adquirido pela cooperativa de beneficiamento e comercialização da castanha de caju. Sabe-se que a instalação da cooperativa permitiu a instalação de maquinários que foram adquiridos através de projeto realizado em parceria com o Instituto Votorantim através do Programa Redes.

METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho foi realizado um levantamento de textos sobre a temática do cooperativismo, para a atualização do estado da arte, além de discussões sobre a temática por parte dos autores. Buscou-se ainda a leitura e discussão de textos sobre organização de comunidades e sobre a questão agrária. Posteriormente, foram realizadas pesquisas de campo como procedimento metodológico, com o uso das entrevistas com associados dos membros da cooperativa e sua direção com auxílio de um questionário pré-definido que permitiu aos autores obter as conclusões finas deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Naquela comunidade a atividade de beneficiamento da castanha de caju é uma atividade não agrícola, já que o produto in natura chega na comunidade através dos atravessadores sem que sejam ali produzidos. O trabalho é o assamento e descascamento do produto. Dessa forma, chama a atenção o fato de uma comunidade rural não desenvolver trabalho agrícola. Notou-se a partir de pesquisa de campo que em torno de 85% das atividades desenvolvidas no povoado estão relacionados a castanha. É comum ouvir os moradores afirmarem:

> - "o trabalho com a castanha é a única coisa que sei fazer";
>
> - "só o que faço há mais de seis anos é assar castanha, às vezes, sento ali e descasco, mas o que faço mais é o assamento";
>
> - "aqui é assim meu filho, quem não assa, descasca"; (Entrevistas com trabalhadores da castanha em trabalho de campo, 10/06/2014).

O debate em torno da inserção de atividades não agrícolas no espaço rural, ganha corpo nas produções científicas e, tem consolidado a compreensão de que o campo não precisa mais ser somente agropecuário. Luis Sugimoto, destaca que:

> A população rural do Brasil é de 14 milhões de pessoas e aproximadamente 4,5 milhões (30%) não sobrevivem mais da produção no campo. As atividades agrícolas vêm reduzindo sistematicamente o nível de empregos e gerando um volume de renda cada vez menor, enquanto as atividades não-agrícolas no meio rural, principalmente no interior paulista, proporcionam maior número de pessoas ocupadas e com remuneração bem melhor que as oferecidas pela agropecuária tradicional. Esta é uma tendência unânime em todos os estados do País. (Ibid, p. 10).

Ademais, as formas de trabalho não agrícolas estão se desenvolvendo a partir de muita precarização, como no caso do povoado Carrilho. Naquela comunidade são desenvolvidas atividades onde predominam o uso de equipamentos ou o improviso de instrumentos de trabalho produzidos de forma artesanal pela própria comunidade, quer dizer, por cada trabalhador, que elabora ao seu modo e conforme as condições que dispõe, acarretando várias

consequências à saúde como a intoxicação pela exposição às prolongadas horas de trabalho inalando fumaça no processo de torrefação da castanha.

Não bastasse, as barracas ou tendas onde a torrefação acontece são construídas com rebaixamento para evitar que a força do vento apague os fogões, feitos no chão. Para a realização da atividade os trabalhadores ficam em pé nas barracas, cujas coberturas são feitas com lonas. Dessa forma sofrem com incômodos lombares devido as posturas curvadas para a torrefação e ainda exigidas no processo de retirada da casca e retirada da pele, que eles realizam sentados em tijolos, sem o uso de luvas levando a corrosão das digitais por parte daqueles que se ocupam dessa parte do processo de produção.

Outro aspecto relevante que forçou a comunidade a buscar na cooperativa a alternativa de organização da produção e para a comercialização é a presença constante dos atravessadores. Esses desenvolvem a exploração através da prática da entrega do produto in natura e da sua compra, depois que o produto é beneficiado. Os atravessadores que impõem o ritmo de produção, o preço e obtém seus lucros com a venda da castanha já beneficiada.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a precarização do trabalho à qual os membros da comunidade veem-se expostos foi o fator principal que motivou a comunidade a fundar no ano de 2000 a Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (COOBEC).

A busca pela melhoria das condições de trabalho de seus associados proporcionando melhoria socioeconômica com a divisão quinzenal dos lucros e avanço qualitativo da saúde dos seus membros com a utilização de instrumentos adequados, como luvas, botas, tocas e óculos de proteção são atualmente, os objetivos da COOBEC (Cooperativa de Beneficiadores de Castanha);

Muitos são os desafios que ainda estão por serem solucionados, como a conquista de uma clientela fixa e fornecimento às grandes redes de supermercados e hoteleiras. Também outro desafio que a empresa cooperada busca vencer é aumentar o espaço físico, a produção e concomitante a isso o número de associados. A estrutura atual só comporta 30 associados, mas ainda é grande o número de pessoas na comunidade que beneficiam a castanha (in natura) a partir de condições precárias.

REFERÊNCIAS BOBLIOGRÁFICAS

COSTA, K. S.; CONCEIÇÃO, A. L. **A Precarização do trabalho e as (Res)vesses do capital no beneficiamento da castanha de caju no campo agrário Sergipano**. In: XI Jornada do trabalho, Trabalho e as escalas das práxis emancipatórias: Autonomia de classe frente à territorialização do capital. João Pessoa, 2010.

CARVALHO, D. M. de; et al. **O Trabalho familiar no processo de beneficiamento da castanha de caju em Sergipe; o caso do município de Itabaiana**. São Cristovão, 2009.

FERRINHO, H. **Cooperativismo e desenvolvimento rural**. Lisboa: Clássica, 1978.

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/jul2000/pagina10-Ju153.html. Acessado em: 14/06/2014.

JESUS, E. A.; SANTOS, L. J**. Políticas públicas e a precarização do trabalho: Uma análise do beneficiamento da castanha de caju em Itabaiana/ SE**. In; II Simpósio de desenvolvimento rural: Novas ruralidades e políticas públicas para a agricultura, São Cristovão, 2012.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; **LISBOA, Josefa**. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo - uma análise do controle do estado no espaço agrário, 2012; BRASILEIRO. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 14, p. 69-80, 2012.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**, 2ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. S. A**. O Crescimento econômico brasileiro com base no cooperativismo: Uma análise Socioeconômica**. Ilhéus: Universidade de Santa Cruz, 2008.

SUGIMOTO. L. **O novo mundo rural. In: Jornal da Unicamp -** Julho/agosto de 2000, p.10.

Eixo 2 - Espaço Agrário

ÍNDIOS XOCÓ: LUTA PELA RESISTÊNCIA NA TERRA

Edimarôn de Oliveira Souza

Universidade Federal de Sergipe – edimaron@globomail.com

Bruno Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe – brunoliveiufs@hotmail.com

Patrick Willian Conceição dos Anjos

Universidade Federal de Sergipe – patrick.willian14@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos – Prof[a]. Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET)

josefalisboa@uol.com.br

Resumo

Esse estudo busca apresentar como se encontra a comunidade indígena Xocó e sua luta pela permanência na terra de trabalho. A comunidade localiza-se na ilha fluvial de São Pedro, no município de Porto da Folha, no estado de Sergipe. O propósito é abordar o movimento de lutas pela reconquista das suas terras com base nos direitos indígenas, sua emancipação territorial e a atual forma de organização. Os índios Xocó através de conflitos com fazendeiros no final dos anos 1970, recuperaram a posse de parte das terras que almejavam, conseguindo somente a ilha fluvial de São Pedro com 96 ha, comprada pelo Governo do estado de Sergipe, visto que os Xocó se constituem uma das ultimas tribos remanescentes no estado. O estágio atual dessa pesquisa reflete o estudo da revisão das referências bibliográficas que pautam a luta pela retomada do território indígena no Brasil e em Sergipe. As reflexões até aqui realizadas permitem explicar que a luta por terras realizada pelos índios do território brasileiro continua na pauta do dia. O massacre aos índios continua recorrente, à medida em que suas terras permanecem sendo apropriadas por empresas capitalistas (o caso da Amazônia), por grileiros brasileiros e pelo Estado brasileiro (em nome dos empreendimentos desenvolvimentistas). Em Sergipe, no caso do povo Xocó, a situação não é diferente, aquela comunidade se mantém organizada e lutando, dessa forma mostrando que a terra é de suma importância para que não haja a dispersão dos índios, e consequentemente extinção da sua cultura, além de garantir a sua existência por meio do plantio e criação de animais.

Palavras-Chave: A questão indígena, Luta pela terra, Índios Xocó em Sergipe.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização que o Brasil sofreu implicou na expropriação de terras habitadas por indígenas, que ao serem desapropriados passaram a viver em condições de marginalização e exclusão social. A comunidade Xocó localizada em Porto da Folha/SE depois de ter sofrido um longo processo de desenraizamento e expulsão de seu local de habitação vem conseguindo desde a retomada de seu território ao revigoramento das relações que marcam a sua identidade.

O processo de luta pelo reconhecimento de espaço na sociedade se desdobra tendo como protagonistas grupos excluídos em ação, como os indígenas e os negros, que, ao não terem sua condição de donos de terras e mesmo seus direitos reconhecidos travam lutas contra a negação de sua participação da construção da sociedade atual. Os índios Xocó são exemplos de grupo social organizado no estado de Sergipe. Lutam pelo reconhecimento de sua participação na sociedade e por espaço para morar e trabalhar. Essa disposição para lutar vem assegurando a reprodução social desse grupo como se verá a seguir.

Esse trabalho tem o propósito de apresentar o estágio atual da comunidade Xocó, no que concernem as transformações socioespaciais que se materializam a partir do movimento de luta pela reconquista da terra, sua emancipação territorial e persistência da cultura indígena, 35 anos após a retomada das terras. Através desse estudo busca-se mostrar as relações sociais e de trabalho na comunidade, além das atividades que os mantém como indígenas e as que não os caracteriza como tal.

METODOLOGIA

Esse trabalho insere-se no conjunto de atividades do grupo de trabalho do Programa de Educação Tutorial, que desenvolve pesquisas sobre a luta pela terra no estado de Sergipe. A escolha da comunidade indígena Xocó deu-se em virtude da importância de descortinar as várias formas de ataque que o capital empreende aos diversos grupos sociais indistintamente. Para sua produção, de início foram feitas revisões bibliográficas de livros e artigos que abordam a luta por terra no Brasil e sobre o conflito por terra que envolveu a comunidade indígena Xocó em Sergipe. Foi desenvolvido ainda trabalho de campo na comunidade para realização de entrevistas com as lideranças da comunidade. Foram entrevistados o Cacique Bá (Lucimário Apolônio Lima), e o Pajé Raimundo (Raimundo Bezerra Lima). A partir da revisão bibliográfica e dos resultados obtidos com as entrevistas foram feitas análises e discussões acerca da realidade e dos desafios da comunidade em questão por partes dos pesquisados, para serem redigidas as considerações que são apresentadas nesse trabalho.

RESULTADOS

Em Sergipe, como em todo o Brasil, desde a colonização, a população indígena vinha sendo submetida ao modo de vida do europeu através da implantação das missões religiosas que tinham como objetivo catequisar os indígenas na fé católica, suprimindo suas próprias práticas religiosas e culturais e "domesticá-los" ao ritmo do trabalho, para servir como mão de obra. No caso do município de Porto da Folha, a ilha de São Pedro sediava uma missão que tinha à frente os capuchinhos. Nesse período "[...] Dois processos paralelos se desenvolvem concomitantemente à conquista e à colonização: genocídio, massacre de populações nativas e o etnocídio, destruição sistemáticas de culturas. Os dois processos conduzem as mortes dos índios. A diferença é que o genocídio assassina os povos em seu copo e o etnocídio os mata em seu espírito" (CLASTRES, 1982: p.54).

Apesar disso, é a partir do sec. XIX com a Lei de Terras editada em 1850 cujo propósito era garantir o direito a propriedade às elites abastardas, que a questão agrária no Brasil se aprofunda, agravando a vida dos grupos sociais descapitalizados.

A transformação da terra em mercadoria foi o marco da entrada do capitalismo no campo, esse sistema de posse de terra através da compra tornou-se causa da desigualdade no acesso a terra nos fins do século XIX. A falta de recursos para adquirir sua própria propriedade rural favorece a precarização do trabalho e dependência das classes pobres das elites agrárias que concentram a maior parte das culturas. (MARTINS, 1995, p. 103-124)

Nesse contexto, foram desconsiderados os índios e os negros. Foram todos colocados à margem da sociedade sem direito a propriedade, tendo em vista que somente os detentores do poder econômico passaram a ter a posse das terras. A integração dos índios a sociedade era usada como argumento para retirar destes o direito a habitarem nas terras de seus antepassados.

Em Sergipe o Presidente da Província Amâncio João Pereira de Andrade fez um levantamento sobre a população indígena no ano de 1853, na qual trazia:

> Possuindo os índios de Porto da Folha e seus descendentes uma légua de terras excedentes para a criação do gado não há ali uma só que possa notar abastada, sendo todos esses indivíduos, que só chegam ao número de 260 pobríssimos e miseráveis [...] podem essas terras ser aproveitadas e incorporadas aos Próprios Nacionais, podendo-se delas formar para o futuro muitas fazendas de gado com crescido proveito para o futuro (Arquivo Público do Estado de Sergipe, 1853, p. 243).

A carta mostrava o olhar da elite dominante destacando o preconceito dessa elite em relação à presença da comunidade indígena Xocó na região de Porto da Folha/SE. Para essa elite, os índios já haviam se mestiçado a ponto de perder a identidade indígena. O artifício utilizado para retirar dos indígenas a posse da terra foi o aculturamento a que estes foram submetidos, o que descaracterizavam os seus hábitos e seus costumes integrando-os a sociedade através do emprego dessa população nas fazendas de criação de gado, na produção do arroz e outras atividades que impunham o sedentarismo e a perda gradual das tradições dessas comunidades.

No final do século XIX, a mudança do regime do governo imperial para o republicano reforçou o poder da oligarquia rural, a qual poderia controlar e dominar as localidades com o auxilio do aparato do governo e uso de violência. No Baixo São Francisco sergipano, os fazendeiros iniciaram um processo de concentração de terras para criação extensiva de gado. Eles foram avançando sobre as terras indígenas, empregando os habitantes em suas fazendas, submetendo estes a descaracterização cultural. O coronelismo como forma de submeter à população pobre ao controle dos detentores de poder apresentou-se em Sergipe de forma violenta e autoritária. Na região em questão os fazendeiros com o uso exagerado da força mantinham as comunidades sobre controle com o uso de força policial e milícias próprias formadas por jagunços, que ameaçavam os empregados nas atividades das fazendas. (DANTAS, 1999, p. 55)

No caso Xocó, o uso da violência se dava através de ameaças a vida das lideranças e supressão dos hábitos culturais e religiosos, fazendo negar a própria identidade. O pajé José Apolônio Raimundo relata que: "Porque a gente tinha vontade de brincar nossas cerimônias, mas se dissesse que era índio eles matavam" (BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO-SP, maio/junho de 1983, p.19).

Esse ambiente de tensão levou a comunidade indígena a organizar uma resistência e luta pela retomada de suas terras, com o auxílio da Igreja Católica nas pessoas do Frei Enoque pároco da região e o bispo de Propriá Dom José Brandão de Castro que se colocaram a frente da luta, iniciada no ano de 1978. Todo imbróglio foi desencadeado por ocasião das eleições locais na qual a família dominante não consegue a eleição do seu candidato que foi amplamente rejeitado pelos índios Xocó. Entretanto, como forma de retaliação pela família dominante, cerca de 20 famílias foram ameaçadas de despejo. Não tendo para onde ir, se deslocaram para a Ilha de São Pedro e lá permaneceram durante uma batalha judicial em torno da posse da terra.(Idem, 57-59)

O conflito se deu pela luta de comprovação que o território já pertencia aos ancestrais dos próprios indígenas. Logo, a tradição passada de geração a geração dava conta que ainda no século XIX, em uma das expedições de Dom Pedro II as margens do rio São Francisco, o próprio Dom Pedro, ao tomar conhecimento da tribo, fez a concessão de uma área conhecida como Caiçara e a ilha de São Pedro, desse modo o que a comunidade buscava era a comprovação documental dessa posse. Logo, a justiça entendia que os próprios indígenas perderiam o direito a terra já que se encontravam integrados a sociedades perdendo sua identidade, por isso foi concedida a vitória aos fazendeiros. (Trabalho de campo, entrevista com o Cacique Bá, em 10/04/2014)

Diante do perigo de desapropriação e com o apoio das lideranças religiosas, os próprios índios solicitaram o apoio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que enviou uma antropóloga chamada Delvair Mellat. O trabalho da antropóloga era encontrar formas para comprovar a identidade do povo indígena, o que foi feito a partir do levantamento genealógico daquela população. "[...] quem fala por nós não é mais nossa pele não é o cabelo, é o espírito que ainda existe dentro de nós. Por isso nós conseguimos nossa terra de volta [...]" (Trabalho de campo, entrevista com o Cacique Bá, em 10/04/2014)

As famílias dos fazendeiros recorreram ao governo do estado para garantir a posse da terra em litígio, mas as pressões exercidas pela FUNAI e pelo bispo Dom José Brandão levou o governo a comprar a terra indenizando os fazendeiros, doado estas a União:

> Pelo decreto nº 4530 de dezembro de 1979 o Governo do Estado de Sergipe, sobre pretexto de reestabelecer a paz social desapropria a ilha de São Pedro.

> Reconhece assim o direito de propriedades dos Brito, que receberam Cr$ 2.400.000,00 pela ilha, que segundo decreto de desapropriação teria aproximadamente 600 tarefas, quando na realidade tem apenas 309, 28 tarefas (96,75 ha). Observe-se que o decreto de desapropriação não faz nenhuma alusão aos índios (BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO-SP, maio/junho de 1983, P.17).

Após a entrada em vigor desse decreto, o advogado da FUNAI, Romildo Carvalho conseguiu um acordo com os índios, que consistia em terem acesso a Caiçara para extração de barro para fins de fabricação de utensílios em cerâmica. Em troca, não reivindicariam a posse dessa área ficando instalado na ilha de São Pedro, com a proteção da FUNAI, auxílio médico e administrativo na organização comunitária, sem a interferência do governo do Estado. (BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 1983)

Para os índios Xocó a permanência na terra garante a sua perpetuação social étnica [...] queremos a nossa terra, a mãe terra vai criar nossos filhos, nossos netos, tataranetos até a ultima geração dos Xocó [...]. (Trabalho de campo, entrevista com o Pajé Raimundo, em 10/04/2014)

Logo após a reconquista da ilha no ano de 1993, a comunidade Xocó consegue provar que a Caiçara também pertencia a eles. O governo do Estado decidiu por comprar a Caiçara e entregar a administração aos índios Xocó.

CONCLUSÕES

No território em questão, tomado pela organização da comunidade que tem uma identidade forte vinculada ao modo de vida indígena, como se pôde observar em trabalho de campo realizado em abril de 2014, nota-se a permanência dos valores culturais e a reprodução da existência a partir da produção alimentícia. Observa-se que a área de plantio é utilizada para a produção alimentícia, cujo intuito é suprir as necessidades daquelas famílias.

O território permite a retomada da identidade de seus moradores com suas raízes genealógicas, revigoramento de seu modo de vida, reprodução/continuação de sua história através das gerações futuras, ou seja, a ilha e a caiçara não são locais apenas de moradia, mas de reprodução da identidade indígena. Segundo Ruy Moreira.

> Decorre, então, que a formação espacial, na verdade a formação econômico-social, deriva de um duplo conjunto de interações, necessariamente articuladas: a) o conjunto das interações homem meio, erroneamente denominadas "relações geográficas"; e, b) o conjunto das interações homem-homem, as relações sociais. (...) Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo. (1978, p.7-8)

Nas observações feitas para realização deste trabalho podemos concluir que a retomada do território indígena dos Xocó permitiu a comunidade uma melhoria significativa em sua qualidade de vida, a exemplo disso é a produção alimentícia que praticada em terras

próprias trás maior segurança à comunidade, e possibilidade de venda do excedente. Também citamos aqui a qualidade das moradias, que se assemelham as residências comuns de alvenaria, com acesso a toda infraestrura possível como fornecimento de energia elétrica e água tratada, colégio e posto de saúde. A aldeia por encontrar-se localizada próximo à outas localidades permite a interação dos jovens com as novas tecnologias, como acesso a telefonia, internet e outros meios de comunicação. Apesar disso, para as lideranças entrevistadas:

> Chegando aqui já percebe a dificuldade de preservar a cultura, primeiro, o mundo de fora está aqui dentro, porque tem umas comunidades que não é aldeia indígena que é vizinha nossa e tem uns costumes diferentes e que o nosso povo frequenta. Para controlar isso a juventude, dentro da nossa cultura, dentro dos nossos costumes é uma dificuldade muito grande, porque a cabeça dos jovens é diferente da cabeça do pajé. (Trabalho de campo, entrevista com o Cacique Bá, em 10/04/2014)

Dessa forma, observa-se que há internamente uma consciência da necessidade de manutenção dos valores indígenas.

Podemos concluir que a comunidade Xocó em Porto da Folha/SE, depois de passar um longo processo de desenraizamento pela apropriação indevida de suas terras conseguiu unir-se pelos laços de solidariedade e ajuda comunitária para reaver a posse do seu espaço de reprodução social. Essa união comunitária é o fator que permite a permanência e reavivamento da identificação da sua comunidade com a cultura indígena. Passados mais de 30 anos a comunidade que conta com cerca de 500 pessoas consegui manter-se unida em torno da sua preservação, mesmo com o desafio de formar os jovens e mantê-los fieis a sua cultura, livres dos perigos do mundo moderno como o perigo das drogas a preservação de seus costumes e tradições religiosas como o Toré, e o Ouricuri e suas vestimentas próprias, mantendo fortes relações com o catolicismo, em virtude da influencia da catequização e espírito comunitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **A outra vida dos Xocó**. Perdizes: comissão pró-índio, maio/junho 1983.

DANTAS, Beatriz Góis. Et.al. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UFS/ Banese, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 103-124.

MOREYRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais.** (ou para repensar a Geografia) Território Livre, São Paulo, n. 1,

Eixo 2 - Espaço Agrário

A CASA DE FARINHA COMO TRADIÇÃO CULTURAL E IDENTIDADE

Eliene Domingas de Souza[9], Universidade Federal de Sergipe, elienesouzinha@yahoo.com.br
Josefa Edilani de Souza[10], Universidade Federal de Sergipe, edilani_sz@yahoo.com.br
Gilvanio Fontes Santos[11], Universidade Federal de Sergipe, gilvaniofontes@yahoo.com.br

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise do processo da fabricação da farinha, bem como mostrar a importância dessa técnica para os moradores dessa localidade. Deste modo, percebe-se que a identidade está ligada a memória coletiva, isto é, a constituição cultural de um determinado grupo social. A maneira como a memória é exercitada é por si só um elemento que demarca a identidade. Para a efetivação da pesquisa adotaram-se os seguintes métodos: revisão bibliográfica, com intuito de construir a teria; e, pesquisa de campo, em meio à entrevista com os proprietários das casas de farinha. Através desses meios, pode-se definir a noção de identidade em Campo do Brito como uma identidade produzida, pois a existência dela é observável e relacionada a atos, procedimentos vinculados principalmente à produção de farinha de mandioca, estes envolvendo as concepções populares da sociedade, sendo ainda ela manipulada na tradição da produção, diante do aparato tecnológico dessa produção como na fabricação da farinha de mandioca.

Palavras-Chave: casa de farinha; tradição; identidade.

INTRODUÇÃO

A farinhada tem origem indígena que posteriormente foi absorvida pelos portugueses na época da colonização, segundo Silveira (2006, p. 01).

> (...) saber-fazer da farinha, a farinhada. Trata-se de uma herança da cultura indígena absorvida pelos portugueses no período colonial e mantida como expressão cultural dos pequenos agricultores até o presente, num processo de transformação da mandioca, intercambiado com o tradicional e o moderno.

A produção de farinha de mandioca é uma atividade centenária no Brasil que data dos tempos coloniais quando a mandioca era cultivada em pequenas roças direcionada a suprir a necessidade de alimentação dos plantadores de cana-de-açúcar. Chamada pelos portugueses de "farinha de pau", a mandioca foi introduzida na Ásia e na África por eles, no Brasil nos

[9] Mestranda em Geografia pela UFS.
[10] Graduada em Geografia pela UFS.
[11] Graduado em História pela UFS.

dias atuais, especificamente na região nordeste, a farinha de mandioca é marca presente nas refeições desses nordestinos.

Esse trabalho tem como tema principal a feitura da farinhada, tomada na análise como um demarcador identitário e elemento unificador, ícone central de unidade cultural, no município de Campo do Brito/SE.

Metodologia

Foi realizada uma análise bibliográfica elaborada com material já organizado, constituído de livros, textos, artigos, revistas, periódicos, teses e dissertações sobre o tema, os quais compreenderam leitura, análise e interpretação, dos mesmos. Com tudo buscou-se, em seguida, tratar de uma leitura sistemática para auxiliar na fundamentação teórica do estudo, da justificativa e na definição dos objetivos, para que houvesse consistência no levantamento teórico das temáticas abordadas.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A longa tradição voltada a farinhada, de certo, propiciou o aperfeiçoamento de variadas técnicas de produção ao longo do tempo. Entretanto, mesmo nas casas de farinha que já utilizam energia elétrica e equipamentos modernos, onde estão presentes as novas ruralidades, existe ainda a permanência de hábitos como a cantoria, o trabalho associativo, a reunião e a cooperação de grupos familiares, como ainda continuam a agregar o núcleo familiar. Pode notar que apesar da tecnologia empregada no processo, persiste a permanência das ruralidades (VISITA DE CAMPO, 2015).

Para os moradores do município de Campo do Brito, o fazer a farinha tem um significado simbólico, uma vez que a participação nesse processo permite que a família transmita os ensinamentos de uma geração à outra, considerando assim uma forma de aprendizado. Essa tradição vem passando de geração a geração por décadas, socializando o conhecimento herdado, sobretudo para os filhos.

> Contudo, a pluralidade de culturas fortalece as diferenças e atualmente assistimos às grandes diferenças nacionais, regionais e locais e uma busca constante de sua identidade cultural. Mesmo vivendo em um mundo cheio de produtos industrializados, cresce o interesse das pessoas em adquirir produtos regionais como forma de fortalecer a identidade com o local de origem. Como exemplo dessa realidade, pode-se citar a procura da farinha de mandioca e o beiju ou tapioca (SILVEIRA, 2006, p. 21).

Observa-se, assim, que a cultura da mandioca permanece com suas características originais, em que a divisão do trabalho tem traços rudimentares, principalmente, quando se trata do regime de produção de economia familiar, cujas particularidades são entrelaçadas por elos de produção entre familiares. Essa peculiaridade, nos dias atuais, é uma característica das atividades gerais do município, tanto no âmbito da produção da farinha, como na forma da cultura desse povo.

No caso da fabricação, as casas de farinha existentes no município têm uma mescla de trabalho rudimentar e emprego de novas tecnologias, nela ocorrem vários processos, que vão

desde a preparação do produto até a negociação do excedente, que incidem sobre a atuação de diversos atores sociais, com suas diferentes características como idade, gênero e aptidões.

Um traço comum à maioria dessas casas é a iniciativa de familiares, que contam com a participação de homens, mulheres e crianças no fazer da farinha, sendo cada um dos membros da família responsável por distintas tarefas do procedimento produtivo.

Nas casas de farinha pesquisadas, o processamento do produto de mandioca segue as seguintes etapas: transportadas em caminhões, camionetas, carroças ou mesmo em carros de bois. Sendo colocadas em cestos (também conhecidos como caçuás, ou balaios) para serem raspadas.

O trabalho masculino está voltado à execução de tarefas que requer maior força física, agilidade e habilidade com equipamentos, da mesma forma abrange risco ou perigo de acidente iminente como exemplo, o fogo. Enquanto às mulheres compete à tarefa manual e teoricamente mais leve, como a raspagem do tubérculo. Ressalta-se também que essa segmentação reproduz-se na definição dos espaços físicos, deixando evidente a realização das ocupações dos homens e das mulheres, ou seja, aos homens cabe o trabalho com as máquinas, o transporte da mandioca, já as mulheres são incumbidas dos serviços manuais no espaço físico de despejo da mandioca.

As etapas de fabricação da farinha tem início com o descascar da mandioca. Ao chegar à casa de farinha, a matéria-prima é colocada em um local específico, onde mulheres, crianças e adolescentes fazem o trabalho de raspagem com o uso de uma faca. Feito isso, a mandioca é encaminhada para triturar (fase da produção que requer muito esforço físico e em que se utiliza um equipamento conhecido como cevadeira), procedimento este exercido por homens. Posteriormente, é realizada a prensagem da massa da mandioca, em prensas (em geral) com divisões de grades para promover o escoamento da manipueira, sendo realizada por homens, já que é indispensável utilizar força física. A massa é colocada em uma peneira para a retirada do subproduto, a crueira, depois de peneirada está pronta para ir ao forno. Essa etapa demanda trabalhador mais especializado, pois a qualidade do produto é resultado do tipo de mandioca e da experiência adquirida do forneiro.

As casas de farinha funcionam como locais em que se reforçam as relações sociais, pois nestes espaços não se reúnem apenas os membros da família proprietária do produto, mas também parentes e vizinhos, que conversam à medida que concretiza o processo de fabricação da farinha.

Durante as etapas da feitura do produto ocorrem também o momentos de sociabilidade onde são manifestadas as mais diversas facetas de relações sociais. As transformações acorridas no transcorrer do tempo, em particular nestas fábricas de farinha, no que diz respeito às tecnologias, são alterações que, mesmo vagarosas, representaram mudanças no processo produtivo e nas relações de trabalho nesta atividade.

Mesmo assim ainda é encontrado no município casas de farinha usadas para pequena produção onde predomina o regime de mutirão para o processo, com a presença de familiares que se deslocam de outras localidades para ajudar nas tarefas da farinhada, assim como vizinhos e amigos que auxiliam na feitura, e, normalmente não dependem de algo em troca.

Conforme salientado por Woortmann e Woortmann (1997), a troca de dias de serviços entre os vizinhos, geralmente, encontram-se ligados por algum laço de consanguinidade. “o mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.” (CANDIDO, 2010, p. 69); bem como é visto, pessoas (vizinhos ou não) que exercem as atividades para adquirir remuneração, pagamento

de favores devidos, até para receber em troca uma parcela da farinha produzida ou da raspa para alimentar os animais ou mesmo vender. Nota-se então que por mais que essas várias formas de relação de trabalho no fabrico da farinha venha mudando, pode-se afirmar que mesmo com todas as transformações pela qual tem passado essa fabricação da farinha, percebe-se que essa existência trata-se de um exemplo de permanência de identidade cultural.

Durante a fabricação da farinha, ou no final desse processo, ainda é tradição cultural a fabricação de outros produtos como beiju de tapioca, de coco, de massa, pé de moleque, que são consumidos durante a jornada de trabalho, o excedente é dividido para consumo familiar durante as refeições, assim como em Campo do Brito, essas iguarias são apreciadas em todo o Nordeste, e, no fazer simbólico da farinhada, constitui o sentido da identidade e a representação do produzir herdado dos antepassados. No decorrer da atuação do trabalho, é comum a entoação de cânticos tradicionais, a casa de farinha transforma-se em um local de transmissão de acontecimentos do dia a dia como também de histórias individuais.

A identidade de um povo pode ser detectada por diversos fatores, entre eles a culinária, como é visível no município pesquisado que tem na tradição o consumo dos alimentos preparados da mandioca. Do consumo das folhas aos pratos mais preparados como bolo, pé de moleque, bolachinhas, entre outros que atualmente fazem parte das iguarias da mandioca e que vem servindo para desenvolver a localidade.

Integrado a COOFAMA a associação de derivados da mandioca representa a identidade associada à geração dos alimentos. Na visão de Cruz (2012) a perspectiva da valorização da origem dos alimentos consiste em um amplo e variado conjunto de dimensões e significados, que condizem com um movimento de reconhecimento e revalorização dos alimentos tradicionais, conforme afirma Cruz (2012, p. 273):

> [...] a produção de alimentos tradicionais é resultado de combinações de características naturais, de ocupação da região, de conhecimentos e de técnicas particulares, compartilhados entre os grupos produtores e repassados de pais para filhos, entre os quais, além dos relacionados ao manejo da propriedade, estão também os conhecimentos, as técnicas e as práticas, elementos que, articulados conjuntamente, são capazes de originar, ao final do processo, produtos com características singulares.

De modo geral, o contexto dessas iniciativas alimentares é característico da forte presença de agricultores familiares marginalizados, que procuram nessas estratégias outras formas de assegurarem sua reprodução social e preservar sua tradição e seu modo de vida. O sujeito se utiliza da obtenção do produto e do saber fazer não apenas para satisfazer as suas necessidades, mas também para expor seus conhecimentos, e de sua família ou da localidade, ou seja, sua cultura, o que, muitas vezes, leva à sustentação de práticas ou modos de produção de propriedades, operando até como forma de fortalecer as culturas tradicionais.

Para Menezes (2013):

> Esses alimentos portam histórias de vidas individuais e coletivas e estão interligados à forma como o indivíduo se identifica, ou seja, à sua identidade. A partir dessa realidade, o agricultor familiar, diante das dificuldades enfrentadas no seu dia-a-dia, transforma alimentos alicerçados pela procura ascendente do consumidor tendo em vista a garantia da reprodução econômica e social do grupo familiar (MENEZES, 2013, p.10).

E, dessa maneira, as iguarias ganham uma perspectiva no que se refere à sua representatividade, procurando manifestar sua tradição para os locais onde a mesma é valorizada e contribui para o desenvolvimento tanto sob os aspectos econômicos como também culturais de um determinado lugar. Uma vez que, ela proporciona a oportunidade na geração de renda e melhor qualidade de vida através da empregabilidade que oferece às comunidades locais.

CONCLUSÃO

Além de originar uma cultura alimentar, os derivados também devem ser refletidos enquanto um demarcador identitário, uma vez que possui significado simbólico e é determinante de uma identidade enquanto elemento cultural, e configura representações familiares, contextos sócio-culturais. Esse acontecimento é um fato social, a qual a origem está em um dado fato, mas sua interpretação é mediada pela cultura. Mesmo significando mudanças, ressignificando fatos antigos ou reinventando tradições, não implica em perdas de traços culturais, porém reafirma que sua natureza está intimamente ligada à produção de identidades culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WOORTMANN, E.& WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: 2010.

Silveira, Maryane Meneses. **Farinhada: uma construção simbólica na reprodução da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão. 2006.

Eixo 2 - Espaço Agrário

OS DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA TERRITORIAL NO NORDESTE E SEUS REBATIMENTOS NO TERRITÓRIO RURAL DA BACIA LEITEIRA-AL[1]

Franklin da Cruz Pereira*
Graduado em Geografia e membro do GDRR-UFS
franklin.flu@hotmail.com

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes/UFS**
marcelomendesufs@gmail.com

Resumo

O dinamismo no campo brasileiro, mais precisamente no Nordeste, depende da criação de políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar as particularidades locais e regionais no processo de desenvolvimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a política territorial envolve os diversos segmentos articulados na sociedade, associando a capacidade de gestão ao controle social dos recursos públicos destinados a efetivação da política territorial no Território Rural da Bacia Leiteira-AL, no qual abrange uma área de 2.782,9 Km², sendo composto por 11 municípios localizados na região semiárida do Estado de Alagoas. Atualmente, o referido território vem sendo assessorado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Utilizaram-se como procedimentos metodológicos a participação nas reuniões realizadas no GDRR, revisões bibliográficas, trabalho de campo, pesquisa de dados secundários no MDA, PTDRS, IBGE e PTC seguido do tratamento de dados, a fim de estabelecer uma relação teoria/prática ao mesmo. Torna-se também importante compreender as diversidades dos processos sociais e suas personificações dentro da agricultura familiar. De forma geral, identificou-se que nos últimos dez anos o acesso dos agricultores familiares ao microcrédito orientado tem aumentado significativamente, seja através de entidades públicas, principalmente o BNB através do Agroamigo, mas também do Microcrédito, ATER, assim configuradas na busca pelo desenvolvimento do Território da Bacia Leiteira.

Palavras-Chave: Política Territorial; Agricultura familiar; Políticas Públicas.

---

[1]Este trabalho é fruto do desenvolvimento do projeto de extensão: Ciclos da Gestão Social dos Territórios da Cidadania de Alagoas: Mobilização, Fortalecimento e Efetivação, financiado pelo CNPq.

* Graduado em Geografia e membro do Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR).
** Professor Adjunto III do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e líder do GDRR.

INTRODUÇÃO

A dinâmica territorial do campo brasileiro, mais precisamente no Nordeste, depende da criação de políticas públicas que estimulem a formulação heterogênea de projetos capazes de valorizar as particularidades locais e regionais no processo de desenvolvimento, visto que o desenvolvimento rural não acontece espontaneamente sem uma combinação de ações envolvendo atores sociais dos diferentes segmentos da sociedade. Neste contexto, o grande desafio do desenvolvimento territorial rural está associado à capacidade de gestão e controle social dos recursos públicos destinados a efetivação da política territorial no Brasil, assim como, a ausência de clareza entre o entendimento conceitual da abordagem territorial e sua efetivação por meio de projetos e ações setoriais, contrariando a lógica territorial.

O Território Rural da Bacia Leiteira abrange uma área de 2.782,9 Km², sendo composto por 11 municípios localizados na região semiárida do Estado de Alagoas, são eles: Pão de Açúcar, Palestina, Olho D'Água das Flores, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Jaramataia, Major Isidoro, Belo Monte, Minador do Negrão e Cacimbinhas. Atualmente, o referido território vem sendo assessorado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) por meio de parceria realizado entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e as Universidades Públicas, fato este que enaltece sua função social e qualifica os territórios rurais.

A região da bacia leiteira alagoana (Figura 01) configurou-se há cerca de 80 anos e ficou conhecida por sua alta produção diária de leite e boa qualidade genética do rebanho bovino. Durante muitos anos destacou-se exercendo um papel importante na economia alagoana. Em 1990, formava o maior centro produtor *in natura* de leite da Região Nordeste do Brasil. Contudo, atualmente essa atividade enfrenta sérios problemas de competitividade, por diversos motivos, especialmente no segmento de pequenos produtores.

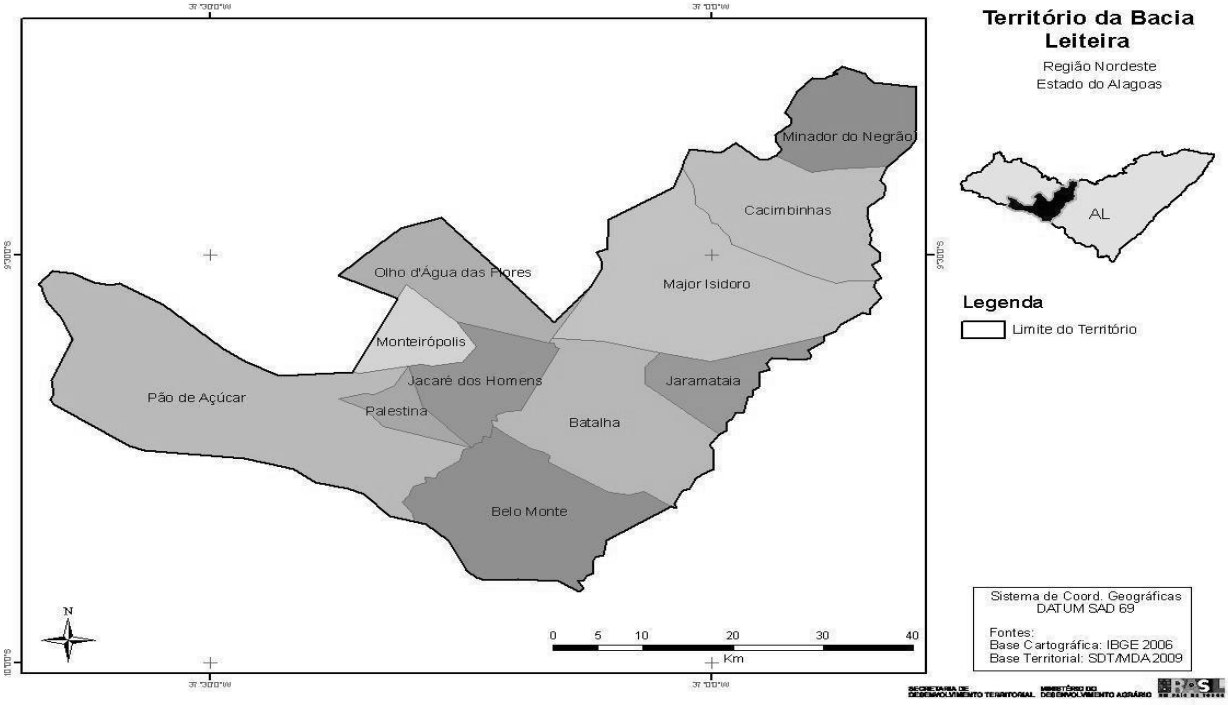


Figura 01: Mapa do Território da Bacia Leiteira.

Fonte: PTDRS, 2006.

Considera-se que a partir do desenvolvimento da agricultura familiar e da inserção dos agricultores no meio produtivo às modernas tecnologias que novas possibilidades de desenvolvimento venham por destacar e valorizar não somente o saber técnico apreendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, mas também na possibilidade de reconhecimento social. Neste contexto, caracterizando a visão do agricultor familiar, Abramovay expõe:

> Em suma, o processo sucessório e a nova geração de agricultores parece obedecer a uma espécie de automatismo; a agricultura familiar produz e gera novos agricultores familiares. As possibilidades de aquisição ou ocupação de novas terras oferece base objetiva para a força dos laços comunitários em que se valorizam a manutenção da casa paterna, mas, sobretudo, a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola (ABRAMOVAY, 1998, p. 35).

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso é relativamente recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquirindo novas significações. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso "operacional" do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontra-se diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

A ideia de território contribui para uma dinâmica voltada para o desenvolvimento, entretanto, é necessário entender o papel do rural no território, compreendendo que o "espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante" (WANDERLEY, 2000, p. 52).

Para Marques (2002), as propostas de desenvolvimento rural em nosso país têm se apoiado em experiências recentes encontradas em países como França e Estados Unidos. Ressalta que é preciso ficar atento para a realidade brasileira e suas particularidades, que são bem diferentes das apresentadas em outros países. O presente trabalho tem como objeto analisar de que forma a política territorial envolve os diversos segmentos articulados na sociedade, associando a capacidade de gestão ao controle social dos recursos públicos destinados a efetivação da política territorial no Território Rural da Bacia Leiteira-AL.

Diante das mudanças processadas no sistema econômico e político, o meio rural também operou como palco destas mudanças, possibilitando novos olhares e novas estratégias de intervenção dos diferentes atores sociais que compõem o mundo rural, inclusive dos estudiosos deste tema, que retomaram pesquisas anteriormente deixadas de lado face ao caráter centralizador do Estado e dos objetivos pautados exclusivamente no processo de modernização do campo.

METODOLOGIA

É importante destacar que, para tanto, aos resultados encontrados no desenvolvimento do trabalho fossem necessários toda uma articulação entre o rigor e sistematização dos procedimentos, assim como reflexão sobre a problemática desenvolvida, características qualitativas que serão adquiridas no desenvolver da pesquisa junto ao orientador.

Utilizaram-se como procedimentos metodológicos os embasamentos teóricos pesquisados, participação nas reuniões realizadas no GDRR, revisões bibliográficas em autores como WANDERLEY (2000), MARQUES (2002) e ABRAMOVAY (1998), trabalho de campo, pesquisa de dados secundários no MDA, PTDRS, IBGE e PTC seguido do tratamento de dados, a fim de estabelecer uma relação entre o material teórico discutido e as expressões práticas analisadas sob o olhar do pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território da Bacia Leiteira de Alagoas em comparação ao Brasil apresenta índice de IDH-M de 0,576, considerado muito baixo, a exemplo do município de Belo Monte, que no decorrer de uma década, mostrou um acanhado quadro evolutivo (ver quadro 01), e porque não dizer, quase estagnado, nas áreas de educação, renda e longevidade, bem distantes da realidade da média nacional e até mesmo em comparação aos demais municípios do território, evidenciando por exemplo, a falta de uma articulação nas ações das políticas públicas, no que se refere à fixação da população nos municípios, tendo em vista os problemas existentes nas linhas de crédito como AGROAMIGO e da extensão rural vinculada à ATER é a EMATER, ambas com o ente responsável maior que é o ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Em se tratando de renda, percebe-se também a inferioridade do território da Bacia em comparação ao Brasil durante o período analisado.

Quadro 01: Dados sobre Desenvolvimento Humano na Bacia Leiteira 2000 e 2010

Lugar	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,456	**0,637**
Batalha	**0,401**	**0,594**	**0,551**	**0,563**	**0,188**	**0,496**
Belo Monte	**0,331**	**0,517**	**0,419**	**0,507**	**0,137**	**0,376**
Cacimbinhas	**0,359**	**0,531**	**0,463**	**0,559**	**0,161**	**0,384**
Jaramataia	**0,386**	**0,552**	**0,441**	**0,532**	**0,207**	**0,451**
Jacaré dos Homens	**0,4**	**0,583**	**0,535**	**0,543**	**0,188**	**0,481**
Minador do Negrão	**0,384**	**0,563**	**0,446**	**0,541**	**0,189**	**0,43**
Olho D'Água das Flores	**0,405**	**0,565**	**0,511**	**0,568**	**0,206**	**0,422**
Pão de Açúcar	**0,434**	**0,593**	**0,495**	**0,536**	**0,249**	**0,491**
Palestina	**0,402**	**0,558**	**0,421**	**0,505**	**0,253**	**0,467**
Monteirópolis	**0,38**	**0,539**	**0,516**	**0,497**	**0,172**	**0,443**
Major Isidoro	**0,365**	**0,566**	**0,441**	**0,566**	**0,174**	**0,424**

Fonte: PNUD, dados sobre desenvolvimento humano 2000 e 2010.

Verifica-se na Figura 02 que de acordo com pesquisa realizada nos territórios rurais do Estado de Alagoas, há uma espécie de precarização das condições de comercialização junto ao mercado institucional alagoano. Segundo as informações concedidas por 60% dos entrevistados destacaram como alta importância a necessidade de recursos humanos para a elaboração de projetos e a sazonalidade como quesito importante para inclusão no mercado institucional.

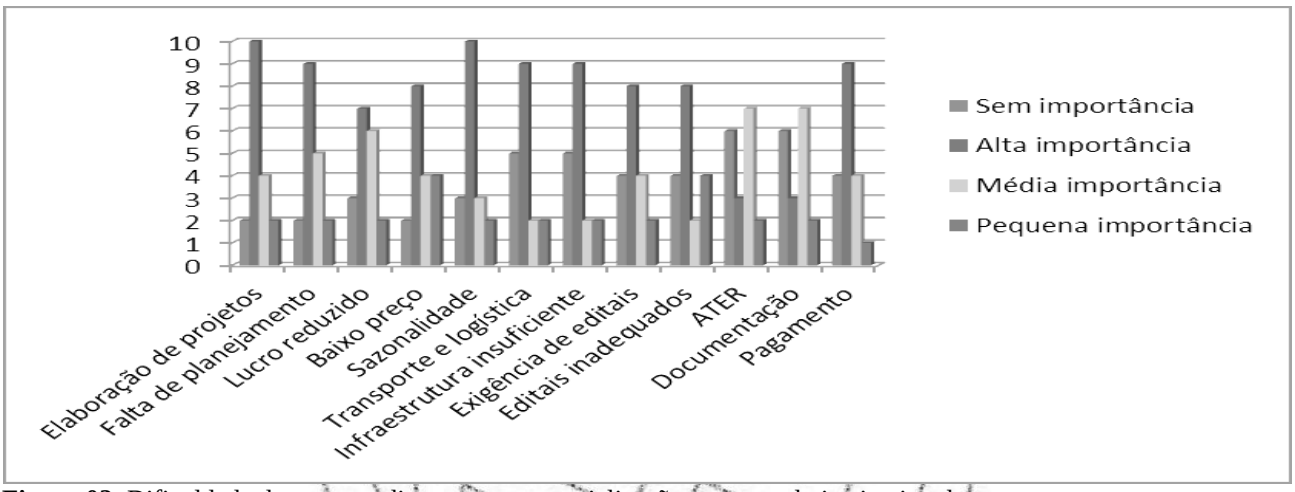


Figura 02: Dificuldade do empreendimento na comercialização no mercado institucional.

Fonte: pesquisa de campo nos territórios rurais do estado de Alagoas, julho de 2014.

Com base nos dados coletados, o lucro reduzido é outro fator que interfere significativamente na comercialização dos produtos, uma vez que é afetado diretamente pelo alto custo de produção e circulação das mercadorias. Há que se considerar ainda, a grande dificuldade de profissionalização dos produtores, tendo em vista que a assistência técnica e suporte tem se transformado em um entrave ao desenvolvimento rural territorial.

VII semana da Geografia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pondera-se que a criação de políticas voltadas para o fortalecimento e para a elaboração de novas unidades familiares e manutenção das existentes no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com a cidade**,** visto que na realidade atual não há como conceber o rural dissociado do urbano e vice-versa.

Torna-se também importante compreender as diversidades dos processos sociais e suas personificações dentro da agricultura familiar, assim funcional à dinâmica de reprodução social nas atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo, resultado de estratégias elaboradas em significado de possibilidade à reprodução orientada na unidade de produção.

A assistência técnica em extensão rural é um dos maiores entraves para efetivação das políticas públicas para o meio rural nas diversas instâncias públicas ou privadas. A entidade pública responsável pela ATER no território é a EMATER que, em virtude de suas limitações técnicas e operacionais, não conseguem atender as demandas apresentadas pelos agricultores familiares, principalmente, nos últimos anos em que o microcrédito rural tem aumentado significativamente. Em todas as entrevistas realizadas ligadas ao microcrédito e a ATER foi destacado a sua importância, mas ao mesmo tempo a ineficiência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Sete desafios para o desenvolvimento territorial**. Disponível em: www.banf.org.br.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

Http://**www.atlasbrasil.org.br**/2013/pt/consulta.

MARQUES, M.I.M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo, n.19, 2002. p. 95-112.

MENDES, Marcelo Alves. **Pluriatividade na Agricultura Familiar e sua (des) territorialidade no Estado de Sergipe: Avanços e Controvérsias**. 2012. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão-SE.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira, (PTDRS, 2010).

SCHNEIDER, SÉRGIO. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), julho-setembro/2010. P. 512.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade.** IFCH. 2000. p.37.

VII Semana da Geografia

Eixo 2 - Espaço Agrário

A IMPOSIÇÃO DO CONSUMO DE INSUMOS NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SERGIPE

Jacksilene Santana Cunha

Universidade Federal de Sergipe

Mestranda do Nucleo de Pós-Graduação em Geografia

jacksilenesantana@gmail.com

Resumo

O Oeste de Sergipe, a partir dos últimos dez anos, está sendo palco da intensa produção de milho, fundamentado no consumo abusivo de insumos, imposto pela oferta e uso do *marketing* das transnacionais. Este trabalho tem como objetivo, analisar as contradições do avanço do agronegócio do milho nos municípios de Carira e Simão Dias, bem como compreender como se dá o acesso dos produtores de milho a esses insumos de base agroindustrial. O método utilizado para interpretação da realidade e compreensão das contradições do agronegócio foi o materialismo histórico, num primeiro momento foi desenvolvida pesquisas em sites relacionados ao objeto proposto, em seguida delimitado o recorte espacial, busca de literatura de cunho geográfico como também, da agronomia, sociologia, e da economia, trabalhos de campo e tabulação dos dados coletados. In locos, foi possível detectar a territorialização de lojas comerciais fornecedoras de insumos, resultado da descentralização das agroindústrias a nível mundial. A disseminação dos fertilizantes químicos, venenos a base de glifosato e sementes transgênicas, se faz através de assistência a domicilio de técnicos agrícolas aos produtores de milho, exposição de placas as margens das rodovias em propriedades modelo, essas estratégias fortalecem o marketing e induz o produtor a consumir esses insumos que caracterizam as bases técnicas do agronegócio.

Palavras-Chave: Agronegócio; ideologia; insumos; milho transgênico.

INTRODUÇÃO

O contexto histórico das relações sociais e da consolidação do modo de produção capitalista, nos mais diversos momentos históricos, possibilita as condições materiais que determinam o pensar, o consumir e o alimentar, a partir da padronização do consumo e do estilo de vida extremamente capitalizado. O encadeamento de ideias institucionalmente organizadas no processo de totalidade, luta de classes e das relações sociais é responsável por induzir o homem a legitimar as perversas condições sociais nas quais se encontra, fazendo

com que sejam verdadeiras, dando veracidade e sentido inquestionáveis. Deste modo, são estabelecidos os interesses ideológicos.

> É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto. (LOWY, 2006, p.11).

O campo brasileiro, tem sido, desde os períodos coloniais, apropriado pelas classes dominantes, que detinham o poder, seja esse político, econômico ou territorial. A partir da apropriação intensificada das relações capitalistas de produção sob o comando do patronato e de instituições do Estado, essas classes têm lançado seus interesses individuais como ideário travestido do que todos conhecem como agronegócio. É estabelecido um conjunto de valores e ideias que se somam às necessidades sociais para inverter a realidade como algo de interesse coletivo. Um dos principais argumentos é o discurso da produtividade e do desenvolvimento econômico, defendido pela classe dos empresários capitalistas que fazem contraponto à produção camponesa como atividade arcaica e tradicional.

O milho é um cultivo praticado principalmente pelos povos indígenas da América Central. Ganhou ascensão mundialmente por ser um cereal comestível e pronto para ser consumido, tanto em grão quanto processado. Recebeu vários incentivos e investimentos do setor agrícola, tornando-se além de alimento, mercadoria.

> Permitiu que muitas comunidades camponesas que nele investiram dessem o salto da subsistência para a economia de mercado. A dupla identidade também tornou o milho indispensável ao tráfico negreiro: o milho era tanto a moeda utilizada pelos mercadores para pagar na África como alimento com o qual os escravos subsistiam durante sua viagem para a América (POLLAN, p. 34, 2007).

A partir da transformação industrial que deram ao milho, tornando-o matéria prima industrial, foi convertido também em *commoditie*, Quebrando todo o elo que ligava o produtor de alimentos ao consumidor final.

Em Sergipe, a produção de milho se destaca nos municípios de Carira e Simão Dias, ambos localizados na porção Oeste do estado. A produção não se apresenta apenas como cultivo de subsistência, mas como produto prioritariamente do agronegócio, cultivado em ampla escala para atender o capital privado e o mercado de grãos. Assim, subordina-se a produção convencional a partir da introdução da biotecnologia, com o uso de sementes Geneticamente Modificadas, associado ao uso intensivo de venenos e fertilizantes químicos.

O referente trabalho objetiva analisar as contradições do avanço do agronegócio do milho nos municípios de Carira e Simão Dias, bem como compreender como se dá o acesso dos produtores de milho a esses insumos de base agroindustrial.

METODOLOGIA

O Materialismo Histórico e Dialético foi o pressuposto fundamental para analisar as entrelinhas do agronegócio do milho, a partir de um olhar crítico e de questionamentos que levem a compreensão das imposições no uso de insumos agrícolas na produção de milho em Sergipe, mais especificamente Carira e Simão Dias.

Para a delimitação do espaço-tempo, foi desenvolvido num primeiro momento pesquisas em fontes secundárias sobre os municípios maiores produtores de milho em Sergipe, em seguida delimitado o recorte espacial de Carira e Simão Dias. Foi selecionado a literatura de base geográfica, sociológica, econômica, filosófica e da engenharia genética, em sites de pesquisa, livros, teses , dissertações publicadas, para melhor compreender o agronegócio, a ideologia como indução do marketing das agroindústrias territorializadas no campo, o milho e sua importância para a produção do espaço agrário de Sergipe e sobretudo a biotecnologia responsável pelo surgimento da transgenia, componente primordial dos insumos consumidos na produção.

Foram realizados trabalhos de campo em instituições públicas como Endagro, sindicato dos trabalhadores rurais, secretaria da agricultura, como também em estabelecimentos comerciais de ambos os municípios, aplicado questionários e entrevistas aos produtores de milho, comerciantes de insumos, secretários da agricultura, chefes das Endagros e presidentes de sindicatos rurais dos municípios de Carira e Simão Dias.

Com base nas unidades dialéticas quantitativo/qualitativo todas as fontes de pesquisas, documentais, levantadas no decorrer da pesquisa que se encontra em andamento para finalização da dissertação de mestrado em geografia pelo Núcleo de Pós Graduação em Geografia da UFS, foram tabulados e transformados em dados qualitativos para contribuir com a ciência geográfica, não apenas para o publico acadêmico mas para a sociedade de modo geral. Compreender como as relações capitalistas se expandem no campo e identificar suas contradições para a produção do espaço agrário, as relações de trabalho e produção, o meio ambiente e as gerações futuras, é tarefa do geógrafo crítico, que busca desvendar para além da aparência, a essência da realidade.

VII semana da Geografia

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O agronegócio foi um modelo agrícola, que reformulou as bases de produção do campo brasileiro, com maior intensidade a partir da década de 1970, com a política do governo militar de modernização da agricultura (CONCEIÇÃO, 2013). É constituído por uma rede de elementos que promovem o direcionamento da alta produtividade como marca primordial para o desenvolvimento agrícola.

Os elementos que o agronegócio defende estão interligados entre crescimento populacional, mudanças no padrão de consumo, biotecnologia, distribuição de renda, entre outros discursos apologéticos de superação de atraso no campo.

A produção triunfal do milho é consequência direta do investimento de empresas de processamento que agregam valor aos alimentos derivados desse cereal. Essas empresas:

General Mills, ADM e Cargill são responsáveis pelo alto custo da produção, consequentemente ao elevado preço das terras, provocando outros impasses também a saúde humana e animal, para a qualidade das águas, biodiversidade e os hábitos alimentares, sob o uso de substâncias que trituradas compõem as rações nossas de cada dia.

Na gestão do cultivo do milho industrial, o processo é realizado pelo meio da simplificação, as máquinas fazem muito com pouca criatividade. Os trabalhos repetitivos das máquinas, simplificam o tempo gasto pelo trabalho humano. A isso o nome é dado de eficiência.

Os insumos no século XXI, consociados as sementes transgênicas, é a fonte dos negócios e do lucro de empresas monopolistas, como: Monsanto, DuPont, Syngenta e Pionner. São elas que ditam o que consumimos, o quanto pagamos e o que produzimos.

As ideias do padrão de consumo alimentar impostas por esses grupos transnacionais são convertidas em necessidades sociais, organizadas através da ideologia econômica. O consumo desses insumos são oferecidos, como estratégias de seduzir o produtor a consumi-los, como ilustra a figura 01 e figura 02.

Figura 01: Dia de campo promovido pela Pionner em propriedades modelos, Carira.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Figura 02: Exposição de placas de sementes nas margens da rodovia, Simão Dias.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Todas essas técnicas impõem aos produtores a ideia de que os transgênicos são sinônimos de produtividade, modernidade e avanço no campo, esconde a verdadeira face desses organismos.

Os transgênicos vão de encontro aos direitos ambientais "da precaução, da sustentabilidade e da responsabilidade por danos. O caso do milho é o mais grave, pois se trata de uma planta com polinização aberta e cruzada" (ANDRIOLLI, 2008, p. 260).

O milho transgênico tem introduzido nos seus genes toxinas que protegem a planta contra "insetos" do tipo a lagarta do cartucho, destruindo o aparelho digestivo dessas lagartas e demais seres e microrganismos. Esses seres são responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema local que é exterminado, nesta medida as plantas transgênicas convertem-se em plantas pesticidas.

Os cultivos transgênicos contêm altos níveis de toxidade, podendo atingir e contaminar plantações a quilômetros de distância, através da polinização realizada pelo vento, pássaros, abelhas entre outros agentes externos capazes de transportar os pólens[12].

Esses pólens contaminados contêm resistência não só a agrotóxicos como também a antibióticos. Esses genes podem ser absorvidos por animais que são alimentados com rações derivadas da transgenia, como também os seres humanos que se alimentam de produtos transgênicos, seja no produto final ou não. As toxinas são absorvidas pelo ser consumidor provocando efeitos no sistema digestivo desses e também resistência a antibióticos.

O que foi constatado em trabalho de campo é que os produtores adquirem as sementes, os agrotóxicos e os fertilizantes químicos nem sempre em lojas agropecuárias cadastradas para a comercialização desses insumos, mas têm acesso também através de representantes que vendem de maneira clandestina a domicílio. Esses representantes advém da Bahia e se deslocam para as propriedades onde realizam as vendas. Os produtores adquirem esses insumos sem muitas vezes terem conhecimento dos danos que irão ter, tanto no que diz respeito às contaminações genéticas e tóxicas da terra e dos trabalhadores envolvidos no processo de produção, quanto ao uso de fertilizantes que deixam a terra mais ácida.

A assistência de agrônomos para fazer estudo de solo e acompanhar o processo produtivo é disponibilizada pela empresa de sementes que foram adquiridas através dos representantes que efetuaram as vendas, mas nem sempre eles dão conta de visitar todos os produtores. Estes dão o número de contato para que, em caso de qualquer necessidade, o produtor possa entrar em contato e a assistência ir até a propriedade. Entretanto, nem sempre há agrônomos ou técnicos disponíveis no período de plantio, ou nem mesmo esses produtores entram em contato solicitando a assistência, sendo assim acabam usando as dosagens de venenos e fertilizantes por conta própria, e em curto espaço de tempo de uma aplicação a outra.

Em trabalho de campo, um dos entrevistados, produtor e residente no município de Simão Dias, relatou que planta milho há 10 anos, mora na propriedade onde cultiva e comprou as sementes transgênicas ao representante. Ao efetuar o plantio, as lagartas se generalizaram na plantação. Para inibir as "pragas"[13], este produtor procurou assistência técnica e não foi atendido. A Endagro também não se manifestou e ele teve que adquirir por conta própria o veneno e aplicá-lo em doses frequentes, pois segundo o produtor entrevistado, durante o primeiro mês é fundamental o controle das lagartas, para que durante a formação das espigas, os grãos não sejam comprometidos.

VII Semana de Geografia

[12] Os produtores vítimas da polinização de transgênicos em culturas convencionais são condenados a pagar juridicamente royalties a Monsanto. A violação de contratos de sementes que asseguram o acesso restrito a tal variedade compromete a produção e a vida dos produtores. Os conflitos entre produtores e transnacionais avançam para tribunais judiciais. "pagamentos no montante de 15.253,602, 82 dólares à Monsanto são os resultados" (ANDRIOLLI e FUCHS, 2008, p. 23).

[13] A presença generalizada de lagartas ou demais insetos indica o desequilíbrio ecológico local, provocado por alguma irregularidade no processo de manejo da produção. Porém, são vistos como pragas pelas agroindústrias que induzem os produtores a comprarem venenos cada vez mais tóxicos e aplicados com mais frequência, geralmente com príncipio ativo do glifosato, adaptado a semente BT que mata os microorganismos e os insetos menos resistentes enquanto a planta permanece inalterada.

CONCLUSÃO

O agronegócio, caraterizado pela monocultura e uso intensivo de produtos tóxicos, químicos e genéticos, que compõem os insumos, simplifica o ecossistema local numa paisagem homogênea, provocando destruição da biodiversidade local através dos impactos ambientais. Além disso, ele atinge diretamente a diversidade social, ou seja, os hábitos e técnicas de cultivos tradicionais, passados de geração a geração. Esses desajustes são aprimorados através dos processos de imposição ideológica dos insumos, sem nenhum controle de fiscalização no uso desses produtos.

Isso denota que o agronegócio não é uma técnica promissora. É movida pelo capital privado e se sustenta através de incentivos do Estado para se territorializarem, intervindo no controle acentuado das relações capitalistas, inserindo o trabalhador as amarras do capital agroindustrial.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos:** as sementes do mal- a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio.** Meridiano- Revista de Geografia, n° 2, 2013- versão digital: http://www.revistameridiano.org/

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POLLAN, Michael. **O Dilema do Onívoro: Uma história natural de quatro refeições.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

VII semana da Geografia

Eixo 2: Espaço Agrário

DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE AREIA BRANCA E MOITA BONITA: ESTUDO PRELIMINAR DAS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES

João Ernandes Barreto Nascimento
Graduando em Geografia e membro GDRR/UFS
E-mail: joaoernandesbarreto@hotmail.com

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes/DGEI/UFS
E-mail: marcelomendesufs@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em compreender o processo espacial que envolve a dinâmica da agricultura familiar dos municípios de Areia Branca e Moita Bonita, e analisar os fatores que podem ser identificados como atuantes na reprodução das unidades familiares destes municípios. Sendo assim, a partir do fichamento do material selecionado e através das discussões em reuniões semanais realizadas no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR), além da coleta e análise de dados secundários, pode-se fundamentar teórico e empiricamente a pesquisa em questão. A partir daí é esperado reunir elementos que contribuam para a análise da realidade que evolve as possibilidades de compreensão da reprodução das unidades familiares dos municípios em questão. O IDHM referente às rendas dos municípios ainda representam uma melhoria significativa, levando-se em consideração que de 1991 a 2010, Areia Branca e Moita Bonita tiverem suas rendas per capita saltando de 140,25 e 130,96 em 1991 para 294,32 e 326,89 em 2010 respectivamente. Mesmo assim torna-se necessário destacar que mesmo com os avanços obtidos, estes números ainda refletem as péssimas condições de subsistências da população residente nos dois municípios. Nestes termos, o estudo pode proporcionar novos olhares sobre a realidade rural, assim como, estratégias de intervenção pública, que forneçam subsídios que contribuam para a inclusão dos pequenos produtores no sistema produtivo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Pluriatividade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca a partir de uma revisão bibliográfica e da relação orientador/orientando ao longo das leituras e debates realizados no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR/CNPq/UFS) ampliar o debate acadêmico em torno das questões sobre o desenvolvimento da agricultura familiar do Nordeste, particularmente, do estado de Sergipe. Para chegar aos objetivos, foram realizados fichamentos a respeito do tema com a finalidade de reunir argumentos que contribuam para entender o significado e os tipos de atividades realizadas pelos agricultores familiares dos municípios de Areia branca e Moita Bonita. Neste contexto, se destaca autores como MARTINS (2003), GRAZIANO DA SILVA (1993, 1996, 1997, 2000 e 2010), SCHNEIDER (2000, 2003, 2006, 2007, 2010) fundamentais para fundamentar teoricamente e ampliar o olhar sobre o novo cenário da agricultura brasileira. Além desses autores também foram utilizados NASCIMENTO (2005) e LOPES (2009), os quais fazem uma análise sobre as questões que envolvem a Pluriatividade, em nível de Nordeste e Sergipe respectivamente.

Os autores citados acima são referências nas discussões que envolvem temas como, agricultura familiar, desenvolvimento rural e pluriatividade, no cenário da literatura nacional, além de outros, que também contribuem no estudo das novas questões que envolvem o meio rural brasileiro.

Nesta perspectiva os municípios de Areia Branca e Moita Bonita serão utilizados como objeto de estudo para fins comparativos com a realidade da nova agricultura brasileira, principalmente, a partir da década de 1990, com a implantação de novas atividades ocupacionais no ambiente rural. Ao mesmo momento que é esperado verificar as condições de reprodução das unidades familiares, observando o espaço geográfico, no qual se encontram inseridas, atentando para as condições de diversificação do trabalho, as quais se encontram ligadas e influenciadas por fatores como, educação, renda, expectativa de vida, mortalidade infantil, importantíssimos na compreensão dos avanços e desafios da agricultura familiar. Com esses elementos torna-se possível verificar as condições de reprodução das unidades familiares, e a dinâmica que envolve a área onde se encontram localizadas.

VII semana da Geografia

METODOLOGIA

No processo de construção desta pesquisa, as reuniões semanais contribuíram para a compreensão da temática abordada, e facilitando o contato com o orientador da pesquisa através das discussões sobre questões de interesse para o tema abordado, realizadas no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural Regional (GDRR/CNPq/UFS).

Além de pesquisas realizadas em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário (1985 1995/6 e 2006) e o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), as quais serviram para a sistematização dos dados secundários do presente trabalho.

Neste período foi realizado levantamento bibliográfico e fichamento do material selecionado, proporcionando a compreensão do tema abordado, a partir da leitura voltada para o que autores como FAJARDO (2008), GRAZIANO (2010) (1997), GRAZIANO e DEL

GROSSI (2000), LOPES (2009), MARTINS (2008), NASCIMENTO (2005), SCHNEIDER (2000) (2007), WANDERLEY (1997), pensam sobre as questões que envolvem as discussões o debate sobre as novas tendências e desafios que envolvem a agricultura familiar, do mundo contemporâneo.

Cabe destacar ainda que, como a presente pesquisa ainda encontra-se em andamento não foi possível apresentar os dados primários, importantes para a compreensão do comportamento da agricultura familiar nos municípios de Areia Branca e Moita Bonita, do mesmo modo que serviram para uma melhor análise das condições de reprodução das unidades familiares dos municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se referem aos municípios, segundo dados do IBGE (censo 2010), Areia Branca possui uma população de 16.857(hab.), ocupando uma área total de 146, 677 (km²), correspondendo a uma densidade demográfica de 114,93 (hab./km²). As principais atividades desenvolvidas no meio rural estão ligadas a agropecuária, (com destaque para a criação de bovinos, suínos e caprinos), além da produção de leite; das principais atividades ligadas à lavoura, cabe destacar a produção de banana, laranja, mandioca, milho, feijão e a cana de açúcar.

Enquanto que Moita Bonita corresponde a uma população de 11.001(hab.), possuindo uma área total de 95, 819 (km²), tendo densidade demográfica de 114,81 (hab./km²). As principais atividades desenvolvidas no meio rural também estão ligadas a agropecuária, (com destaque para a criação de asininos, aves, bovinos, caprinos, eqüinos, muares e suínos) cabendo destacar também a produção de leite.

Entre as atividades agropecuárias, no que se refere às atividades ligadas a lavoura cabe destacar a produção de banana, cana de açúcar, feijão, mandioca e milho. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

VII semana da Geografia

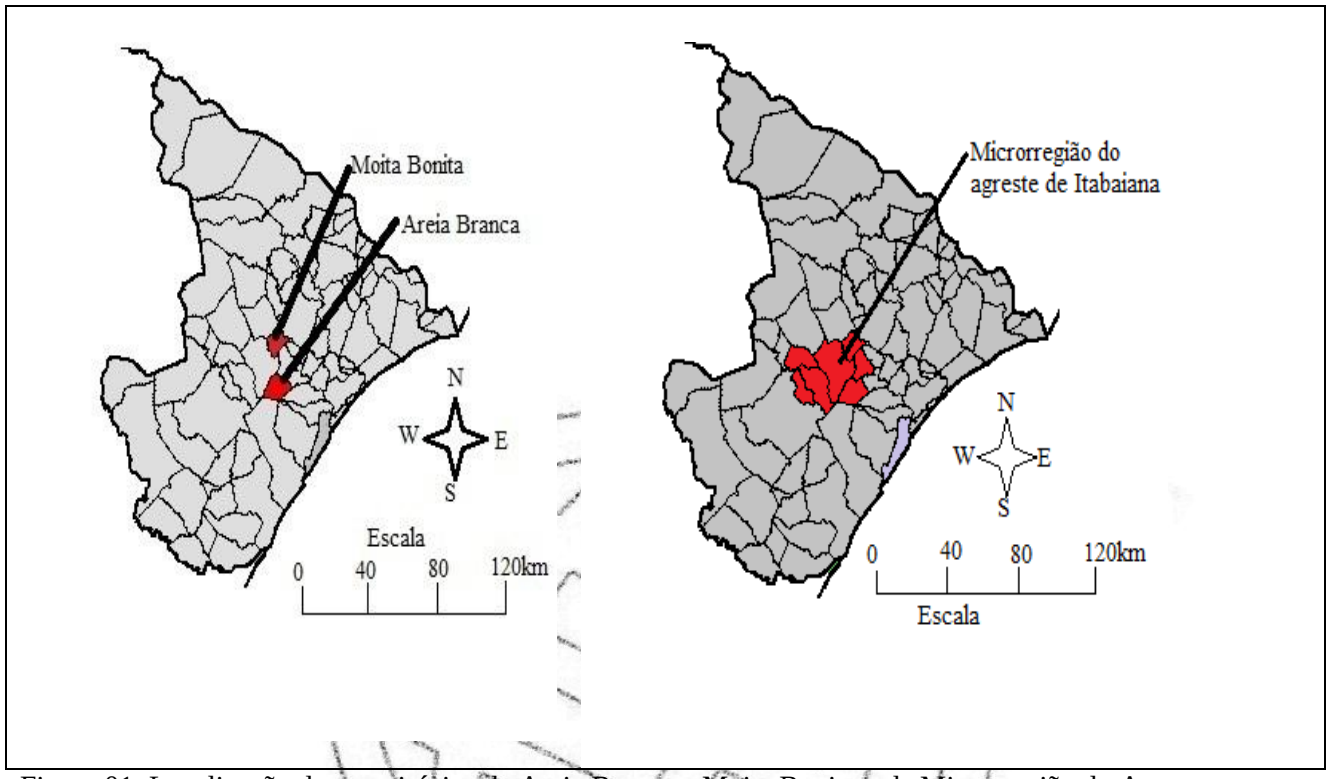


Figura 01: Localização dos municípios de Areia Branca e Moita Bonita e da Microrregião do Agreste de Itabaiana. FONTE: EMDAGRO, 2007 (Adaptado por João Ernandes, março, 2015).

Os municípios aqui estudados (a partir de dados do IBGE) também fazem parte deste processo de esvaziamento do campo, já que Areia Branca e Moita Bonita mesmo ainda podendo ser classificados como de população rural também sofrem com o processo de migração campo cidade, ocorrido em todos os municípios da microrregião. Com isso é possível destacar o que GRAZIANO DA SILVA (1997) quando diz que: "*Não levando em conta o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas típicas de uma sociedade pós-industrial*". A pesar de todas as mudanças ocorridas, as políticas rurais não estão sendo capazes de atender as novas necessidades do meio rural, e continuam sendo voltadas para a saúde, habitação, educação. Nestes termos GRAZIANO (1997) faz entender que torna-se necessário uma nova forma de se pensar e aplicar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

No que se refere à combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas, por parte dos agricultores familiares, destacadas por GRAZIANO (1997) fez surgir o fenômeno da pluriatividade. Onde para autores como SCHNEIDER (2007 p.29) "*é um fenômeno que opera no seio da unidade familiar e tem como uma de suas principais potencialidades, a de elevar a renda familiar e diversificar os lucros das unidades familiares*".

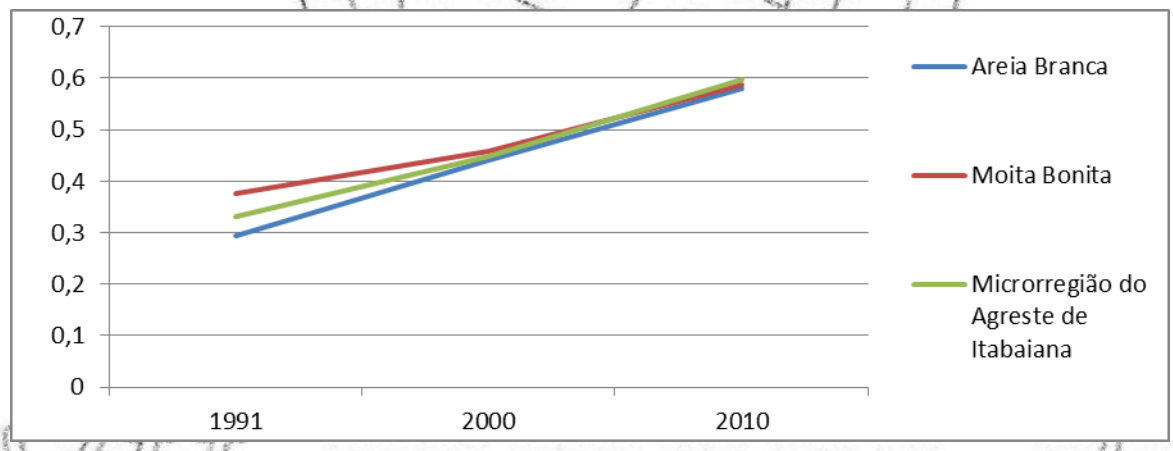
Sobre essa temática NASCIMENTO (2005) discorda de SCHNEIDER (2007), onde o primeiro atribui para a adesão a pluriatividade algo que vai além da decisão da unidade familiar. No que se refere à pluriatividade NASCIMENTO (2005 p.41) destaca se torna importante considerar mais fatores contribuintes para o desenvolvimento da pluriatividade além das decisões da família, pois a partir de uma análise do caso na região Nordeste é destacável o fato de existiram as razões associadas ao seu maior esse maior desencadeamento em relação à região sul. *"são razões as quais advêm muito de uma necessidade, ao invés de*

uma opção das famílias nordestinas, e é preciso se analisar as razões as quais estão levando ao declínio da pluriatividade no sul do país".

No quadro a seguir é possível evidenciar melhorias nos índices da microrregião do Agreste de Itabaiana, principalmente no que se refere à educação e renda, mas os números ainda são preocupantes e atuam como obstáculos no processo de desenvolvimento rural. Como é o caso da pluriatividade que pode ser concebida como um fenômeno que está presente no meio rural contemporâneo e tem como um de seus fatores determinantes os índices de desenvolvimento da educação, pelo fato de serem estes índices que poderão contribuir para o desencadeamento da pluriatividade.

Portanto ao analisar os índices de cada município da microrregião deve-se levar em consideração que estes números refletem também as realidades das áreas rurais, já que na maioria destes municípios as populações rurais, representam uma maior parcela da população municipal (baseado em dados do IBGE, 2010). Dessa forma mesmo que estes dados classifiquem a população dos municípios como um todo, eles também servem para verificar as reais possibilidades das populações inseridas neste contexto espacial.

GRÁFICO 01. Caracterização do IDHM (Índice de desenvolvimento Humano municipal) na microrregião do Agreste de Itabaiana e nos municípios de Areia Branca e Moita Bonita 1991-2010.



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.
ELABORAÇÃO: João Ernandes B. Nascimento, Março 2015.

O IDHM referente às rendas dos municípios ainda representam uma melhoria significativa, levando-se em consideração que de 1991 a 2010, Areia Branca e Moita Bonita tiverem suas rendas per capita saltando de 140,25 e 130,96 em 1991 para 294,32 e 326,89 em 2010 respectivamente. Mesmo assim torna-se necessário destacar que mesmo com os avanços obtidos, estes números ainda refletem as péssimas condições de subsistências da população residente nos dois municípios. O gráfico acima representa uma síntese dos dados referidos anteriormente, onde são levados em consideração os índices referidos à expectativa de vida, renda, educação, e mortalidade infantil. Coletados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013).

Para (GRAZIANO, 1997 p.12) a agricultura familiar brasileira corresponde a algo que ele classifica como "*o novo rural brasileiro, aonde o mesmo não irá se destinar apenas para a produção agrícola, mas a atender setores como o turismo, lazer, a pesca esportiva, e outros (...)"*. Dessa forma ele resume trazendo as potencialidades desse novo rural que além de dinamizar a economia traz benefícios na área ambiental e social, e com isso

Então os autores como GRAZIANO e DEL GROSSI (2000) destacam a nova forma de dividir as atividades ocupacionais dos trabalhadores com domicílios agrícolas, como uma estratégia que acaba potencializando a renda das pequenas propriedades agrícolas, onde segundo eles esse incremento de atividades não agrícolas pode ser associado à queda da renda oriunda das atividades agrícolas:

> "Podemos concluir dizendo, que os dados apresentados mostram uma forte redução do numero e da renda dos agricultores que se denomina de agricultura familiar no âmbito do Pronaf, ou seja, das famílias agrícolas por conta própria e dos empregadores com ate dois funcionários permanentes. E que muitas dessas famílias estão buscando nas atividades não agrícolas e na produção de subsistência uma nova alternativa de sobrevivência frente a queda de seus rendimentos vindos das atividades agropecuárias" (GRAZIANO e DEL GROSSI, 2000, p.156).

Sendo assim torna-se necessário delimitar alguns pontos que acabam afetando e diferenciando as condições de reprodução da agricultura familiar, no caso estudado, os municípios de Areia Branca e Moita Bonita, pois com base em alguns dados secundários, Areia Branca possui 92,1% de sua população desenvolvendo atividades remuneradas com salários inferiores a dois salários mínimos. Já no caso de Moita Bonita este percentual ainda é muito parecido, já que 91,6% dos trabalhadores também possuem remuneração inferior a dois salários mínimos (Atlas de desenvolvimento humano no Brasil do ano de 2013). Sendo assim torna-se importante aprofundar estudos sobre a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas denominadas de pluriatividade, como estratégia para reprodução das unidades familiares na microrregião do Agreste de Itabaiana.

CONCLUSÕES

Torna-se um fato interessante buscar reunir informações que contribuam na caracterização dos municípios de Areia Branca e Moita Bonita, já que é de grande importância evidenciar e classificar em qual contexto, os agricultores familiares destes municípios estão inseridos, no processo de modernização da agricultura brasileira. Neste contexto, ressalta-se que os dados primários da área em questão estão na fase de coleta e sistematização com a finalidade de interpretar melhor a complexidade do meio rural contemporâneo.

Mas já é possível destacar que, não apenas os dois municípios em questão como a microrregião na qual se encontram inseridos, a do Agreste de Itabaiana apresenta índices referentes à educação, os quais são preocupantes como a alta concentração de pessoas com o ensino fundamental incompleto ou analfabeto (dados coletados no atlas de desenvolvimento

humano do Brasil). Esse elevado percentual da população com baixa escolaridade acaba tendo reflexo no desenvolvimento da pluriatividade na microrregião, o que pode levar a concentração cada vez maior de pessoas envolvidas em atividades com rendimentos cada vez mais baixos, afetando assim o desenvolvimento do meio rural da microrregião do Agreste de Itabaiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997. p. 43-81.

GRAZIANO DA SILVA, José. & DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (Org.) O Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: EDUSP, p. 139-158, 2000.

LOPES, Eliano Sérgio A. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe. In: Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas-SP: UNICAMP/IE,2005. (Tese de Doutorado).

SCHNEIDER, Sérgio. **As atividades rurais não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Publicado em Cuadernos de Desarrollo Rural. v. 1 n 44, Bogotá – Colômbia, 2000, p. 11-40.

SCHNEIDER, Sérgio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Revista Política Agrícola, Ano XVI, nº 3, Jul./Set./ 2007.

WANDERLEY, Maria de N. B**. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Resumo dos Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal – RN, 1997.

Dados colhidos em: **http://www.cidades.ibge.gov.br**, acessado em 15/02/2015.

Dados extraídos de: **http:// www.atlasbrasil.org.br/**, acessado em 17/02/2015.

Dados coletados em: **http://www.emdagro.se.gov.br/**, acessado em 17/02/2015.

VII semana da Geografia

Eixo 02: Espaço Agrário

OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONSELHOS MUNICIPAIS: ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL NO CMDS DE ITABAIANA

José Carlos dos santos/GDRR/UFS
E-mail: Jcsantos_46@yahoo.com.br

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes /DGEI/GDRR/UFS
E-mail: marcelomendesufs@gmail.com

Resumo

A Gestão social torna-se importante para melhor compreender a articulação e implementação das políticas públicas, em suporte á autonomia dos agricultores familiares no meio rural brasileiro. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de gestão social das políticas públicas, que tem o intuito de promover o desenvolvimento rural através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) de Itabaiana. O CMDS é composto por representantes dos agricultores familiares e entidades públicas e privadas com a finalidade de descentralizar as ações e empoderar os atores sociais em diferentes escalas . O propósito será alcançado a partir de levantamentos de dados secundários, das entrevistas com os membros do Conselho seguida da sistematização de dados empíricos. Destaca-se a participação nas reuniões ordinárias da entidade e das discussões realizadas semanalmente no Grupo de Pesquisa sobre a Dinâmica Rural e Regional. Portanto a pesquisa está sendo desenvolvida com rigor e metodicidade objetivando analisar o processo de democratização social no meio rural, para combater a pobreza e buscar uma dinamização econômica para proporcionar melhores condições de vida para os agricultores familiares do município de Itabaiana. De forma preliminar pode-se concluir que a rotatividade dos membros e a irregularidade nas reuniões podem ser apontadas como elementos que comprometem o êxito nas discussões de projetos e sua execução.

Palavras-Chave: Gestão social; Políticas Públicas; Empoderamento; democratização.

INTRODUÇÃO

Como órgão de natureza consultiva, deliberativa e de funcionamento permanente, são atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, a serem desempenhadas com o que estabelece a Lei Nº 1.375, que cria o CMDS, mas algumas controvérsias entre a lei e realidade, pois o colegiado ficou um período de meses sem reunião contrapondo o seu regimento interno que garante essas funções que é a de Propor a integração de Programas Municipais ao Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável, com destaque aquele

referente às Políticas Sociais, Agrárias, Agropecuários, Abastecimento Alimentar, Segurança, Meio Ambiente e Cultura.

O trabalho destaca-se pela importância de analisar o processo de gestão social das políticas públicas com o intuito de fomentar a vida dos agricultores familiares do município de Itabaiana e seus desafios e impactos enfrentados pelos atores sociais inseridos neste processo. Nestes termos a gestão social dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDS) tem a finalidade de proporcionar o empoderamento dos atores sociais por um espaço para expressar suas opiniões e sugestões para que possam participar diretamente das decisões sobre as políticas públicas nas quais estes são beneficiados, colaborando assim com as propostas e estratégias de desenvolvimento.

Desde a última década do século XX, as políticas públicas voltadas para o espaço rural têm criado mecanismos institucionais que incentivam a participação dos atores sociais. O tema da participação, em seus múltiplos significados, ganha, assim, importância crescente no debate contemporâneo sobre desenvolvimento. O protagonismo dos atores tem sido colocado como um elemento essencial na perspectiva do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar, sendo praticamente um consenso nos discursos de gestores públicos, movimentos sociais, entidades não governamentais e organismos internacionais.

Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e à tomada de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública, pois criam uma nova esfera social-pública ou pública não-estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade porque viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais, e possibilitam à população o acesso aos espaços onde se tomam as decisões políticas (GOHN, 2002, p. 04).

Neste contexto vem surgir com maior ênfase no período da década de 1990 através da intervenção das políticas públicas associada à concepção do desenvolvimento rural à ação política intervencionista nas áreas rurais a partir da atuação do Estado (Navarro, 2001). Como pode ser evidenciado no Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF) que foi idealizado para conceder o desenvolvimento rural, com os recursos destinados pelo governo federal para proporcionar o empoderamento dos atores sociais e dinamizar as condições de reprodução da agricultura familiar numa perspectiva orientada pelos os princípios e valores da gestão social dos espaços rurais.

METODOLOGIA

Os elementos básicos de consultas e análises para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando-se os objetivos propostos, foram obtidos com os seguintes procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos com os conselheiros e os produtores rurais. Para viabilizar a pesquisa, foi efetuado o levantamento local, exploratório, qualitativo e quantitativo, com a finalidade de obter os dados primários do CMDS.

Portanto, a pesquisa está sendo desenvolvida com base nos procedimentos metodológicos citados anteriormente e obedecendo aos seguintes procedimentos técnicos bibliográficos; leitura e fichamento seguintes fontes de dados: consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo Agropecuário (1985, 1995/6 e 2006) trabalho de campo visita ao Conselho municipal para apresentação de dados empíricos, participação nas reuniões do Conselho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre os CMDS e outros Conselhos é muito pequena. Quando acontece é porque uma mesma pessoa participa em vários conselhos. A relação entre os CMDS e outras instituições que dele não fazem parte já é maior, mas na maioria dos casos trata-se de instituições tradicionalmente ligadas à agricultura – raramente se mantém relações com universidades e centros de pesquisa, ou com organizações dos setores comerciais ou industriais. As relações entre os CMDS e os demais municípios de uma mesma região também praticamente inexistem.

Através desta pesquisa, verificou-se que os principais idealizadores dos Conselhos Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), por ordem de importância, na sua criação são: poder público, sindicatos, associações/cooperativas, igrejas e outros. E, após a criação, os principais atores que dão continuidade às atividades, são basicamente os agricultores, a extensão rural e o poder público. Outras entidades ou atores são em minoria. Um fato que dificulta a consolidação e coesão de um CMDS é a mudança do grupo político no poder municipal. Em geral, a cada quatro anos se muda o grupo político, mudam os membros indicados pelo Executivo Municipal, quando o grupo político se mantém, o grau de renovação é menor.

De acordo com a pesquisa da PLURAL (2002), depois do poder público municipal, os agentes que mais participaram na constituição dos CMDRS foram os Sindicatos, seguidos pelas Associações de agricultores e pelo pessoal ligado à Igreja Católica. A pesquisa mostra, ainda, que o envolvimento dos agricultores e das suas organizações, normalmente, é formal. Isso pode ser explicado, tanto pela falta de um comportamento habitual de interação entre agricultores e as forças do poder público, como pelo fato de que a presidência do Conselho, em 37,2 % dos casos, é exercida pelo Secretário da Agricultura e, em 31,9%, por outros membros do executivo municipal.

A agricultura familiar brasileira, de acordo com o convênio FAO/INCRA (2000), representa 85% dos 4,6 milhões estabelecimentos agropecuários e ocupa 79% da mão-de-obra, responde por 38% do valor bruto da produção e possui maior capacidade de gerar renda por unidade de área em relação à agricultura empresarial. No entanto, somente nos últimos anos ela tem recebido uma atenção diferenciada, por ser uma categoria social distinta; através do PRONAF, possui apenas 30% da área total e parte dela possui renda familiar muito baixa para uma adequada condição de reprodução social e econômica.

Atualmente o Conselho apresenta 36 conselheiros sendo que, nem o presidente ou secretário pode tomar alguma decisão sem o pleito dos outros conselheiros a decisão só é valida através da aprovação da maioria passando por uma plenária.

Encontrando no empoderamento uma forma de descentralização do poder nas práticas aqui compreendidas, está a criação de espaços de discussão e troca de conhecimentos que tanto levam à valorização da identidade grupal como abrem a possibilidade de se estabelecer estratégias de contraposição ao sistema ou modelo de políticas que exclui e marginaliza, colocando em processo o poder de construir a alternatividade. Para que o ator social se realize como sujeito, ele necessita de um projeto com três elementos indispensáveis: a resistência à dominação, a luta pela liberdade e o reconhecimento do outro como sujeito (ÂNGELA, 2007p. 120).

A participação social é uma categoria que definitivamente se incorporou aos processos de discussão em torno das políticas públicas, sendo considerada como um elemento fundamental para a democratização da gestão dessas políticas, aproximando-as do público alvo.

Igualmente importante é fazer com este fluxo de comunicação se estabeleça também do espaço local para o governo federal, atrelando demandas sociais com ofertas governamentais. Outra questão que se desdobra em desafio a gestão social dos territórios é a falta de estrutura do grupo gestor para conduzir ao processo de controle social nos Conselhos por meio das políticas públicas que não vem se fortalecendo pelo fato de não existir uma comunicação efetiva entre o Conselho e os agricultores permitindo a falta de repasse das informações sobre as deliberações dentro desta instância representativa.

De acordo com a pesquisa da PLURAL (2002), 85% dos Conselhos foram constituídos após 1995, indicando que, além de ser uma inovação recente na busca da participação social e na gestão de políticas públicas, trata-se de um aprendizado em construção, tanto para a sociedade civil quanto para os governos. Além disso, tende a representar um novo rearranjo nas relações de poder, por representar uma nova disputa por espaços e, por isso, as políticas públicas descentralizadas necessitam atentar-se para esse processo.

VII semana da Geografia

CONCLUSÕES

Este trabalho é parte da Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) a qual está contribuindo para a compreensão do meio rural, como um espaço que necessita da intervenção das políticas públicas governamentais para alcançar a democratização social.

Nestes termos, as atividades desenvolvidas no CMDS objetivam aproximar os agricultores familiares com as políticas públicas a fim de realizar o empoderamento social para estas famílias, com o intuito de realizar uma dinamização econômica e social na vida das pessoas que vivem no campo buscando combater a pobreza criando novas oportunidades de emprego. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável também tem o papel de intermediar os interesses da comunidade perante o Estado, sabendo que os agricultores familiares isoladamente não tem o aparato jurídico para buscar recursos junto ao poder executivo com intuito de promover o empoderamento social na vida das pessoas que fazem parte da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Conselhos além dos limites. Texto preparado para o Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural organizado pela EMATER/RS, pela FETAG/RS com apoio da GTZ**, nos dias 20 e 21 de junho de 2001.

BACELAR, Tânia. **Gestão social dos territórios - série desenvolvimento Rural sustentável**. 2008, p.13-227.

FAO/ INCRA. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em www.incra.gov.br/sade.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno et. al. **Resistência e empoderamento no mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2007, vol. 15, no. Um, p. 123-159. ISSN 1413-0580.

FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná, **Desafios da gestão social dos territórios rurais**; Apresentação oral desenvolvimento rural, territorial e regional.

JAGUARIBE, H et al. Brasil, **sociedade democrática**. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1985.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Pronaf Infra-estrutura** (Diversos documentos). www.mda.gov.br. Acesso em 15/02/2003.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, volume 15, número 43. Instituto de Estudos avançados. USP. São Paulo, dezembro de 2001.

48 congressos SOBER (sociedade brasileira de economia administração e sociologia rural, 25 a 28 de julho 2010. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno et. al. **Resistência e empoderamento no mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura**, abril 2007, vol. 15, no. um p. 123-159. ISSN 1413-0580.

VII Semana da Geografia

Eixo 02: Espaço Agrário

ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA-SE

Júnio Andrade Menezes /GDRR/UFS
E-mail: Junior-andrade-15@hotmail.com.

Viviane Melo Santos/GDRR/UFS
E-mail: vivianemelo.ufs@gmail.com

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes – DGEI/GDRR/UFS
E-mail: marcelomendesufs@gmail.com

Resumo

O município de Itabaiana/SE localizado na região central do estado de Sergipe ocupa uma área de 364 Km^2, sendo o mais importante município da microrregião do Agreste de Itabaiana. O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar para o processo de reprodução da unidade familiar no município de Itabaiana e seus rebatimentos econômico e social. Para obter os resultados desejados foi utilizado levantamento bibliográfico, produção de fichas, debates em reuniões no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR), levantamento de dados empíricos, elaboração de questionário. Como resultado, pode-se identificar que no município de Itabaiana-SE a população rural encontra-se com uma faixa de idade razoável e que as condições de vida nos últimos anos melhoram. Tal fato pode ser identificado através da aquisição de bens matérias duráveis e não duráveis e acesso ao crédito. Contudo, esta melhoria não atingiu todos os agricultores, mas 42,30% destacaram o programa bolsa família como forma de complementação da renda familiar. No entanto, percebe-se que o número de beneficiários deste programa pode ser bem maior, pois identificou-se receio dos entrevistados quando era questionado sobre o benefício. O município estudado apresentou um índice de 60% de pessoas com ensino básico incompleto, 23,53 % com ensino médio completo, 1,17% esta cursando o ensino superior em instituição pública e 15,30% respondeu que não estudaram.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Reprodução Social, Pluriatividade.

INTRODUÇÃO

Agricultura Familiar no Brasil sempre foi uma prática comum, pois muitas famílias tiram seu sustento produzindo na sua propriedade e vendendo em pequena escala nas feiras próximas, mas com as transformações nos meios de produção recentemente os agricultores familiares estão procurando outras estratégias de reprodução da unidade familiar.

Nesses termos, torna-se importante reconhecer a multifuncionalidade caracterizada pela pluriatividade como um fenômeno presente na reprodução das unidades familiares, destacando os fatores que irão contribuir para o seu desencadeamento. Sendo assim, elementos como escolaridade e renda estarão intimamente ligados a maneira como se dará o desenvolvimento da combinações de elementos das atividades agrícolas e não agrícolas.

O município de Itabaiana/SE se localiza na região central do Estado de Sergipe e ocupa uma área de 364 quilômetros quadrados. É o mais importante município do Agreste Sergipano. Destacando-se pela importância a parti da década de 80, através da criação do perímetros irrigados da Jacarecica e Ribeira. Os agricultores que se localizam próximo a essa região produzem cereais, frutas e verduras que abastecem todo o Estado. Autores como SHNEIDER (2007) e GRAZIANO DA SILVA (1997) são referências nas discursões que envolver pluriatividade agrícola e desenvolvimento rural respectivamente sendo assim é esperado reunir argumentos que propiciem uma nova forma de enxergar o espaço rural contemporâneo na área presente de estudo.

Com isto, este trabalho tem como objetivo principal analisar como a pluriatividade acontece na agricultura familiar para o processo de reprodução da unidade familiar na área de transição no município de Itabaiana e seus rebatimentos econômico e social.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa se configura como um estudo da análise da multifuncionalidade na agricultura familiar do município de Itabaiana-SE. O procedimento de coleta de referencias bibliográficas foi o passo inicial. Posteriormente foram levantados dados empíricos e secundários. Com esta base teórica já construída, elaboramos questionários que foram aplicados em locais estratégicos no município estudado. Por fim, analisamos a teoria com a realidade mostrada através dos questionários. E esta junção fez chegar a este resultado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A agricultura no Brasil é dividida em agricultura familiar e agricultura comercial. A agricultura familiar pode ser entendida como a prática de cultivar a terra por pessoas de uma mesma família, ou seja, a família é responsável pelo plantio e colheita para sua sustentação ou para vender em pequenas feiras das cidades. Já a agricultura comercial tem como objetivo produzir alimentos para atender à demanda do mercado no âmbito interno e externo de uma determinada região ou país.

Segundo informações extraídas na Câmara dos Dirigentes Lojista, o município de Itabaiana destacou-se no século XIX como grande produtor de algodão da região.

> Roças de algodão se multiplicaram, fabricas de beneficiamento foram instaladas, entretanto, infelizmente Itabaiana não acompanhou a onda de instalação de Teares que veio depois da guerra franco-prussiana [...], Tão logo o mercado de algodão se normalizou, caiu em decadência, perdendo a importância econômica para jovem capital Aracaju, para Estância e Propriá. Assim mesmo, em 1871, quando sequer havia um metrô de trilho assentado no Nordeste, o governo de Sergipe planejava construir uma estrada de ferro de Itabaiana a Laranjeiras, tal a importância econômica provocada pelo algodão (CDL, 2009, apud relatório dos presidentes da Província de Sergipe).

Em Itabaiana a agricultura dominante é a familiar, pois existe no município um grande número de itabaianenses que moram no campo. Segundo o Censo Demográfico de 2010, Itabaiana possui 86.967 habitantes, destes 19.258 são moradores da zona Rural. Mas no Censo de 1970 os moradores da zona rural era 25.207, os números comprovam que houve uma grande diminuição no percentual de moradores, mas mesmo assim a agricultura familiar em Itabaiana atualmente é dinâmica.

As pesquisas e debates referentes à pluriatividade no Brasil são considerados recentes, e concentrados nas regiões sul e sudeste se comparados com as demais regiões do país. (SCHNEIDER, 1999, 2000, 2003 apud MENDES 2013 97). Além de que atividades não agrícolas e pluriatividade possuir conceitos diferentes e não se podem confundir-se os significados de ambas as palavras.

> (...) por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões, das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho (Schneider apud MENDES 2013 p. 98).

Com o avanço do agronegócio, o campo futuramente pode ser um anexo da cidade, ou seja, atualmente possuir regiões que não se sabe se é zona rural ou zona urbana, pois fábricas estão propagando em áreas que antes era apenas para o cultivo de produtos agrícolas. Alguns autores como GRAZIANO DA SILVA 1997, apud MENDES 2013 p 101; WANDERLEY 1997, apud MENDES 2013 p 101; SCHNEIDER 20000, apud MENDES 2013 p 101, afirmam em alguma das suas obras que "rural" não é mais sinônimo de uma área "agrícola".

Além desta problemática, o agricultor lida todos os anos com a seca. Nisto o agricultor familiar para completar sua renda, procura outra atividade, dentro ou fora da sua propriedade agrícola. Isto é, ainda mais notável quando é o marido que exerce um emprego fora da propriedade, ficando ao encargo da esposa a organização e execução do trabalho. (Schneider 2004).

No dia 03 de abril do ano 2014, a equipe do Grupo de Pesquisa Dinâmica Rural e Regional foi para os povoados realizar trabalho de campo com a finalidade de identificar e analisar a multifuncionalidade na agricultura familiar. Utilizando os povoados Marcela, Canário, Cajueiro, Igreja Velha e Agrovila como objeto de estudo. Foram aplicados 27 questionários distribuídos em locais estratégicos para obter maiores detalhes da população rural.

Com esse aumento de renda e de acesso ao crédito a população rural melhorou suas condições de moradia comprando eletrodomésticos e mobiliando e reformando suas residências. Desta forma identificou-se que 96,29% das residências possuíam televisores, 74,07% aparelho de DVD e 3,70% telefone fixo. Contudo essa melhoria é para alguns, pois no povoado Agrovila observou-se que há famílias que trabalham durante seis meses e nos outros meses dependem do auxílio do bolsa família, pois 42,30% dependem do bolsa família e 20% não responderam os questionários. Observa-se que, provavelmente este percentual seja mais elevado em virtude dos entrevistados demonstrarem insegurança nas respostas relacionadas a rendimentos por causa do benefício Bolsa Família, fato este que mostra o grande contraste na área rural, enquanto alguns povoados apresentam melhores condições estruturais e sociais como, por exemplo, o povoado Cajueiro onde há uma população aparentemente de classe média, em outras áreas há pessoas pobres, analfabetas e dependentes de auxílio do governo.

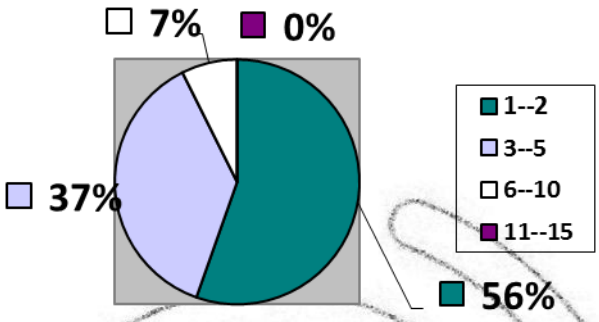
Figura 01 e 02: Estrutura das residências dos agricultores.
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Este contraste é bem visível quando se observa as residências nos povoados, como por exemplo, no povoado Igreja Velha, (Imagem 1) que ainda encontra-se casas feita de taipa, pois tal fato encontra-se com raridade atualmente no município de Itabaiana.

Com base no trabalho de campo constatou-se que ainda há elevado índice de analfabetismo no meio rural, pois cerca de 60% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou ainda estão cursando, é 23,53 % destas possuem ensino médio completo, 1,17% estão cursando o ensino superior em uma instituição pública e 15,30% responderam que não estudaram.

Com a análise dos dados coletados nos domicílios rurais, percebe-se uma diminuição dos integrantes das famílias. Algumas décadas atrás as famílias rurais eram extensas com inúmeros integrantes. Atualmente, a grande maioria das famílias rurais do município de Itabaiana é composta em média por dois integrantes, mas existi casos ainda de famílias com 10 integrantes, conforme gráfico abaixo.

Quantidade de Integrantes por Familia



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

As propriedades estudadas, em média, são de 1 a 20 tarefas, maioria destas utilizam água de poço ou fonte para consumo ou cultivo dos produtos agrícolas. Dos entrevistados 74% responderam que praticam com mais intensidade a agricultura na sua propriedade. A renda das famílias rurais é bem variada e geralmente não é fixa, das famílias analisadas 62,96% responderam que vivem mensalmente com um salário mínimo, 29,63% com dois salários e 7,4% a três ou mais salário mínimo.

Os principais produtos cultivados são a batata doce e macaxeira, pois cerca de 31% dos agricultores cultivam este produto, isto ocorre por serem produtos rápidos de cultivar, e bem procurado por atravessadores que procuram comprar para vender em outras cidades como, por exemplo, no município de Juazeiro localizado no estado da Bahia.

Com isto, percebe-se que as famílias rurais em sua grande maioria ainda vivem com um salário mínimo, apesar de apresentar irregularidade nos rendimentos ao longo dos meses, sendo que as fontes de rendas são distribuídas da seguinte maneira: agricultura 46,80%, aposentadoria 17,02%, trabalho informal 14,89% e pensão 4,25%.

CONCLUSÕES

Analisando os dados empíricos, perceber-se na área estudada uma melhoria nas condições de vida dos moradores das áreas rurais do município de Itabaiana-SE. No entanto, estas melhorias não são suficientes, pois ainda tem muito que melhorar para estes moradores.

Contudo, com todos os problemas que os agricultores enfrentam no cotidiano, identificou-se que de forma geral pretendem continuar residindo e trabalhando na área rural.

VII semana da Geografia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sheyla S. – **O Pronaf e a Pluriatividade: oportunidade de Inserção dos Camponeses no Mercado?** Editora UFS 2011, p 353-374.

CARVALHO, Diana M. de, & COSTA, José Eloizio da – **Cadeia produtiva das Hortaliças em Itabaiana/SE: O caso da produção e da comercialização nas áreas irrigadas.** Editora UFS 2011 , p 15-44.

CARVALHO, Diana Mendonça de & COSTA, José Eloizio da – **A formação Histórico-Geográfico de Itabaiana/SE aspectos introdutórios.** Editora UFS 2012, p 11-48.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo Rural brasileiro.Nova Economia,V.7,n.1**. Belo Horizonte- MG.1997,p 43-81.

SCHNEIDER, Sergio – **Agricultura Familiar e Industrialização**. Editora UFRGS. 2004, 2ª Edição.

MAIA, Meirilane Rodrigues & FONTES, Aracy Losano – **Sustentabilidade da Agricultura Familiar.** Editora UFS 2011, p 335-352.

MENDES, Marcelo Alves- **Planejamento Agrícola e Sustentabilidade Socioeconômica**. Editora UFS 2011 , p 275- 308.

MENDES, Marcelo Alves- **Agricultura familiar e novas ruralidades em questão: Um Analise teórica.** Editora UFS, 2013. P 95-116.

SCHNEIDER, Sergio.As Atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. Bogotá-Colombia: Cuadernos de Desarrollo Rural. V.1 n 44,2000, p.11-40.

SCHNEIDER, Sergio. Pluriatividade na Agricultura familiar.Rio Grande do Sul: editora da UFRGS, 2003, p 354.

SCHNEIDER, Sergio. **A importância da pluriatividade para as políticas publicas no Brasil**. Revista Política Agrícola, Ano XVI,n.3,Jul./Set./2007SRB,Sociedade Rural Brasileira. Disponível em http://www.srb.org.br/noticias/article.php?article_id=4203 Acessado em 21 de Dezembro de 2013 ás 19:22.

Terra. **Agricultura comercial disponível em http://www.infoescola.com/economia/agricultura-comercial/** Acesso em 21 de Dezembro de 2013 ás 16:00.

WANDERLEY, Maria de N.B. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Resumo dos anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.Natal-RN.1997.

VII semana da Geografia

Eixo 2 – Espaço agrário

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NO ASSENTAMENTO CAIMÃ E PONTA DA SERRA NO MUNICÍPIO DE ADUSTINA/BA

Maria Morgana Santos Santana – Universidade Federal de Sergipe
morganageo1972@gmail.com

Hericondio Santos Conceição – Universidade Federal de Sergipe
hericondio@gmail.com

Resumo

O presente estudo está centrado na análise das políticas públicas sobre o Assentamento Caimã e Ponta da Serra, no município de Adustina/BA. Nessa perspectiva, analisa-se o processo histórico de formação do Assentamento Caimã e Ponta da Serra, destacando desde o ponto de partida das reivindicações em 1998 expressadas pela criação do acampamento, que contou com a participação de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Pastoral Rural de Paulo Afonso/BA, até a conquista da terra em 2001, fazendo uma análise sobre a ineficiência dos projetos até então concretizados e as dificuldades enfrentadas atualmente pelos assentados no que se refere ao processo de produção. Os assentados têm como principais dificuldades, o acesso aos créditos bancários, pois, não dispõem da documentação necessária para comprovação da legalidade de proprietário da terra, além das condições climáticas, que interferem na produção. Optou-se por realizar um estudo sobre um projeto de construção de casas populares no Assentamento Caimã e Ponta da Serra, para o qual, cada assentado recebeu um empréstimo da Caixa Econômica Federal no valor de R$ 2.500,00 e o projeto para a preparação do solo, para o qual, cada assentado recebeu um empréstimo do Banco do Brasil no valor de R$ 13.000,00. Assim, observamos o descompromisso do Estado em elaborar políticas públicas sérias, que atuem de forma a melhorar as condições de vida dos assentados. Uma vez que conquistada a terra, se faz necessário recursos suficientes para exercer atividades que gerem o desenvolvimento social.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, políticas de desenvolvimento, Estado.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990 o Brasil viveu um período de intensificação de implantação de assentamentos rurais. Com isso, torna-se necessário fazer uma análise sobre as mudanças sociais provocadas nas regiões e localidades onde os mesmos foram implantados. Nessa perspectiva, selecionou-se como objeto de estudo, o assentamento Caimã e Ponta da Serra, localizado no município de Adustina/BA, em que analisa-se a importância dada pelo Estado

para com o assentamento, quando cria políticas públicas incapazes de gerar renda suficiente para o desenvolvimento socioeconômico no assentamento.

Assim, o presente estudo tem como principal objetivo analisar e identificar de forma crítica as políticas públicas territorializadas no assentamento Caimã e Ponta da Serra, no município de Adustina/BA. Tendo como destaque o programa de construção de casas populares que contou com um crédito bancário pela Caixa Econômica Federal no valor de R$ 2.500.000, sendo comprovado pela maioria dos assentados entrevistados que a quantia não foi suficiente para construir uma casa de qualidade, resultando na má qualidade de infraestrutura da casa, apresentando algumas pendências, como a falta de portas, reboco e de uma melhor estrutura no banheiro. O mesmo ocorreu com o projeto que contou com um crédito liberado pelo Banco do Brasil no valor de 13.000.00 destinado para o preparo dos 35 hectares conquistados por cada assentado. Após a leitura teórica, elaboramos um questionário para aplicação no campo, a partir da qual tivemos contato com os assentados que demonstraram um profundo descontentamento com os projetos lá implantados, declarando que os mesmos não contaram com recursos suficientes para a concretização de seus objetivos.

O texto está dividido em três partes. Na primeira parte foi realizado um levantamento histórico sobre a questão agrária e a atuação do Estado sobre a mesma; na segunda parte foi feito um levantamento bibliográfico sobre a compreensão de políticas públicas; e, na terceira parte analiso as políticas públicas territorializadas no assentamento Caimã e Ponta da Serra, no município de Adustina/BA, concluindo com o pensamento de que o Estado está a serviço da classe dominante, à medida que cria mecanismos que corroboram com os interesses da mesma.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica sobre temas pertinentes à problemática das políticas públicas, além de leituras sobre a reforma agrária, assentamentos e outros assuntos necessários para o entendimento da realidade da área estudada. Após a leitura teórica, elaboramos um questionário para aplicação no campo, a partir da qual tivemos contato com a população moradora da área. Nessa perspectiva, o foco desse estudo está debruçado na análise de tais políticas, analisando o descompromisso do Estado para com os objetivos de reforma agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Leite et all (2004) após a conquista da terra, a fase inicial de chegada ao assentamento é algo bem difícil, uma vez que tudo no lote está por fazer inclusive as condições de moradia. Essas dificuldades são melhores entendidas se levarmos em consideração o perfil social da população assentada, que é em sua grande maioria, pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho, que durante o processo de luta pela terra, passou por um grande desgaste econômico, além do que os primeiros rendimentos a serem retirados dos lotes só virão depois da primeira colheita. O acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo INCRA mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação, que deveriam atender a todas as famílias no momento de chegada ao assentamento.

> Dado o caráter desses créditos, emergenciais e importantes no início dos projetos, é necessário que levemos em conata também o tempo que esses recursos levaram para chegar aos assentados, visto que a ausência desses elementos pode comprometer significativamente a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades. (LEITE et all, 2004, p.88).

Nesse sentido, o tempo para a liberação dos créditos influencia de forma significativa no desenvolvimento do assentamento, principalmente no que se refere às condições de moradia e o preparo da terra conquistada. Partindo dessa situação, é imprescindível a análise do grau de eficiência das políticas públicas territorializadas nos assentamentos. Em que se fazem necessários questionamentos do tipo: O crédito disponibilizado foi suficiente para alcançar os objetivos para o qual foi destinado? Nesse viés analisaremos as políticas públicas implantadas no Assentamento Caimã e Ponta da Serra, no município de Adustina/BA, considerando sua eficácia no desenvolvimento dos lotes.

O município de Adustina/BA, localizado no nordeste baiano, apresenta características como: a alta concentração da terra e a improdutividade de grandes propriedades rurais, utilizadas de forma especulativa com a pecuária extensiva. Esses elementos contribuíram para que no final da década de 1990, a, Pastoral Rural de Paulo Afonso foi o órgão mediador no processo da luta pela terra, exercendo seu papel sobre a região, realizando algumas ocupações em fazendas que não estavam cumprindo a função social da terra, que consta na Constituição de 1988, tendo alguns requisitos como: a utilização eficaz dos recursos naturais de que se pode dispor, atentando-se para a preservação do meio ambiente; cumprindo as disposições que regulam e legislam as relações de trabalho e também usando meios de exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Partindo desse contexto, a então fazenda Caimã e Ponta da Serra, preenchia os requisitos necessários para a sua desapropriação. Assim, em 1998 a Pastoral Rural de Paulo Afonso juntamente com o INCRA, orientaram um grupo de 89 famílias que foram excluídas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que não possuíam meios de sobrevivência. Nesse sentido o grupo foi orientado a lutarem pela posse da terra, dando origem ao acampamento. O processo de luta pela terra, segundo os assentados, não foi marcado por conflitos sangrentos. Sendo que em 2001, a justiça emitiu o termo de posse em favor do INCRA, dando origem ao Assentamento Caimã e Ponta da serra que assentou todas as famílias acampadas.

Como mencionado anteriormente, a fase inicial num assentamento é difícil, pois está tudo por fazer, não existe infraestrutura, condições de moradia, recursos para desenvolver o lote, enfim uma série de fatores que justificam a necessidade de intervenção do Estado, na criação de políticas públicas que deem condições de desenvolvimento para os assentados. Assim, o Estado elaborou três projetos que consistia em: Crédito Fomento, Crédito Habitação e o crédito para o preparo do lote.

O Crédito Fomento consistiu num valor de R$ 1.400,00 para cada assentado, que corresponde ao tempo de lona concedido pelo Estado sem necessidade de devolução. Esse recurso tem como objetivo a realização da compra de carroça, alimentos e animais. Sendo o recurso controlado pelo INCRA, através de uma conta da associação do assentamento.

O projeto de construção da casa, contou com o empréstimo de R$ 2.500,00 pela Caixa Econômica Federal. Segundo os 50 assentados entrevistados, foi uma quantia insuficiente, o que ocasionou na má qualidade de infraestrutura da casa, apresentando algumas pendências, como a falta de portas, reboco e de uma melhor estrutura no banheiro. Dessa forma, aqueles que detinham uma renda maior, investiram no melhoramento da casa com recurso próprio, entretanto a grande maioria limitou-se com o recurso disponibilizado, que dentro do prazo estabelecido, terá que ser devolvido ao banco. Assim, podemos analisar a importância que o governo dá aos assentamentos, uma vez que não dá as condições para os mesmos se reproduzirem, sendo que nem mesmo condição de moradia adequada é capaz de fornecer.

A educação também é um fator importante no assentamento. Pensando nisso foi criada prefeitura municipal de Adustina/BA uma escola que ensina até o 5º ano do ensino fundamental, após essa série, os estudantes são levados para cidade que localiza-se há 25 km do assentamento.Os alunos são transportados por ônibus escolar mantido pela prefeitura do município. A saúde também é algo bastante deficiente, uma vez que não existe nenhum estabelecimento médico no assentamento. Sendo necessário o deslocamento para a cidade.

A associação do assentamento funciona como um mediador na busca pelo crédito bancário, entretanto o INCRA não disponibilizou a documentação que legaliza a posse de terra, inviabilizando o acesso ao crédito bancário. Esse questionamento é um fator que dificulta o processo de produção, pois eles necessitam de crédito para desempenhar as atividades econômicas. Os principais produtos são milho, feijão e abóbora, onde o excedente é por meio dos atravessadores, que levam o seu produto para o mercado.

As condições climáticas têm interferido na produção, à medida que não existem técnicas implantadas no assentamento que possam amenizar os efeitos da estiagem como, por exemplo, a política de irrigação. Nesse sentido, o Estado poderia criar um projeto que levasse a agricultura irrigada no assentamento.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo pelo qual a reforma agrária é tratada pelo Estado brasileiro, torna-se difícil de chegarmos à solução da questão, pois enquanto o Estado estiver atrelado com os interesses da classe dominante, viveremos num país de desigualdades cada vez mais acentuado. Ao mesmo tempo em que a pequena presença de assentamentos no campo não interfere de forma profunda na questão agrária. Entretanto, é inquestionável a importância dos assentamentos nos municípios em que são instalados, uma vez que a capacidade de desenvolvimento socioeconômico é algo notável na vida dos assentados e no município, trazendo para região crescimento econômico a nível regional e principalmente local. Nesse sentido, percebe-se o desenvolvimento dos trabalhadores do Assentamento Caimã e Ponta da Serra, que mesmo com tantas dificuldades são unânimes, ao afirmarem que a posse da terra lhes proporcionou melhoria de vida, em aspectos socioeconômicos. Porém, muito ainda há por fazer, o Estado precisa criar medidas de incentivo a reforma agrária, sem atrelar-se aos interesses da classe economicamente dominante para que assim tenhamos um país mais justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. IN: Stedile, João Pedro (Org). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000** – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LEITE, Sérgio; et al. ***Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro***. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

MIRALHA, Wagner, **A implantação de assentamentos rurais e sua importância Social e econômica no município de Presidente Bernardes** – SP, III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed – São Paulo; Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Sergipe, 2009.

VII semana da Geografia

Eixo 02: Espaço Agrário

APRORIAÇÃO E USO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO DA BR 235/SE

Renata Batista Alves Mestrada do Núcleo de Pós Graduação em Geografia NPGEO/UFS; renata_alvese@hotmail.com

Resumo

A concentração da estrutura fundiária brasileira tem raízes históricas que se intensificam a partir da valorização do agronegócio como principal eixo de desenvolvimento para o campo. Assim, cresce a demanda dos trabalhadores e movimentos sociais pelo acesso e posse da terra-trabalho. Em Sergipe estes rebatimentos são observados na ocupação e uso de terras das faixas de domínio da União das rodovias como alternativa de ocupação/sobrevivência dos pequenos produtores rurais, cortadores de cana e, desempregados, especificamente nas margens da BR 235 do referido Estado. A análise das contradições desse processo sustentou-se em leituras teóricas e práticas sobre o mundo do trabalho, a questão agrária brasileira e a crescente produção de pobreza no mundo, especificamente no campo brasileiro. É nos rebatimentos provenientes desse processo que se busca entender como a concentração fundiária no estado de Sergipe está posta e qual a sua relação com a ocupação das faixas marginais, sobretudo da BR 235 que liga Aracaju ao interior do estado, em que trabalhadores produzem alimentos nas terras de domínio da União ao lado dos latifúndios da cana e outras propriedades particulares. As margens da rodovia em questão, que aparentemente são supérfluas refletem neste espaço geográfico uma heterogeneidade de trabalhadores, que entre as cercas das propriedades privadas e as rodovias trabalham mostrando o peso que a terra tem enquanto meio de produção/sobrevivência.

Palavras-Chave: Terra; Trabalho; Camponês; Agronegócio; Faixas de Domínio da União.

INTRODUÇÃO

A terra é um bem natural e não foi criada pelo trabalho humano, com isso ela não se configura enquanto uma mercadoria produzida pelo homem. Porém, no modo de produção capitalista, a propriedade privada da terra torna esse bem natural e originário em uma mercadoria especial. A partir desse momento, a terra passa a ser apropriada com fins lucrativos, possibilitando a extração da renda da terra, bem como a especulação imobiliária, constituindo, também, reserva de valor. A configuração da terra enquanto reserva de valor diante da magnitude de terras existentes no Brasil expressa uma contradição, pois de um lado tem-se um país com extensões continentais e que são agricultáveis, em contrapartida temos inúmeros trabalhadores lutando para ter acesso às mesmas.

Para Oliveira (2004), a concentração de terras revela a barbárie no campo, pois ocorre a valorização e o fortalecimento do agronegócio e, ao mesmo tempo, o aumento dos conflitos e luta pela terra. Em resposta a essa forte concentração fundiária que marca a história brasileira desde a sua formação territorial, é que cada vez mais se aumenta o número de conflitos pela terra, bem como a necessidade do acesso à mesma.

Desta forma, entender a concentração da estrutura fundiária brasileira, nos remete a uma análise da contradição do sistema capitalista para poder desvelar as várias facetas que engendram o processo de luta pelo acesso à terra no Brasil, atrelado a forte e crescente expansão do agronegócio que, por sua vez, é ancorada na expropriação e exploração de camponeses e exploração do trabalho. Essa realidade acelera as lutas pela terra, bem como faz surgir novas formas de acesso e uso da terra.

A análise da concentração fundiária e das novas formas de acesso à terra é uma questão de suma importância para a ciência geográfica, pois emerge de contradições que definem o espaço geográfico na relação dialética campo-cidade. É nos rebatimentos provenientes desse processo que se busca entender como a concentração fundiária no estado de Sergipe está posta e qual a sua relação com a ocupação das faixas marginais das rodovias brasileiras como, por exemplo, da BR 235, que liga Aracaju ao interior do estado de Sergipe. Onde trabalhadores produzem alimentos nas terras de domínio da União ao lado dos latifúndios da cana e do milho.

A produção agropecuária nas faixas de domínio da União sob tutela do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) ou a chamada agricultura de beira de estrada[14]", revela a necessidade de acesso à terra por sujeitos pobres e sem terra do campo e da cidade, que vem sendo desenvolvida em Sergipe, precisamente nas margens da BR 235. Trata-se da ocupação e uso dessas margens para a produção de alimentos para subsistência e venda. São cultivos tradicionais da região Nordeste e, sobretudo que fazem parte da cesta básica da sociedade brasileira. A atividade em questão caminha paralelamente ao lado de problemáticas como a forte concentração fundiária do Estado de Sergipe, a intensa expropriação dos camponeses alavancada pelo agronegócio e a presença marcante da pobreza.

Desta forma, o presente trabalho, fruto de uma pesquisa de mestrado, tem como objetivos: Discutir a atividade agropecuária nas faixas de domínio da União diante da concentração de terras no Brasil e em Sergipe; compreender a dinâmica social e produtiva que envolve a atividade de plantio, pastoreio e coleta na BR 235 no estado de Sergipe; caracterizar a produção agrícola nas rodovias; produzir informações e dados sobre as atividades agropecuárias nas faixas de terras públicas das rodovias, que auxiliem no debate sobre reforma agrária e soberania alimentar no Brasil.

METODOLOGIA

Sobre a questão metodológica foram feitas pesquisas bibliográficas sobre a temática em questão, porém, até o presente momento, a respeito do tema específico proposto, só foram encontrados artigos publicados pelo professor Marco Antônio Mitidiero Junior.

[14] Pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

Desta forma, a metodologia a ser empregada nesse estudo compreende a pesquisa bibliográfica sobre a realidade do campo brasileiro e sergipano, orientada em uma perspectiva de análise de descortinamento das contradições oriundas das transformações das relações de produção e trabalho no campo. Tendo como referências de autores, Ariovaldo Umbelino, Thomaz Junior, José de Souza Martins, dentre outros.

Foi necessário desenvolver trabalho de campo, pois este é uma ferramenta de pesquisa essencial na coleta de dados, por um lado devido à originalidade de investigação proposta, por outro, pelo fato da agricultura de beira de estrada ser uma atividade de caráter itinerante, deslocando-se não só no traçado das estradas e rodovias, como nos pontos (localização) de cultivo e coleta. A aplicação de questionários permitiu levantar dados sobre a realidade estudada, fazer uma correlação e análise crítica dos dados. Deste modo, o trabalho de campo é de fundamental importância, uma vez que é o momento que o pesquisador se aproxima do seu objeto de pesquisa.

No caso da utilização da faixa de domínio para o pastoreio de animais ou para coleta de capim, a atividade é naturalmente móvel, já na prática agrícola, novos pontos de cultivo e novos agricultores surgem e desaparecem a cada ano. Outra característica que faz menção à localização dos produtores dessas áreas é que muitos deles vivem nas cidades e povoados próximos ao local de produção, dificultando a localização dos mesmos. Portanto, a ida a campo foi feita tanto nas áreas de produção como nos locais de residência desses produtores. Tais procedimentos permite esboçar o entendimento da realidade da referida área de estudo, alicerçadas por uma discussão teórica.

O recorte espacial é a BR 235 que liga Aracaju ao interior do estado sergipano. A BR 235 é uma rodovia federal sob tutela do DNIT que liga Sergipe ao estado do Pará. Essa rodovia não é totalmente asfaltada e possui extensão de 1772 Km. Os pontos principais de adensamento da prática agropecuária em questão são mais perceptíveis nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo diante da elevada concentração fundiária brasileira, "há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de hectares de terras devolutas. Ou seja, terras que podem ser consideradas a luz do direito, como terras públicas pertencentes aos Estados e a União" (OLIVEIRA, 2003, p. 127). Porém, boa parte desta elevada quantidade de terras devolutas já se encontra nas mãos de inúmeros grileiros, principalmente na região Norte do país. Muitos desses conseguem adquirir o título legal da propriedade. Já os camponeses não conseguem quase nada das terras, mesmo tendo uma lógica que não é necessariamente a do mercado e do agronegócio, mas sim a lógica do trabalho para produção de alimento, ancorado no tripé: terra, trabalho e família.

O atual campesinato brasileiro é composto por um misto de trabalhadores, mesmo que estes tenham tido em algum momento da sua vida uma ligação com a terra, há outros que nunca tiveram acesso, mas veem nela a saída para uma possível melhoria de vida, mesmo que seja produzindo somente para a própria subsistência. Afinal, com a entrada maciça do agronegócio no campo, os preços dos alimentos que compõem a cesta básica brasileira aumentaram a passos galopantes gerando fome e miséria.

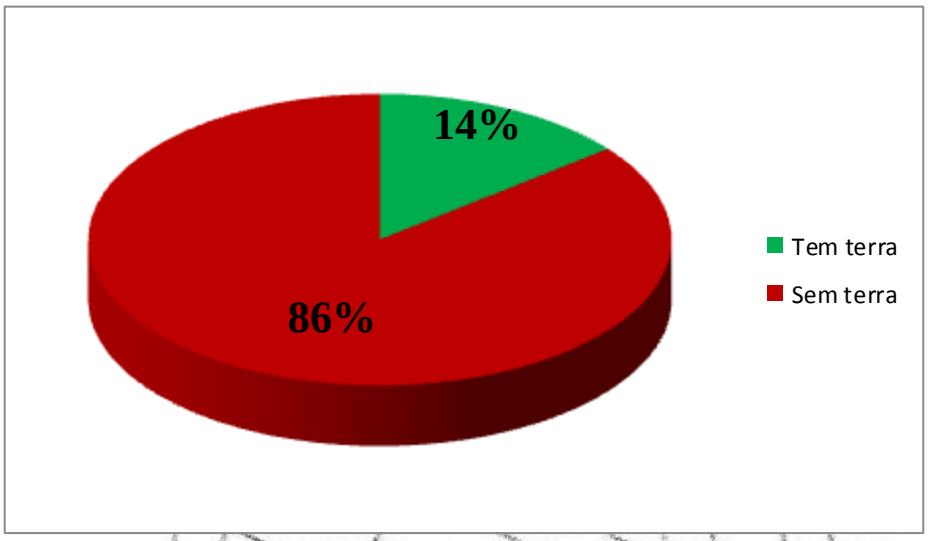
O campesinato brasileiro luta para entrar na terra, é ambulante/nômade, não tem lugar fixo. Vai para onde houver a esperança de dias melhores, mesmo que seja através de intensos e constantes conflitos. E essa esperança faz surgir novas formas de acesso à terra em uma incansável busca de se ter um pedaço de chão para produzir alimentos. Assim, o rural se torna tão presente e marcante na sociedade brasileira como um todo, que é perceptível até nas cidades as pessoas fazendo plantações em seus pequenos quintais ou em frente as suas casas, como é o caso da agropecuária de beira de estrada.

A agropecuária de beira de estrada é uma atividade desenvolvida nas margens das rodovias, numa faixa chamada institucionalmente de Faixa de Domínio da União, que compreende desde o término do acostamento asfaltado chegando até as cercas das propriedades privadas. Essa faixa varia entre 30 a 50 metros e é delimitada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT).

Com a aplicação de 28 questionários nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira, foi possível fazer uma análise detalhada das características marcantes dos camponeses da beira da estrada. E a principal delas é a falta de terra. Esta atividade desenvolvida às margens da BR 235, data em média de 30 a 40 anos. O uso e ocupação das faixas de domínio pelos camponeses reflete a forte concentração fundiária do estado de Sergipe. A falta de terras evidenciada na prática do plantio, pastoreio e extração do capim ao longo da BR 235 é o amalgama dessa problemática.

Figura 04: Trabalhador adubando a plantação de milho. ALVES, Renata Batista.

Gráfico 01: Uso e posse da terra pelos entrevistados



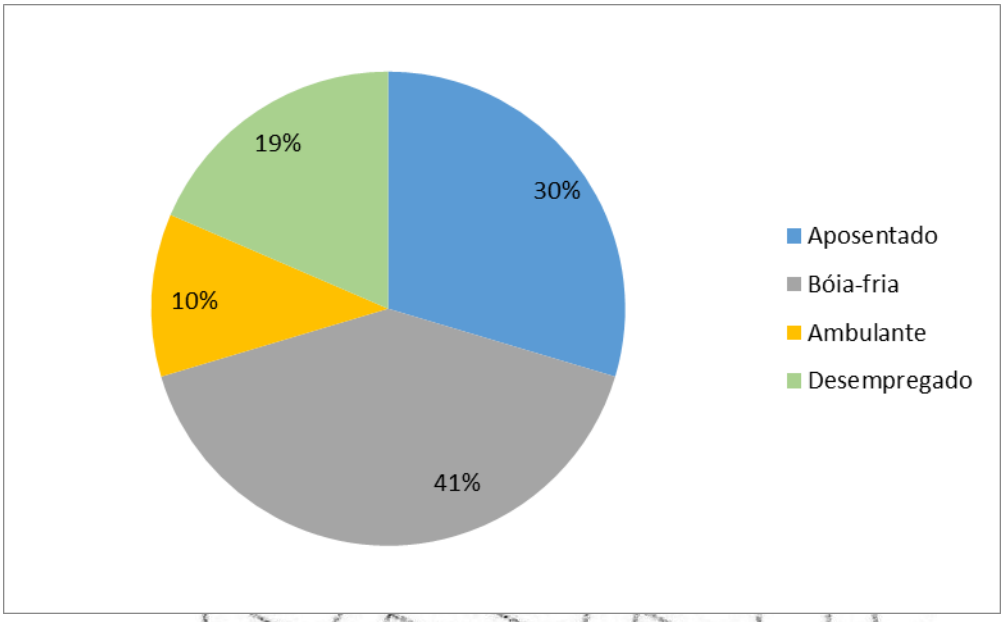
Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo nas margens da BR 235/SE.

A falta de terras é expressivamente identificada no gráfico acima no qual 86% do total dos entrevistados afirmam não possuir terras. Este percentual explica por si só o porquê desses camponeses estarem ocupando as faixas de domínio para plantar e colher seu próprio alimento. A falta de terras e a ocupação das margens das rodovias reproduzem um apelo enfático do clamor pela realização de uma reforma agrária no Brasil. E apenas 14 % possuem irrisórios pedaços de terra. São tão nítidos os contrastes e desigualdades sociais no país que surgem novas atividades a todo tempo na luta por um pedaço de terra, e a agropecuária de beira de estrada expressa claramente esse clamor e, ao mesmo tempo, reivindicação por um país mais justo e igualitário.

Os camponeses da beira de estrada constituem uma imensa diversidade de trabalhadores com diferentes ocupações laborais para além do trabalho desenvolvido às margens da rodovia. Trata-se de uma população que reproduz a condição camponesa na beira da estrada. E a heterogeneidade desses sujeitos sociais é a principal marca dessa população que trabalha na beira da estrada.

VIII semana da Geografia

Gráfico 02: Caracterização dos trabalhadores da "beira de estrada"



Fonte: ALVES, Renata Batista. Pesquisa de campo as margens da BR 235/SE.

Na prática da agricultura nas faixas de domínio da União há uma forte presença dos aposentados. É um grupo significativo nas margens da BR 235. Eles plantam seus cultivos e cimentam a ligação com a terra que sempre tiveram desde a infância.

Outro grupo com expressiva notoriedade é a figura do boia-fria. Dentro desse conjunto de trabalhadores, estão os diaristas, que trabalham no período da colheita do milho em Carira e Frei Paulo, e os cortadores de cana, que trabalham no município de Areia Branca. Esses sujeitos, como não têm terra, dividem o tempo trabalhando como diaristas nas grandes propriedades desenvolvendo atividades campestres e no período da colheita do milho. E no caso dos cortadores de cana, o plantio ocorre no período que eles estão sem cortar cana (entressafra), ou ainda muitos que residem na própria cidade de Areia Branca plantam ininterruptamente, pois os mesmos trabalham nas Usinas de Açúcar próximo a região.

Os desempregados que plantam na terra da União para terem algum alimento e complementarem a renda. Tal fato é um rebatimento do desemprego estrutural sofrido pela população brasileira e mundial. Os ambulantes, dão notoriedade ao trabalho informal presente na agropecuária de beira de estrada.

De acordo com Mitidiero Júnior (2013), a escolha da área e da extensão da área plantada se dá pela tradição, quem plantou um ano na beira de estrada acaba plantando no ano seguinte e caso tenha terra que ninguém plantou você pode ir e plantar. As áreas de plantio geralmente estão distantes da morada daquele que plantou, mas também pode estar bem na frente das moradias, quando estas estão margeando a rodovia.

Vale endossar que, os cultivos plantados têm que acompanhar as declividades dos terrenos bem como a linearidade da pista, uma vez que nem todos os trechos da rodovia são propícios para a produção de alimentos. Os cultivos são predominantemente de subsistência (milho, feijão, fava, macaxeira, frutas, abóbora e palma) para consumo próprio e uma pequena parte para revenda, como também para doação entre amigos e/ou parentes dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo de ocupação e uso dos espaços marginais das rodovias revela a busca de sobrevivência de um conjunto complexo de trabalhadores nos espaços públicos. São expropriados da terra, camponeses que encontram nesses espaços a possibilidade de sustento da família, são desempregados que encontram no uso da terra a possibilidade de plantio de alimentos para consumo, são trabalhadores de cana-de-açúcar que dividem o mundo da superexploração do trabalho no canavial com a possibilidade do uso dessas terras nos períodos entressafra.

As roças observadas, os cultivos de subsistência, os animais e aves mostram o peso que a terra tem enquanto meio de produção. A ocupação e uso das margens de rodovias é uma dimensão observada no campo brasileiro e sergipano em que se constatam a necessidade de acesso à terra como melhoria de condição de vida e alternativa à sociedade do capital, ao desemprego e à ausência de condição digna de sobrevivência.

A agricultura de beira de estrada é uma expressão metabólica do capital, pois atinge a subjetividade denotada nas diversas formas de organização, resistência e lutas contra este. A expressa resistência alocada nas "margens produtivas" das rodovias enriquece e fortalece a temática que envolve a questão agrária brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio**. Agropecuária de beira de estrada ou agropecuária marginal, ou, ainda, o campesinato espremido, Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 16, n. 23. p. 43-59. Jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** São Paulo: Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21. Jul./dez. 2004, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, Geografia Agrária: Perspectivas do inicio do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O campo no século XXI**: território de visa, de luta e de construção da justiça social. – São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2003.

VII semana da Geografia

Eixo 2: O Espaço Agrário

A RESILIÊNCIA CAMPESINA FRENTE A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO POVOADO AGROVILA NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

Shirley Oliveira Nascimento
Universidade Federal de Sergipe - nascimento_shirley@hotmail.com

Maria Morgana Santos Santana
Universidade Federal de Sergipe – morganageo1972@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos[15] – Orientadora, Tutora PET
josefalisboa@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo fazer um resgate das principais políticas de transferência de renda no Brasil, mais especificamente no povoado da Agrovila no município de Itabaiana/SE. Assim, analisar através de um resgate histórico o processo de resiliência campesina, que vai do contexto de um Estado de Bem-estar social até o período marcado pela entrada das políticas neoliberais.

Palavras-Chave: Estado; campesinato; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a estrutura fundiária brasileira nota-se o quanto foi e ainda é marcante a presença de grandes extensões de terras sendo monopolizadas por uma minoria, que detém o poder econômico e político no país. Daí, emergem grandes desigualdades sociais que se materializam tanto no campo quanto na cidade. Contudo, de formas distintas, pois, na primeira há necessidade da terra e das ferramentas adequadas para cultivá-la e do dinheiro para auxiliar na produção. Já na cidade é extremamente necessário um emprego, que consiga atender as necessidades básicas de permanência desse sujeito social. Mas, se for analisar a relação campo-cidade a partir disso pode ter uma interpretação equivocada, uma vez que, não há dualidade entre o trabalhador do campo e o da cidade, contudo, foi engendrado uma retórica para separá-los enquanto classe. Partindo, dessa premissa evidenciamos as diferentes lutas sociais, que a priori partiram dos trabalhadores da cidade, uma vez que, os mesmos aspiravam melhores condições de trabalho, pois, tinham uma luta mais direta entre a relação capital-trabalho. Que a partir de muita luta e inúmeras reivindicações trabalhistas. Foram criadas algumas estratégias para amenizar o embate. E é a partir desse momento, que nasce o kanysianismo ou Estado de Bem-estar social, que cria uma classe média reacionária.

[15] O grupo PET de Geografia é coordenado pela Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos. Professora adjunta do Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe.

No Brasil podemos denominar esse período como os anos gloriosos, contudo, a condição do pleno emprego não foi tão contundente como em outros lugares do mundo como ocorreu no continente Europeu. Mas, ao mesmo tempo o campo ficou estereotipado como o lugar, que se materializava a pobreza e o atraso, contudo é necessário compreender que o campo brasileiro nasce no âmago das contradições impostas pela lógica do capital.

Que essas desigualdades foram engendradas e materializadas através do poder de grupos de grandes coronéis e grupos oligárquicos da época, que dominavam todos os setores da estrutura agrária brasileira. Assim, conduziu o camponês a viver sob domínio dos mesmos. É tanto, que no governo Getúlio Vargas foi um período marcado por grandes reivindicações socais, sobretudo trabalhistas. E realmente os trabalhadores da cidade conseguiram alguns diretos, que outrora não tinham acesso como a carteira assinada. No entanto, foi feito um pacto entre Getúlio Vargas e os coronéis, que as transformações na cidade eram necessárias, mas no campo não poderia ser alterado, nada. Desta forma, tempo depois emergem as grandes revoltas como um dos maiores exemplos de representação foram as Ligas campesinas, que reivindicavam as grandes injustiças engendradas no campo nesse contexto. E o grande lema sempre foi a necessidade da Reforma Agrária. Até esse momento a pobreza não era discutida apenas como algo natural. Jamais se pensaria em uma pobreza construída por um modo de produção, que para sua reprodução sociometabólica ele necessita criá-la.

Mas, ao mesmo tempo conduz estratégias políticas para escamoteá-la ou combatê-la foi o que ocorreu nas alterações econômicas do modelo de produção, que denominamos como o marco da Restruturação produtiva na década de 1980, mas, as políticas de transferência de renda só foram efetivadas no período de grandes alterações no campo da esfera do mundo do trabalho, pois, novamente o capital precisou de estratégias para extrair mais lucro e só faz isso, através do ataque direto dos direitos trabalhistas. Mas, também, isso faz parte da cartilha neoliberal, que se inicia no Brasil na década de 1990.

Desta forma, foi preciso criar políticas de transferência de renda para amenizar as inúmeras problemáticas engendradas por essas vicissitudes na esfera política e econômica do país. O grande marco foi a criação de bolsas, que auxiliavam aqueles que viviam na condição de extrema pobreza. E Inúmeras bolsas e auxílios foram implantadas no país, mas a que ganhou mais destaque foi a Bolsa Família implantada em todos os estados brasileiros, que houvessem pessoas em condição de pobreza ou extrema miséria.

> Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foram ampliados os programas federais com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Essa ação do governo intensificou os debates em defesa de uma Renda de Cidadania, para todos os brasileiros. Em 2003 o Presidente Luiz Inácio ao assumir o governo adotou como meta principal o enfrentamento da fome e da pobreza, no país, colocando as *Políticas Sociais* como mecanismos de ação aos seus objetivos político e social, articulando-as a uma Política Econômica, assim lançou a proposta de unificação dos Programas de Transferência de Renda. (SILVA E SILVA, 2006. p 28 apud COLARES, p,5).

VII Semana da Geografia

Desta forma, fica evidente o poder do Estado diante as inúmeras mudanças econômicas, mas ao mesmo tempo fica claro o seu papel de mediar as políticas impostas pela lógica do capital.

O POVOADO AGROVILA NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

O presente artigo evidencia a ausência de políticas públicas, que subsidiem diretamente os camponeses do povoado Agrovila no município de Itabaiana/SE. Pois, os mesmos vivem da materialização de um assentamento, que tiveram a conquista da terra, mas ficaram à mercê de políticas públicas, que corroborasse diretamente para uma reprodução social em sua plenitude.

A única política de transferência de renda, que eles tiveram acesso nesse contexto da reestruturação produtiva foi a Bolsa família, uma medida paliativa, mas extremamente necessária em meio as contradições da lógica do capital. Esse povoado é fruto do repasse de terras do Estado para esses camponeses, que os mesmos relataram a importância dessa política pública, uma vez que, foi a única forma de impedir a saída da terra ou serem obrigados a vendê-la, diante da falta de recursos para trabalharem na terra. Uma vez que, a mesma foi conquistada em 1983 com o total de 398 hectares e logo após da apropriação da terra e foi construída uma barragem para formação do perímetro irrigado tendo sua conclusão em 1987.

A partir desse momento os camponeses passaram a cultivar inúmeros legumes como alface, coentro, pimentão, quiabo, pepino, mas o que ganha mais destaque, sobretudo no plano econômico é o plantio de batata doce. Desta forma, fica evidente da função social da terra, uma vez que, ela proporciona condições mais sólidas de sobrevivência ao camponês. Contudo, eles não recebem nenhum apoio efetivo do Estado para conseguir cultivar nos lotes adquiridos.

Somente conseguem plantar em uma parte do terreno, pois, é muito dispendioso o processo produtivo em toda área. Na maioria das vezes é necessário alugar os maquinários, comprar sementes, pagar mão-de-obra, uma vez que, nem sempre os filhos permanecem no campo. Isso também, é reflexo da construção ideológica "Que viver no campo é sinônimo do atraso", visto que, o modelo de destaque e avanço que se passa na mídia com relação ao campo é o pautado na agricultura voltada para o agronegócio. Enquanto quem produz para subsistência ou vender o excedente para fora, ainda é tido como comunidades arcaicas.

Os moradores locais vivem exclusivamente da terra, sobretudo dos produtos agrícolas, que são vendidos nas feiras locais, que na maioria das vezes esses produtos são vendidos a atravessadores, que conseguem comprar a produção por valores irrisórios. Porque os camponeses não veem outra forma de venda. Uma vez que, muitos não têm nenhum meio de transporte para levar até a cidade. Além das inúmeras dificuldades de acesso entre o povoado e a cidade, que acaba gerando inúmeras perdas econômicas. Segundo a moradora V.S "Os atravessadores vem aqui e compra todo o lote fechado, mas se a colheita não for de acordo com o pedido - temos que comprar o produto, que não deu em quantidade suficiente ou de boa qualidade aos vizinhos ou camponeses de outros lugares para poder dar conta". A camponesa relata o quanto precisava de ajuda nesses períodos de dificuldades, mas, ela destaca que "a sorte é a Bolsa Família" que ajuda a complementar a renda da família.

Desta forma, segundo as entrevistas realizadas aos camponeses, os mesmos relatam que a Agrovila passa por duas etapas de produção em um ano, uma vez que, há de sete meses, que é um período marcado pela abundância de produtos devido ao perímetro irrigado. Sendo que o cultivo é pautado na policultura. Já existe outro momento, que eles ficam presos às chuvas locais, que têm a duração de apenas cinco meses. A partir do momento em que o cultivo não é mais controlado pela irrigação, mas sim, pelas chuvas a depender da força, que a mesma vem sobre a terra acarreta inúmeros problemas, uma vez que, os terrenos fazem parte da rampa de colúvio da Serra de Itabaiana. Mas, o caso se agrava ainda mais devido à falta de assistência técnica para orientar os camponeses de como tratar a terra nessas condições. Desta forma, pode engendrar inúmeras deficiências no solo como perda dos nutrientes ao longo do tempo.

Diante dessa problemática fica evidente o quanto é difícil para os camponeses conseguirem uma soberania alimentar em sua plenitude, pois se formos olhar em uma escala micro podemos observar essa comunidade como exemplo, mas em uma escala macro notamos o quanto o Estado se vendeu para o capital internacional e seguiu a cartilha neoliberal da forma mais incisiva possível. Uma vez que, o Estado deveria corroborar no processo produtivo dos camponeses, pois, são eles que colocam a comida de todos os dias nos pratos dos brasileiros, no entanto, acaba se ausentando para atender os grandes provedores do agronegócio no Brasil.

Assim, fica claro o quanto a luta é injusta e desigual, no entanto, alguns veículos de comunicação colocam que é necessário que exista soberania alimentar, mas, ao mesmo tempo camponeses estão lutando pelo acesso a água de qualidade muita das vezes, a terra também é alvo de luta, além das sementes, que são extremamente necessárias. Mas, muitos criam a retórica que não há necessidade de Reforma Agrária. E mudam o foco para discursões como a do pseud. discurso do desenvolvimento sustentável. Que dentro dos moldes do modelo de produção que estamos inseridos chega a ser ilusório. "O direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a adversidade cultural e produtiva" (VIVAS 2014). Contudo, infelizmente isso não ocorre dentro de uma economia mundializada.

Diante disso percebemos o quanto os agricultores do povoado Agrovila estão sendo instruídos a um manejo agrícola diferente do qual eles estão acostumados, isso por que o único órgão governamental que eles possuem aceso é a EMBRAPA. Quando suas lavouras correm o risco de ter algum problema com pragas, os mesmos recorrem ao órgão que indica o veneno certo para cada tipo de praga, todavia, nunca fazem algum tipo de trabalho de campo nos terrenos da Agrovila. Segundo entrevistas feitas com os camponeses "os técnicos dos órgãos públicos não chegam a ir no povoado", assim, deixam os camponeses à mercê de instruções para aplicar determinados produtos ao lidar com a terra.

Segundo entrevista com M.S. "Quando alguma lagarta ou praga ataca a plantação vamos lá eles passam as informações de como conter, mas nunca vieram aqui para ver como estava sendo aplicado, a nossa sorte eu acho é que a terra fica cinco meses sem plantar é quando colocamos esterco (adubo orgânico) e ela pode descansar nesse período".

Ao analisar as falas dos camponeses fica evidente o quanto eles buscam soluções e técnicas para corroborar da melhor forma possível no processo produtivo. Contudo, eles não recebem o apoio necessário para tal. Daí, acaba engendrando inúmeras problemáticas ambientais em uma escala local, pois não utilizam as técnicas adequadas de irrigação que acarreta a poluição tanto da terra quanto dos lençóes freáticos.

Fica evidente a falta de apoio do Estado para com os mesmos. Mas, quando foi formado o povoado foi construído um discurso de desenvolvimento, que chegou a ser muito aspirado pelos camponeses e moradores locais. E muitos dos entrevistados do lócus estudado coloca, que a sorte deles é a presença da Bolsa família.

Quando foi levantado o questionamento sobre a importância do programa Bolsa Família dona M.D. respondeu: "É o único dinheiro que tenho quando chove, nessa época isso aqui fica uma miséria, muita lama e na roça não tem nada, se não fosse o bolsa família eu nem sei como ia comer com meus meninos."

> O discurso do desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção do bem estar da sociedade, mostra o seu caráter ilusório ao cumprir uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalistas que operam as diferenças, ou, em outras palavras, dirigem a produção da pobreza (LISBOA, 2007, p.11).

Daí, é necessário fazer o questionamento sobre para quem é destinado esse desenvolvimento. Uma vez que, as comunidades continuam nas mesmas condições precárias, que outrora. Pois, sabemos que as bolsas de transferência de renda não passam de medidas paliativas, que não solucionam a problemática da pobreza. Como podemos observar nas imagens abaixo as condições materiais, que os camponeses do Povoado Agrovila, vivem.

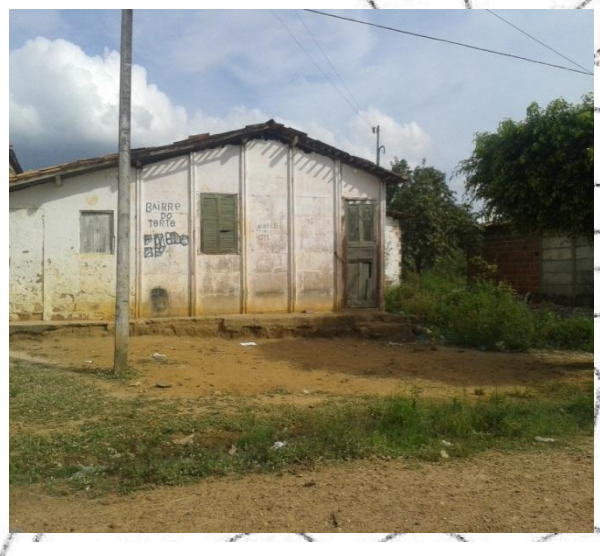


FIGURA 1 E 2 NASCIMENTO, SHIRLEY OLIVEIRA. POVOADO AGROVILA SITUADO NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE. 20 DE JULHO.

OBJETIVO

Analisar a resiliência campesina frente a ausência de políticas públicas no povoado Agrovila no município de Itabaiana/SE. Assim, compreender como são materializadas as mesmas no espaço em meio ao um modo de produção, que tem em seu âmago a contradição.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos envolveram leituras bibliográficas em autores que abordam temáticas sobre o Estado e as políticas públicas. (Especialmente geógrafos, historiadores e sociólogos) ancorados em uma visão dialética de mundo inserida na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas, além de pesquisas de campo por meio de entrevistas sistematizadas aos camponeses que vivenciam esta realidade. Como também foi coletado dados no (IBGE).

RESULTADOS PRELIMINARES

Ao a analisar como se nasce a necessidade do Estado engendrar políticas de transferência de renda no país. Percebe-se que o que vem acontecendo no povoado Agrovila é fruto da inserção da lógica desigual e combinada do capital, que utiliza dessas medidas paliativas para não alterar a estrutura do modo de produção capitalista. Uma vez que, essas políticas apenas amenizam as desigualdades, mas, não solucionam o problema da pobreza nem no campo nem na cidade, uma vez que, ela é necessária para manter a produção e expansão da riqueza para um grupo seleto. Mas, mesmo diante disso tudo os camponeses continuam encontrando estratégias para permanecer na terra e sobreviver dela. Além de que, o capital possui seu caráter sócio-metabólico, que ele mesmo provoca sua alto destruição. Daí, pode-se aspirar um mundo mais justo.

VII semana da Geografia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Censo Populacional. Disponível em: <www.ibge.gov.br> acesso em : 10 de maio de 2014.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento no Nordeste: Políticas públicas na (dis) simulação da esperança/ Josefa Bispo de Lisboa.**- São Cristóvão ,2007.

SILVA, Jose Graziano da. Gomes, Sergio e Castañeda. **Boom Agrícola e persistência da pobreza na América Latina, Teoria e desenvolvimento Agrário Revista NERA.** Ed. especial de textos selecionados 2012.

COLARES, Mônica Socorro Pereira. **Programa de transferência de renda no Brasil e seus desafios futuros.**

TRABALHOS EIXO 3

VII semana da Geografia

EIXO 3 - Espaço Urbano

O TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS LIVRES: CASO DE ITABAIANA

Rafaela Santos Paz/ Graduanda pela Universidade Federal de Sergipe/ **rafa-geo94@hotmail.com**

Shirley Nascimento Oliveira/ Graduanda pela Universidade Federal de Sergipe/ **nascimento_Shirley@hotmail.com**

Orientadora: Josefa Lisboa Santos/ Orientadora, Tutora PET/UFS[1]./ **josefalisboa@uol.com.br**

Resumo

O presente trabalho foi construído no intuito de realizar uma análise acerca do trabalho infantil encontrado nas feiras livres do município de Itabaiana, município esse localizado no agreste central sergipano. Alguns condicionantes levam crianças e adolescentes a iniciar muito cedo a prática laboral, um deles é o discurso arraigado na população brasileira, sobretudo nas classes mais ricas, de que as crianças e adolescentes pobres devem trabalhar do contrário sofre sérios ricos de se tornarem delinquentes, existe por parte da sociedade uma pressão que muitas vezes afasta crianças e jovens da escola e os aproxima cada vez mais da marginalidade, dos subempregos, outro fator que leva esse público para trabalhos precarizados, como as feiras-livres, foco deste trabalho, é a falta de condições matérias das famílias em que essas crianças e/ou adolescentes vivem que por esse motivo precisam trabalhar para complementar a renda de suas famílias.

Palavras-Chave: Trabalho Infantil; Exploração do Trabalho; Feiras-Livres.

VII semana da Geografia

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das atividades desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial – PET, Geografia/UFS, este trabalho tem por objetivo analisar e discutir a problemática do trabalho infantil no município de Itabaiana (SE), partindo da análise da trajetória desta problemática no Brasil, observando também os programas que pretendem erradicar esta modalidade de trabalho em nosso país como, por exemplo, o PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, partindo desta discussão, pretendemos nos debruçar na análise dessa problemática no município de Itabaiana, a partir da realidade local compreender os motivos que levam as crianças e adolescente a trabalhos precários nas feiras livres da cidade.

METODOLOGIA

No decorrer deste trabalho para que fossem obtidos resultados satisfatórios foi necessário realizar revisão bibliográfica de livros, revistas, periódicos e utilização dos dados do IBGE que abordam a problemática do trabalho infantil no Brasil, e no Estado de Sergipe, além de visita a órgãos da prefeitura que trabalham diretamente com o trabalho infantil, como é o caso do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) no intuito de que esses órgãos corroborem com a elucidação dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que, através de entrevistas obtivemos dados referentes às medidas tomadas pela prefeitura, no que diz respeito ao trabalho infantil nas feiras-livres do município, foi necessário também a realização de trabalhos de campo para ratificar ou negar a precarização do trabalho realizado pelas crianças e adolescentes, e através de conversas e entrevistas obtivemos informações sobre a realidade socioeconômica dos mesmos, além da situação escolar em que se encontram. Foram realizadas entrevistas com aplicação de questionários e posteriormente, os dados coletados e observados em campo foram analisados a fim de mostrar a realidade do objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo possui enfoque sobre a questão do trabalho infantil na feira livre de Itabaiana localizada no centro da cidade, estado de Sergipe. A precarização do trabalho tem sido alvo de várias discussões no mundo, pois este vem sofrendo alterações no mercado de trabalho, tornando-se mais complexo gerando diversos níveis de emprego, subemprego e desemprego no sistema capitalista, principalmente no final do século XX. O modo de produção capitalista na buscar por maior lucratividade acaba fortalecendo formas de trabalhos precárias e mal remuneradas como é o caso do trabalho infantil. As feiras livres atraem diversos tipos de trabalhadores inclusive crianças e adolescentes que por sua situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem alternativa, acabam vivendo em situações de degradação da sua força de trabalho. Devido à inexistência das condições matérias, muitas crianças e adolescentes trabalham de forma precarizada. Segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) é cada dia crescente o número de crianças e adolescentes que adentram o mercado de trabalho brasileiro precocemente, na maioria das vezes para complementar a renda das famílias e em casos isolados até sustentam a casa.

Na década de 1980 havia no Brasil um consenso da sociedade em torno do trabalho como um fator importante para a formação do caráter, como a situação econômica e social em que essas crianças viviam era de extrema pobreza, tanto a elite como as camadas mais pobres defendiam plenamente essa postura que justificava o trabalho infantil na época. A pobreza é sem duvida a maior causadora do processo de exploração do trabalho infantil, devido à falta de condições dos pais, as crianças trabalham no campo, nos serviços domésticos, nos trabalhos com teor de perigo como, por exemplo, as feiras livres. Outro fator que contribui para a utilização do trabalho infantil é a má remuneração, uma vez que as crianças e adolescente recebem cerca da metade do que recebe um adulto.

Carvalho (2000) considera que:

> As elites brasileiras pouco colaboraram na modificação deste valor cultural. Ao contrário, pouco valorizou a educação dos pobres. Numa perspectiva tutelar, prescindindo de trabalhadores mais qualificados – num cenário de pouca competitividade – não se comprometeram, nem investiram num projeto nacional da cidadania pela via da educação. É assim que, para os pobres, o trabalho precoce virou sina justificada como modo privilegiado de formação e inclusão social das camadas populares (CARVALHO, 2000, p. 14).

Brasil entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que vigora com maior intensidade nos anos de 1992/94, quando o país começa a fazer parte do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, definindo assim os direitos deste grupo, na saúde, educação, alimentação e proteção através das ações do Estado vigente.

No ano de 1996, o Estado brasileiro lança o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o objetivo de retirar a criança de 7 á 14 anos de condições extremas de trabalho e assim erradicar o trabalho infantil com uma política pública que tivesse ações com incentivo financeiro e que mantivesse as crianças nas escolas , fosse eficaz e que garantisse em especial o direito das crianças e da juventude. Em seu árduo trabalho o PETI tenta erradicar as formas de trabalhos infantis mais precárias, esses trabalhos geralmente acontecem em lugares inadequados para as crianças e adolescentes, dessa forma afetam tanto o intelecto como o emocional e o psicológico das crianças, Os principais trabalhos que o PETI tentam erradicar são os trabalhos como: operar máquinas agrícolas, participar do processo produtivo do carvão vegetal, fumo ou cana de açúcar, manusear agrotóxicos, trabalhar na tecelagem, em matadouros, em olarias, na construção civil, em borracharias, na coleta, seleção e beneficiamento de lixo, nas ruas ou qualquer outro lugar ao ar livre, como por exemplo as feiras, em frigoríficos, no trabalho doméstico e de cuidado de crianças ou pessoas idosas.

O TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS LIVRES DE ITABAIANA-SE

O município de Itabaiana está localizado no centro do estado de Sergipe, deste modo possui importância no contexto regional, por ser uma cidade de entroncamento acaba por polarizar e concentrar uma serie de serviços, especialmente ligados ao comércio, que atraem pessoas não só de municípios circunvizinhos como também pessoas dos municípios do Alto Sertão, por Itabaiana ser a cidade que possui uma gama diversificada de serviços e está mais próxima que a capital do estado o fluxo de pessoas e mercadorias entre esse município e os demais é constante. As feiras livres da cidade de Itabaiana ocorrem nas quartas-feiras e aos sábados, esta possui grande dimensão territorial tanto que, é preciso que sejam fechadas cerca de 35 ruas do entorno da feira para que esta ocorra.

Segundo informações colhidas junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), o Ministério Público do Trabalho notificou a prefeitura de que foram identificados mais de 1.000 casos de crianças e adolescentes que trabalham de forma precária e irregular no município, dos quais 42 foram encontradas trabalhando na feira livre.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculo (SCFV) que hoje substitui o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) está sob responsabilidade do CREAS no município de Itabaiana, o SCFV está implantado hoje no bairro Benedito Figueiredo, popularmente conhecido como Invasão, bairro pobre e periférico do município, este fica bem distante do centro e por isso algumas crianças relataram não realizam mais as atividades do SCFV pela distância. O distanciamento do projeto que visa erradicar o trabalho infantil, consorciado com as desigualdades sociais, obrigam as crianças para os mais diversos trabalhos dentre eles os exercidos na feira livre.

O poder público tem o dever de criar ações para minimizar a ocorrência do trabalho infantil no município, já que Itabaiana é o segundo maior município em numero de casos do trabalho infantil. Segundo o Ministério Público do Trabalho, a Prefeitura foi notificada em 2008 de que precisaria formular um projeto municipal para diminuir o número de casos de trabalho infanto-juvenil, porém durante nossa pesquisa procuramos diversos órgãos e não encontramos nenhum outro programa que não fosse o antigo PETI, hoje SCFV.

Outra preocupação diz respeito a quais ações o CREAS realiza para combater o trabalho infantil; nesse se sentido relata o funcionário do CREAS:

> A única ação que estamos realizando é de conscientização, vamos até as escolas e lá explicamos que o trabalho não deve ser realizado por crianças, que esse é o dever do adulto, explicamos também que as crianças devem brincar e estudar. Outra ação que fazemos é a panfletagem sobre o trabalho infantil nas Feiras. (Entrevista realizada em novembro de 2014 no colégio do Conjunto Garcia onde funcionários do CREAS realizavam palestra)

Ainda em entrevista o funcionário do CREAS, nos informou que quando encontram crianças trabalhando e as abordam para saber seus nomes e endereços a maioria mente e assim eles não conseguem detectar suas famílias, sequer para uma conversa, esse mesmo problemas foi informado pelo conselheiro tutelar do município informou-nos e até nos apresentou registros de estabelecimentos nos quais foram encontradas crianças e adolescentes trabalhando, no entanto a maioria transmite dados errados o que transformam as denúncias em meras denúncias, pois não são mais encontrados.

Um dado importante relatado, foi o fato do Conselho Tutelar firmar junto com o Ministério Público através do promotor um acordo de que, não existiria fiscalização desde que as crianças e adolescentes estivessem regularmente matriculados. O conselheiro, junto com o procurador, entende que a maioria das crianças e adolescentes que trabalham precisam ajudar seus país complementando com sua ajuda financeira na compra de mantimentos para a sobrevivência da família, e retira-los do trabalho é agravar ainda mais sua situação socioeconômica e, portanto, se estivessem regularmente matriculados a fiscalização torna-se conivente permitindo que o trabalho seja realizado sem grandes intervenções.

Através dos relatos nas entrevistas com as crianças que trabalham na feira foi possível aferir que em media num dia de feira eles conseguem ganhar de 30 ou 40 reais, podendo chegar a 60 reais em dias de feira "boa". A maioria das crianças e adolescentes entrevistados relatou que ficam com uma pequena parte da remuneração para comprar lanches na escola ou adquirirem alguns bens de consumo, mas a grande parte do dinheiro é destinada a seus pais.

CONCLUSÕES

A pobreza ainda assola de forma significativa os municípios do Brasil, e apesar de todos eles serem beneficiados com o programa de transferência de renda, Bolsa Família, esta renda não é suficiente para garantir que os direitos básicos das crianças, como o acesso ao lazer, à brincadeira e ao convívio em família não são assegurados, porque o Estado é negligente e constrói políticas públicas paliativas, que não afetam a raiz do problema, tais problemas estão diretamente ligados as desigualdades sociais.

Para SIMÕES, 2013:

> ...os desequilíbrios socioeconômicos geram desemprego, subemprego, processos migratórios e a ilegalidade, aumentando o nível de desestruturação familiar, a violência doméstica, o envolvimento com drogas, prostituição infantil, tráfico, enfim violência de forma geral. Assim, o seio familiar desestruturado, a criança paga o alto preço, ou seja, acaba sendo levada à prematuridade laboral assumindo, por força das circunstâncias, a responsabilidade por prover o sustento parcial ou total da família, buscando para isto qualquer forma de trabalho. (SIMÕES, 2013, S/P)

A pobreza que assola os lares da sociedade brasileira é extremamente necessária ao modo de produção capitalista em que vivemos, este amplia a massa de trabalhadores pobres, obriga crianças a adolescentes a entrar no circuito do trabalho desqualificado, e ao mesmo tempo é possível observar que as instituições e as grandes corporações que compõem essas instituições Internacionais incentivam os Estados a Investir em ações de combate ao Trabalho Infantil, isso por que o mercado de empréstimos é altamente lucrativo para esses grandes capitalistas, nesse sentido observamos o quando o modo de produção em que vivemos é contraditório, cria e recria mecanismos que geram a pobreza e se dizem tentar erradica-las.

A educação por si só, não muda essa realidade, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes estão matriculados e frequentando a escola, porém deixam de lado o tempo do lazer, o tempo necessário a dedicação aos estudos, em sua maioria esses jovens trabalhadores estão atrasados no que se refere a idade e série, em sua maioria estudam em colégios precários, possui um ambiente familiar desestruturado e estão suscetíveis ao envolvimento no mundo da criminalidade. As políticas públicas são necessárias embora não tragam soluções.

VII semana da Geografia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J.M. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

SIMÕES, Janice Macêdo da Matta. **Trabalho Infantil – O Retrocesso Nas Possibilidades De Desenvolvimento Da Criança E Da Sociedade. 2013** Disponível em: http://www.promenino.org.br/trabalhoinfantil/trabalho-infantil---o-retrocesso-nas-possibilidades-de-desenvolvimento-da-crianca-e-da-sociedade.

VII semana da Geografia

TRABALHOS EIXO 4

VII semana da Geografia

Eixo 4 : Estudos da Relação Sociedade-Natureza

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO DAS OLARIAS E CERÂMICAS VERMELHAS NO ESTADO DE SERGIPE.

Genivânia Maria da Silva[16]

Resumo

A pesquisa em pauta tem como objetivo analisar o processo de espacialização dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) de cerâmica vermelha e Olarias no estado de Sergipe numa proposta de desenvolvimento local e sustentável. A presença de várias olarias e cerâmicas distribuídas em alguns municípios do território sergipano fez com que o Estado embasado no paradigma de desenvolvimento contribuísse para a sua concentração em aglomeração produtiva, levando a entender que proporcionaria desenvolvimento econômico local e melhoria de vida para os municípios Sergipanos. O enfoque na dimensão local se apresenta como uma resposta endógena as consequências da crise econômica; bem como reflexo da descentralização política e mundialização do capital. A proposta de promoção do desenvolvimento parte da premissa de que se a comunidade detém o conhecimento e o território com potenciais produtivos isto torna comunidade/lugar atrativo para receber investimentos das políticas públicas e, por conseguinte, venha possibilitar a geração de emprego, renda e trabalho. Para desvendar as contradições do discurso do desenvolvimento, foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas (trabalhadores e donos das empresas), consulta ao Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPL), SINDICER, ADEMA e dentre outras instituições. Os dados parciais revelaram a precarização das relações de trabalho, degradação da natureza devido a retirada excessiva da argila. O capital tem se apropriado da esfera local como um novo caminho para o desenvolvimento, no entanto, com velhos interesses que assegure seu processo de reprodução. Compreender a relação sociedade-natureza nesta discussão é perpassar pelo conflito capital x trabalho mediado pelo Estado que visa atender a expansão do capital.

Palavras-Chave: Olarias e cerâmicas vermelhas; Sociedade-natureza; desenvolvimento local; Estado.

[16] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: genivaniasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem experimentado, desde as últimas décadas do século XX, profundas mudanças sociais, econômica e política advinda da crise estrutural do capital. Destarte, como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação cujos contornos mais notórios foram, pois "[...] o advento de políticas neoliberais, com privatização do Estado, desemprego estrutural, a desregulamentação dos direitos do trabalho a desmontagem do setor produtivo estatal" (ANTUNES, 2005).

Os rebatimentos da Reestruturação Produtiva incidiram de forma mais agressiva, sobretudo, nos países "atrasados" que apresentavam destoantes desigualdades socioeconômicas. É neste cenário de mudanças e carências que emerge a necessidade da criação de novas estratégias capazes de alavancar o desenvolvimento. Neste contexto a dimensão local passada a ser apresentada como um paradigma do desenvolvimento e direcionada a melhoria da qualidade de vida da sociedade ascende com relevância nos debates acadêmicos. De acordo com Gómez (2002) a escala local emerge nos anos 80 depois de questionar tanto a escala nacional como a regional na implantação de políticas públicas e programas para o desenvolvimento.

O desenvolvimento local no Brasil, como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal. No entanto, o local visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento, ou como base de uma nova visão de desenvolvimento, somente surgiu na década de 90, quando foram exercitadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais o interesse pelo local vem se constituindo como um instrumento para atender as necessidades de mercado e, por conseguinte, o movimento de acumulação do capital (LISBOA, 2007).

O enfoque na dimensão local sustentável se apresenta como uma resposta endógena as consequências da crise econômica; bem como reflexo da descentralização política e mundialização do capital. Assim, diante deste contexto os esforços se concentram em investir e estimular as potencialidades locais do território com a participação dos atores locais no gerenciamento produtivo. A proposta de promoção do desenvolvimento parte da premissa de que se a comunidade detém o conhecimento e o território com potenciais produtivos isto torna comunidade/lugar atrativo para receber investimentos das políticas públicas e, por conseguinte, venha possibilitar a geração de emprego, renda e trabalho.

É reproduzido neste discurso que para desenvolver localmente necessita da articulação entre agentes (econômicos, políticos e culturais) e atores locais a fim de inovar e incluir a participação dos territórios "marginalizados" ao desenvolvimento econômico regional e nacional. Nesta trama a comunidade local é "obrigada" a criar estratégias que fomentem seu auto-desenvolvimento, busquem através da cultura e do ambiente mecanismos que viabilizem o desenvolvimento local sustentável.

É diante deste cenário que ascende o fomento ao desenvolvimento dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) no Brasil. Trata-se de um grupo de empresas que desenvolvem atividades afins e que se alocam em um mesmo território. Configura-se em mais uma estratégia do

capital para se reproduzir, explorando novos territórios e ideias. De acordo com Cassiolato e Lastres (2002) a vantagem dos APLs é de que a participação em aglomerações produtivas fortalece as chances de crescimento e sobrevivência das micro e pequenas empresas constituindo em fonte geradora de vantagens competitivas, pois esta organização produtiva atrai investimentos para as empresas ao atuar conjuntamente do que de forma individual.

No estado de Sergipe o apoio a promoção do desenvolvimento dos APLs pelo governo e demais instituições tem sido expressivo nos últimos anos, como uma estratégia de dinamizar a economia local, aumentar o dinamismo empresarial, promover a inovação tecnológica e melhorar a qualidade de vida da região e dos municípios. Dentre as aglomerações produtivas desenvolvidas no território sergipano, se destaca os de Cerâmica vermelha que está atrelado ao processo de expansão imobiliária no estado.

A presença de várias olarias e cerâmicas distribuídas em alguns municípios do território sergipano fez com que o Estado embasado no paradigma de desenvolvimento contribuísse para a sua concentração em aglomeração produtiva, levando a entender que proporcionaria desenvolvimento econômico local e melhoria de vida para os municípios Sergipanos.

Diante do encimado a pesquisa em pauta que é um desdobramento do projeto de Mestrado em Geografia, que se encontra em desenvolvimento, tem como objetivo analisar o processo de espacialização dos APLs de cerâmica vermelha e Olarias no estado de Sergipe numa proposta de desenvolvimento local e sustentável. Busca-se também entender os rebatimentos desta atividade produtiva nas relações de trabalho e na apropriação da natureza. Compreender a relação sociedade-natureza nesta discussão é perpassar pelo conflito capital x trabalho mediado pelo Estado que visa atender a expansão do capital.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da metodologia foi realizado uma revisão bibliográfica de livros, artigos e teses de estudiosos da área de Sociologia, Economia, Geografia, História que contribuíram para entender a produção do espaço geográfico mediante os rebatimentos da Reestruturação produtiva. Desvelar os interesses do capital com a proposta local sustentável do desenvolvimento é relevante para entender as facetas dos APLs de cerâmica vermelha em Sergipe. Dessa forma, foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas (Trabalhadores e donos das empresas), consulta ao Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (NEAPL), SINDICER (Sindicato das indústrias de Cerâmicas e Olarias do Estado de Sergipe), ADEMA e dentre outras instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado de Sergipe é marcado pela presença expressiva de olarias e cerâmicas vermelhas, sobretudo, nos municípios de Itabaiana, Itabaianainha, Capela, Siriri, Santana do São Francisco. Esta atividade produtiva produz (telhas, blocos, tijolos e tijolinhos) com maquinário simples em grande parte dos empreendimentos. Enquanto as olarias consistem numa atividade familiar de pequeno porte, as cerâmicas variam de médio e grande porte que envolve um grupo de trabalhador heterogêneo e com faixa etária variada no processo de produção.

O crescimento das olarias e cerâmicas vermelhas no território sergipano está atrelado à expansão da construção civil. O Estado visando atender os interesses de mercado e do capital passa a investir e estimular as aglomerações produtivas das indústrias de cerâmicas vermelhas embasada no paradigma do desenvolvimento, na perspectiva de fomentar a geração de renda e trabalho.

O crédito oferecido por bancos em parceria com o Estado contribuiu para o desenvolvimento desta atividade. Os caminhos anunciam a conformação dos APL(Arranjos Produtivos Locais) de cerâmica vermelha que está distribuído em três territórios: Baixo São Francisco (Propriá, Santana do São Francisco e Telha); Agreste Central(Itabaiana, Campo do Brito e Areia Branca) e sul(Estância, Itabaianinha, Tomar do Geru e Umbaúba).

As pesquisas realizadas em campo mostraram que a conjugação dos elementos como disponibilidade de matéria-prima (argila), mão de obra, proximidade de mercados propiciam a existência dos APLs no estado Sergipano. Não compensa instalar um empreendimento oleiro e cerâmico muito distante da extração dessa matéria-prima, pois, o custo é alto com transportes. A infra-estrutural privilegiada e cultura empresarial têm possibilitado, de forma geral, a conformação de APL de cerâmica vermelha no estado de Sergipe (SERGIPE, 2008).

O apoio dos governos e demais instituições nessa trama parte da premissa de que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de cerâmicas vermelhas no estado têm se constituindo como uma ótima estratégia para as micro e pequenas empresas aumentarem suas chances efetivas de sobreviverem e superarem as barreiras para seu crescimento. Pois bem, o objetivo é o desenvolvimento econômico e aqueles que não se adequarem a esse contexto tendem a desaparecer no mercado ou destruir seus pequenos empreendimentos se tornando subjaz, empregado de determinada empresa.

Embora, espacializada por todo território a indústria ceramista do Sul sergipano é a mais expressiva do estado com uma produção elevada e com o maior número de indústrias, sendo que o município de Itabaianinha centraliza essa atividade produtiva, pois a disponibilidade da jazida- a argila é um grande contribuinte. No município de Itabaianinha o setor oleiro ocupa atualmente cerca de 300 pessoas em seu processo produtivo, produz aproximadamente 1.300.000 tijolinhos, 500.00 telhas e 170.000 tijolos e vende toda produção em um curto espaço de tempo.

Essa atividade produtiva é a principal fonte de renda do município de Itabaianainha que abarca também trabalhadores de outros municípios. A retirada da madeira e da argila de forma intensa tem acarretado inúmeros impactos ambientais, a poluição advinda dos fornos se espalha e prejudica os trabalhadores. No entanto, o discurso de desenvolvimento sustentável e local tem se apropriado da cultura, dos recursos naturais, do conhecimento que a comunidade

local tem para explorá-los por meio do trabalho e da disponibilidade de suas riquezas naturais (argila, água). Além de incuti a ideia de responsabilidade dos mesmos em assegurar o uso racional da natureza em conformidade com a produção capitalista.

As pesquisas realizadas nas olarias dos municípios de Itabaiana e Areia Branca mostraram que 61% dos trabalhadores são do sexo feminino, o restante 39% compreende a parcela de homens nesta atividade. O trabalho realizado é informal. Dessa forma, quando as mulheres ficam doentes ou se acidentam no ato do trabalho as trabalhadoras ficam desprotegidas dos direitos trabalhistas e isso provoca perda da renda. As condições de trabalho nas olarias são precárias, as trabalhadoras não dispõem de equipamentos de segurança (EPI's), os trabalhos são realizados sem uniforme e sem luvas na produção das telhas e tijolinhos.

Além das condições de trabalho um agravante dessa atividade produtiva é a degradação da natureza. A argila (matéria-prima) usada na produção das telhas e tijolinhos é retirada de forma irregular desencadeando vastos impactos ambientais. A fumaça advinda dos fornos polui não só a vizinhança como acarreta problemas respiratórios para os trabalhadores. Os donos das olarias não adotam uma política de reaproveitamento dos materiais desperdiçado e a madeira utilizada na produção não é reflorestada na maioria dos casos. As olarias enfrentam inúmeras dificuldades de sobrevivência no mercado devido a ausência de políticas de auxílios ao desenvolvimento. Diferentemente, as cerâmicas vermelhas que compõem os APLs são contempladas com as políticas de incentivo a produção numa proposta de geração e renda, desenvolvimento local/sustentável.

O estado se utiliza do discurso do desenvolvimento local para assegurar a produção de mecanismos que viabilizem a acumulação do capital, pois a busca de melhorias devida é direcionada efetivamente para a burguesia e não para a classe-que-vive-do-trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento local emerge como proposta de dinamizar a economia e cessar com os entraves socioeconômicos, no entanto, o máximo que consegue é suavizar a problemática ao "envolver" de forma apelativa a participação da comunidade no gerenciamento produtivo. O desenvolvimento local corresponde a uma "nova" maneira de o capital enfrentar a crise emergente buscando, assim, encontrar novos espaços, mercados e idéias que possam representar possibilidades de serem capitalizadas e de produção de mais-valia e não propiciar um desenvolvimento harmonioso que traga melhorias plenas a sociedade. Assevera Gómez (2002) o desenvolvimento local reforça a dinâmica acumulativa do capital e avança nas estratégias de controle social.

As políticas de apoio e estímulo a formação de APLs (Arranjos Produtivos Locais) de cerâmicas vermelhas em Sergipe se fundamentava num paradigma de desenvolvimento. Esta perspectiva de desenvolvimento na concepção do Estado consistia em uma estratégia orientada para interiorizar a economia, propiciar a geração de renda e trabalho para a comunidade local e fortalecimento socioeconômico. No entanto, sabe-se que é uma falácia o discurso de desenvolvimento local sustentável, pois contradiz a lógica expansiva e destrutiva de lucratividade do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CASSIOLATO, J.E e LASTRES, H.M.M (Eds.) **Interagir para competir:promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2002.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.** Publicação Anais: II Encontro Nacional do Meio Ambiente, em Salvador-BA. Disponível em :https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-insustentabilidadade-do-desenvolvimento-sustentc3a1vel.pdf. Acesso em: 23-2-15

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. **Crítica ao conceito de Desenvolvimento**. Revista Pegada, vol.3, Nº 1, 2002. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821 Acesso: 30 nov.14.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança.** 2007.272 F.Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SINDICER. Sindicato de Indústrias de Cerâmicas e Olarias do Estado de Sergipe Disponível em: www.sindicatodaindustria.com.br Acesso: 13 jan 2015

ADEMA. Secretária de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.adema.se.gov.br/. Acesso: 22 jan 2015.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo de Cerâmica vermelha sergipana**. Aracaju, 2008. Disponível em: <www.neapl.sedetec.se.gov.br> Acessado em: 22 out. 2014.

VII semana da Geografia

Eixo 4 : Estudos da Relação Sociedade-Natureza

ENTRE SERRAS, MONTES E RIOS: UM OLHAR GEOGRÁFICO EM FONTES HISTÓRICAS (MANUEL AIRES DE CASAL E SAINT-ADOLPHE)

Bruno Andrade Ribeiro; Karine dos Santos Sobral; Fabrícia de Oliveira Santos

[1]Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia (DGEI/UFS), Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais, bolsista PIBIC/COPES, ribeiro.pensador@gmail.com

[2]Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia (DGEI/UFS), bolsista PICVOL/COPES, karine_sobral@hotmail.com.br

[3]Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia (DGEI/UFS), Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais, fabriciase@gmail.com

Resumo

O Projeto de iniciação científica "Das minas de prata a outros interesses: pensamento geográfico e geografia histórica de Itabaiana – fontes e temas relativos à formação de seu território nos séculos XVII ao XIX", ao propor a identificação de marcas e discursos sobre a produção do espaço itabaianense, mapeou distintas fontes (impressas, escritas, iconográficas; memórias), sendo algumas delas de importante valor histórico. Dentre estas, destacam-se as seguintes obras: a "Corografia Brasílica", primeira obra editada no Brasil, em 1817, de autoria do padre português Manuel Aires de Casal, considerado o "pai da geografia brasileira", e o "Dicionário da Província de Sergipe", um desdobramento do conhecido "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil", escrito pelo militar francês J. R Milliet de Saint-Adolphe e editado em 1847. Sendo que a primeira referência foi levantada através de consulta à base de dados digitalizada da Biblioteca Nacional, já a segunda foi consultada em local de pesquisa devidamente mapeado (biblioteca municipal). Nestas referências não raro observam-se descrições de caráter físico sobre a Província de Sergipe e o município de Itabaiana como objetos de estudo. De um exame inicial dessas fontes, emerge a possibilidade de ler tais apontamentos como ideologias geográficas: discursos espaciais construídos a partir da concepção que dada sociedade possui sobre a natureza. Obras escritas não por geógrafos, mas, inseridas em um pensamento geográfico sobre o Brasil e Sergipe no século XIX.

Palavras-chave: fontes históricas; ideologias geográficas; história do pensamento geográfico.

INTRODUÇÃO

A princípio, ressalta-se que o presente trabalho se constitui em desdobramento do Projeto de iniciação científica "Das minas de prata a outros interesses: pensamento geográfico e geografia histórica de Itabaiana – fontes e temas relativos à formação de seu território nos séculos XVII ao XIX". Uma pesquisa qualitativa, que visa à identificação de marcas e discursos que acompanham a formação territorial do município serrano sergipano numa longa duração (BRAUDEL, 1996), compreendida entre as primeiras tentativas de colonização efetiva do chamado "interior" (MORAES, 2008), até a proclamação da República, que define novas configurações territoriais.

A partir do mapeamento e reconhecimento de locais de pesquisa – bases de dados digitalizadas de instituições brasileiras e estrangeiras, além de bibliotecas municipais – foram inventariadas uma série de fontes, incluindo obras da historiografia sergipana, mapas, fotografias, manuscritos contidos em guias e catálogos, bem como memórias e saberes presentes no cotidiano itabaianense.

E no universo dessas referências, destacam-se importantes fontes de valor histórico; a citar a "Corografia Brasílica", do padre português Manuel Aires de Casal, e o "Dicionário da Província de Sergipe", cuja origem advém do "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil", produzido pelo militar francês J. R. Milliet de Saint-Adolphe. Através do inventário das respectivas obras, puderam ser identificadas descrições físicas sobre a Província de Sergipe, e mais especificamente, sobre o município de Itabaiana.

A obra de Casal, primeira a ser editada no Brasil, em 1817, é fruto de um amplo processo de levantamento dos diversos pontos do então Reino, iniciado nas décadas finais do século XVIII e efetivado com a vinda da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, que acabou por estimular o reconhecimento do território brasileiro (MORAES, 2008). Na "Corografia Brasílica" estão contidas descrições variadas, que dizem respeito às distintas Províncias do Brasil; desde os aspectos físicos até os nomes das vilas, e atividades econômicas predominantes (CASAL, 1945). No capítulo concernente à Sergipe D'El-Rey destacam-se temas como: topografia, principais rios e lagos, espécies vegetais e animais, e os minerais encontrados (CASAL, 1945).

O "Dicionário da Província de Sergipe", editado em 1847, por sua vez, surge como um desdobramento do conhecido "Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil", escrito por Saint-Adolphe, militar francês (SAINT-ADOLPHE, 2001). Na época de seu lançamento (final da primeira metade do século XIX), o Brasil presenciava a disseminação de ideais geográficas europeias, com trabalhos sistemáticos de levantamentos das condições naturais do Império (MORAES, 2008), numa mentalidade que buscava a identidade nacional baseada no espaço, e não em sua sociedade (MORAES, 1991; 2008). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, criado em 1838, aparece como retrato das sociedades geográficas da Europa (MORAES, 2008), objetivando ao mesmo tempo, um maior conhecimento do país e a afirmação do poder monárquico (EVANGELISTA, 2014; MORAES, 2008). No citado Dicionário são recorrentes informações sobre localidades sergipanas (vilas, distritos, freguesias), além dos principais acidentes geográficos, sobretudo, 'serras, montes e rios'.

Desse modo, o inventário dessas descrições físicas – tendo Sergipe, e mais especificamente o município serrano de Itabaiana como escalas espaciais analisadas –, permite inferências iniciais sobre o mapeamento de ideologias geográficas. Um conceito entendido na perspectiva analisada, como visões de mundo (MORAES, 1991); discursos sobre o espaço, construídos a partir de mentalidades vigentes (MORAES, 1991; 2008). Diga-se de passagem, referências apontadas como históricas, mas que não devem ter o caráter geográfico abandonado; pois trazem, dentre seus conteúdos, formas espaciais físicas (como serras e rios), que acompanham as formações territoriais das localidades em questão, e como esses atributos físicos passaram a integrar o processo de valorização do espaço.

METODOLOGIA

A leitura tem por foco rastrear um processo que envolve a identificação de discursos elaborados em recortes temporais das obras analisadas (1817 e 1847). Contextos históricos que estão inclusos na longa duração (BRAUDEL, 1996) compreendida entre os séculos XVII e XIX, inventariada no Projeto referido. A análise das referências teve por ótica o materialismo histórico e dialético, um modo de ver o espaço que considera o discurso geográfico como representações elaboradas pela sociedade (MORAES, 2008). Desse modo, para realizar a pesquisa sobre as descrições físicas, as obras são consideradas como portadoras de possíveis ideologias geográficas, entendidas como visões de mundo (MORAES, 1991); discursos construídos a partir da concepção que dada sociedade possui sobre o espaço (MORAES, 1991; 2008).

As obras foram levantadas e inventariadas a partir do reconhecimento e consulta a bases de dados de instituições brasileiras e estrangeiras, disponibilizadas em endereços eletrônicos e bibliotecas municipais. Estes instrumentos de pesquisa constituem para a pesquisa social importantes práticas de integração e coletividade (SOUZA NETO, 2000), pela democratização ao acesso de importantes documentações históricas.

A "Corografia Brasílica", por exemplo, foi levantada através do mapeamento de fontes primárias e secundárias[17] contidas no acervo da Biblioteca Nacional Digital[18], cujas obras estão organizadas de acordo com os respectivos temas: Obras Raras, Iconografia, Cartografia, Manuscritos, Obras Gerais, Periódicos e Arquivo Sonoro. Já o "Dicionário da Província de Sergipe" foi consultado a partir do reconhecimento de referências presentes na biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, Campus "Professor Alberto Carvalho[19]" (BICAMPI/UFS), instituição onde a pesquisa está sendo desenvolvida.

Estas duas fontes documentais foram inventariadas por meio da análise e descrição dos dados qualitativos e quantitativos apresentados, mais especificamente as serras, rios e montes que conformam a paisagem sergipana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do inventário das fontes, foram mapeadas descrições sobre os recortes espaciais relativos à formação territorial de Sergipe e Itabaiana, respectivamente. Na "Corografia Brasílica", também chamada de "relação geográfica do Reino do Brasil: composta e dedicada a Sua Majestade fidelíssima" (CASAL, 1945), são apontados inicialmente os limites que conformam o território da Província de Sergipe d' El Rey:

> Tem vinte e seis leguas de costa, desde o Rio Real, que a divide da Província da Bahia, athé o de S. Francisco, que a separa da de Pernambuco: e perto de quarenta para o centro do continente, onde termina quazi em angulo no riacho do Xingó, que fica perto de duas leguas abaixo da cachoeira de Paulo Afonso. (CASAL, 1945, p. 140)[20].

[17] Entendendo-se por estes dois tipos de documentações, as que apresentam informações autênticas (primárias) e as que se baseiam a partir de outras referências para apresentar ou reforçar algum fato (secundárias).
[18] Link para o acesso à página oficial da Biblioteca Nacional Digital: http://www.bn.br/
[19] Avenida Vereador Olímpio Grande S/N, Centro, Itabaiana/SE.
[20] Opção pela grafia do texto original nas citações das obras.

Casal classifica o território da então Província em duas regiões: Oriental e Ocidental; sendo a primeira conhecida pelo nome de 'matas', em decorrência da presença das florestas de Mata Atlântica, e a segunda, como 'agrestes', pelo solo estéril e pedregoso. Sobre a presença de montes, o autor ressalta que não há em Sergipe uma montanha de elevação considerável: "A da Itabayânna he a única notavel: fica entre Rio Real, e Vaza-Barris, oito ou dez leguas distante da praia; e avista-se de muito longe de mar em fora. Na sua sumidade ha uma lagoa, que nunca sêcca" (CASAL, 1945, p. 142).

Numa passagem posterior é destacada a presença de minas de ouro na Serra de Itabaiana, como parte do imaginário construído sobre a natureza tropical: "Desta montanha, onde se sabe que há oiro, descem vários regatos d'agua cristalina, parte dos quaes se unem, e formam uma ribeira abundante, e vistoza" (CASAL, 1945, p. 142).

Os demais montes citados dizem respeito à Serra Negra, e à Serra da Tabanga, na região ocidental da Província. Em relação aos rios, o padre português realiza descrições minuciosas sobre os seguintes: Real, Cotinguiba, Sergipe, Vaza-Barris, Japaratuba e Poxim; se valendo, na maioria das vezes, de dados quantitativos em seus apontamentos, como se evidencia no trecho abaixo: "O Rio Sergipe, que deu nome Provincia, he caudalazo, e navegavel por maior espaço que o Cotinguiba, com o qual corre quazi paralelamente athé se lhe unir pela margem esquerda duas leguas distante do mar. No interior do paiz he pequeno" (CASAL, 1945, p. 144).

Os montes, serras e rios também se constituem em objetos de estudo no "Dicionário da Província de Sergipe". Nesta obra, que inclui os nomes das principais vilas, freguesias, povoações e tribos indígenas, destacam-se também os termos relativos à natureza física de Sergipe d' El Rey. As principais serras descritas dizem respeito às seguintes: Boa Vista, Curralinho, Itabaiana, Itaparoa, Japaratuba, Miaba, Quinguinda, Tabanga e Três Irmãos. Em relação à Serra de Itabaiana, mais uma vez são detalhadas as minas e ouro, como se percebe no trecho a seguir:

> Serra a mais alta e dilatada de todas as da província de Sergipe. Fica a 10 legoas do mar, entre os rios Real e o Irapirang ou Vazabarris. Seu mais alto cume acha-se em 10 graos 41 minutos e 10 segundos de latitude, e em 39 graos 43 minutos 20 segundos de longitude oeste. Há nesta serra um lago qye conserva quasi sempre a mesma quantidade d'agua, e varias minas d'ouro que nunca forão lavradas. (SAINT-ADOLPHE, 2001, p. 52).

A respeito da Serra da Miaba, outro importante monte de Sergipe, é o ferro e o salitre os minérios citados como existentes, como se verifica em uma das passagens: "Serra da província de Sergipe, no districto da villa d' Itabayana, a 12 leguas do mar. Em 1840 achou-se que tinha abundantes minas de ferro e de salitre" (SAINT-ADOLPHE, 2001, p. 58).

Para a rede hidrográfica sergipana, o autor se vale de três termos: Ribeiro, ou seja, um rio pequeno (Ganhamoroba, Jacaracica, Jacaré, Saguim, Siriri e Xingó); Ribeirão, rios de porte médio (Jacoracica, Japaratuba, Paramopâma, Poxim), e Rio, que é empregado para denominar as grandes bacias hidrográficas (Cotinguiba, Real, São Francisco e Sergipe).

Desse modo, tais descrições emergem nas fontes como discursos relacionados ao pensamento vigente; ideologias geográficas. Referências que não foram escritas por geógrafos, num contexto em que a geografia brasileira ainda não havia se sedimentado (MORAES, 2008), mas que não deixam de integrar o temário geográfico do final do período colonial brasileiro, pois além de se constituírem em veículos do conhecimento do território (MORAES, 2008), implicaram na legitimação do poder monárquico, com o domínio da natureza tropical, e em particular, na efetiva ocupação do 'interior' (MORAES, 1991; 2008), que no caso do município de Itabaiana teve na disseminação de lendas sobre as minas nas serras, um dos principais fatores de exploração e povoamento. Considerando que a preocupação com serras e cursos d´água era uma necessidade econômica, para extração de minérios e mobilidade.

Como exemplo de síntese das fontes, pode ser conferida no quadro a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 - Proposta para sistematização de fontes

Autores/Obras	Dados sobre Sergipe – referências ao meio natural	Dados sobre Itabaiana – referências ao meio natural
Manuel Aires de Casal (1817)	Território dividido em Oriental (matas) e Ocidental (agrestes). Montes (Serra de Itabaiana, Serra Negra e Serra da Tabanga). Rios (Real, Cotinguiba, Sergipe, Vaza-Barris, Japaratuba e Poxim).	Serra de Itabaiana, única de altura considerável na Província de Sergipe.
J. R. de Saint-Adolphe (1847)	Rios (Sergipe, Poxim, Real, S. Francisco, Vaza-Barris, Japaratuba, Cotinguiba, Jacaracica, Jacaré, Paramopâma, Guanhamoroba, Saguim, Siriri e Xingó). Montes (Serra de Itabaiana, da Miaba, da Tabanga, Boa Vista, Curralinho, Itaporoa, Quinguinda e Três Irmãos).	Serras de Itabaiana e da Miaba, conhecidas pelas lendas de minérios; Vila que teve sua Paróquia criada em 1698, famosa pela espécie de cavalos pequenos.

Fonte: autoria própria, 2015

CONCLUSÕES

Ressalta-se que a edição dessas fontes coincide com a acolhida de uma "razão classificatória", a partir de um "olhar para fora" (MACHADO, 2000), ou seja, a adoção de ideologias científicas, como o *darwinismo social*, o *positivismo* e o *neolamarckismo* (MACHADO, 2000). Nesse âmbito, as corografias e os dicionários se constituem em elementos-chave para a construção de um espaço nacional (MACHADO, 2000). Portanto, os discursos geográficos que objetivam delinear uma nação encontram ressonâncias locais, e até mesmo, particularidades, como se percebe no definir da paisagem natural sergipana.

Ademais, o inventário dessas fontes se condiciona em importante exercício de história do pensamento geográfico brasileiro e sergipano, na identificação de ideologias geográficas, discursos que emergem a partir das concepções que a sociedade produz sobre a relação sociedade e natureza em distintos recortes temporais.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e Capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 619p.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 407 p. il. (Coleção de Obras Raras II). Fac-símile da edição de 1817. p.247-252. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg27882/drg27882.pdf. Acesso em: 29 ago. 2014.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. **Aspectos históricos da geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. 354p.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991. 156p.

_____. **Território e História no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008. 200p.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. de Milliet de. **Dicionário da Província de Sergipe**. Organização de Francisco José Alves; Itamar Freitas. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001. 124p.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes de. As outras histórias ou da necessidade delas. **Terra Brasilis**, 2000. Disponível em: http://terrabrasilis.revues.org/321. Acesso em: 24 nov. 2014.

VII semana da Geografia

COMISSÃO ORGANIZADORA/DGEI:

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos

Prof. Dr. Cristiano Aprígio dos Santos

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes

Apoio:

PET (Programa de Educação Tutorial em Geografia)

PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)

CAGITA (Centro Acadêmico de Geografia de Itabaiana)

GDRR (Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural e Regional)

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Prof. Dr. José Hunaldo de Lima DGEI/UFS

Prof. Dr. Cristiano Aprigio dos Santos DGEI/UFS

Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos DGE/UESB

Prof. Dr. Daniel Rodrigues de Lira DGEI/UFS

Prof. Me. Daniel Almeida da Silva DGEI/UFS

Profa. Dra. Fabricia de Oliveira Santos DGEI/UFS

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos DGEI/UFS

Jose Renato de Lima SEED/SE

Prof. Me. Leônidas de Santana Marques UFAL

Prof. Me. Luiz Henrique de Barros Lyra UPE

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes DGEI/UFS

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos DGEI/UFS

Profa. Dra. Manuela Nunes Sobral UFMA

Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sergio DGEI/UFS

Prof. Dr. Oscar Sobarzo DGEI/UFS

Prof. Me. Rafael Rodrigues da Franca UNIR

Profa. Me. Vanessa Dias de Oliveira DGEI/UFS

Profa. Me. Renata Sibéria de Oliveira UFPE

Profa. Me. Vanilza da Costa Andrade NPGEO/UFS

VII semana da Geografia

Profa. Me. Keyla Manuela Alencar da Silva Alves UTM - Santiago/Chile

Prof. Dr. Lucas Costa de Souza Cavalcanti UFPE

Prof. Dr. Osvado Girão da Silva UFPE

Profa. Dra. Renata Nunes Azambuja DGEO/UFS

Prof. Dr. Ronaldo Missura DGEO/UFS

Prof. Me. Bruno de Azevedo Cavalcanti Tavares UFRN

Profa. Dra. Larissa Monteiro Rafael UFPE

Prof. Dr. Antônio Marcos dos Santos UPE

Prof. Dr. Jonas Otaviano Praça de Souza UFPB

Prof. Dr. Allison Bezerra de Oliveira UFOB

Profa. Dra. Sara Fernandes de Souza UFAL

Prof. Me. Geislam Gomes de Lima UESPI

REALIZAÇÃO DO EVENTO

Realização | Apoio | Organização

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

DGEI - Departamento de Geografia / Campus Prof. Alberto Carvalho / Itabaiana

PROGEO - Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico

Maiores informações: **semanadageografia7@gmail.com** e (79) 3432 8218

PROGRAMAÇÃO DA VII SEMANA DA GEOGRAFIA
Conflitos e abordagens geográficas de um mundo em mudança
Itabaiana. SE, de 27 a 29 de maio 2015

Período		Dia 27/052015	Dia 28/05/2015	Dia 29/052015
Manhã	8:00 - 12:00	Credenciamento	MINICURSOS	Espaço de Produção Científica
Tarde	14:00 – 17:00	**Conferência de Abertura:** Conflitos e abordagem geográfica de um mundo em mudança Antônio Ângelo Martins da Fonseca (UFBA) Coordenador: Prof. Dr. Cristiano Aprígio dos Santos (UFS/DGEI)	**Mesa Redonda** Geopolítica e apropriação da natureza: uma discussão sobre a questão ambiental Profa. Dra. Larissa Rafael (UFPE) Coordenador: Prof. Dr. Daniel Rodrigues de Lira (UFS/DGEI)	Espaço de Produção Científica e Encerramento do evento com a exposição do I Concurso de Fotografia de Geografia
	17:00 – 18:00	Lançamento de Livros, Publicações, Atividade Cultural	Debates	

VII semana da Geografia